



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 581

Sexta-feira - 24 de Setembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	3
Atalanta.....	4
Biguaçu	9
Braço do Trombudo	10
Caçador.....	28
Campos Novos	28
Canoinhas.....	34
Capinzal	39
Chapadão do Lageado	42
Concórdia	43
Curitibanos	76
Erval Velho	88
Fraiburgo.....	89
Garopaba.....	90
Gaspar	92
Imbituba	117
Irineópolis	117
Joaçaba.....	120
Lauro Muller	121
Massaranduba.....	122
Meleiro	122
Nova Trento	123
Pinheiro Preto	143
Porto União.....	165
Rio do Sul.....	167
Salto Veloso	170
São Lourenço do Oeste.....	171
Tunápolis.....	172
Turvo	173
Videira.....	174

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 1.920/2010

LEI Nº 1.920/2010 - DE 14 DE SETEMBRO DE 2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA DE VEREADORES

2.001 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.3.50/3 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos..... R\$ 3.151,00

3.3.90/2 Aplicações Diretas..... R\$ 21.023,00

4.4.90/4 Aplicações Diretas..... R\$ 31.649,00

TOTAL..... R\$ 55.823,00

Art. 2º. Com os recursos de que trata o artigo 1º desta Lei, fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

01 PODER LEGISLATIVO

01 CÂMARA DE VEREADORES

2.001 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.1.90/1 Aplicações Diretas..... R\$ 55.823,00

TOTAL..... R\$ 55.823,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de setembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei nº 1.921/2010

LEI Nº 1.921/2010 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2010

"DENOMINA DE RUA VITÓRIO AMADIO MACCAGNAN, RUA DE ACESSO AO MIRANTE SÃO JOSÉ, NA CIDADE DE ÁGUA DOCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de Rua Vitório Amadio Maccagnan, a Rua partindo do Bairro São José, da Rua Vista Alegre até o Mirante São José, na cidade de Água Doce - SC.

Art. 2º. A administração municipal providenciará todos os atos necessários para que a Rua Vitório Amadio Maccagnan, passe a constar do cadastro municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de setembro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto nº 092/2010

DECRETO Nº 092/2010 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2010
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.718,96 (sete mil setecentos e dezoito reais e noventa e seis centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação dos valores referentes aos rendimentos de aplicação financeira dos recursos repassados pelo FUNDEB, rendimentos de Recursos do PNATE.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPTO. DE ENSINO
12.361.0025.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE-PNATE E OUTROS
3.3.90.00.0.1.0061/66 Aplicações Diretas..... R\$ 5.670,74

12.365.0033.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.0.1.0019/172 Aplicações Diretas..... R\$ 2.048,22
TOTAL R\$ 7.718,96

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado excesso de arrecadação no exercício de 2010 verificado nas rubricas 1.3.2.1.01.00.00.00.00 Juros de Títulos de Renda - Rendimentos FUNDEB; 1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. e 1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transf. Diretas do FNDE referente ao PNATE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de setembro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto nº 093/2010

DECRETO Nº 093/2010 - DE 14 DE SETEMBRO DE 2010
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846, de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.265,00 (vinte e um mil duzentos e sessenta e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de valores referente recursos de Alienação de Bens.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.
4.4.90.00.0.1.0089/171 Aplicações Diretas..... R\$ 21.265,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado excesso de arrecadação no exercício de 2010 verificado na rubrica 2.2.1.9.02.00.00.00.00 Alienação de Bens destinados a Outros Programas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de setembro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto nº 094/2010

DECRETO Nº 094/2010 - DE 14 DE SETEMBRO DE 2010
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.920/2010, de 14 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA DE VEREADORES
2.001 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO
3.3.50/3 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos..... R\$ 3.151,00



3.3.90/2 Aplicações Diretas..... R\$ 21.023,00
 4.4.90/4 Aplicações Diretas..... R\$ 31.649,00
 TOTAL R\$ 55.823,00

Art. 2º. Com os recursos de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

01 PODER LEGISLATIVO
 01 CÂMARA DE VEREADORES
 2.001 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO
 3.1.90/1 Aplicações Diretas..... R\$ 55.823,00
 TOTAL R\$ 55.823,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de setembro de 2010.
 NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
 Prefeita Municipal

Decreto nº 095/2010

DECRETO Nº 095/2010 - DE 14 DE SETEMBRO DE 2010
 "ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 1.846/2009 de 08 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei 1.846/2009 de 08 de dezembro de 2.009, fica anulado parcialmente o valor de R\$ 1.544,07 (um mil quinhentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
 01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
 26.782.0055.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES
 4.4.90.00.0.1.0000/138 Aplicações Diretas..... R\$ 1.544,07
 TOTAL R\$ 1.544,07

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o elemento de despesa:

08 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA RURAL
 01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
 26.782.0055.1.019 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES BUEIROS E PONTILHÕES
 3.3.90.00.0.1.0000/137 Aplicações Diretas..... R\$ 1.544,07
 TOTAL R\$ 1.544,07

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de setembro de 2010.
 NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
 Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 119/2010

DECRETO Nº. 119/2010 de 22 de Setembro de 2010
 Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 22 de setembro de 2010.
 GERALDO PAULI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de setembro de 2010.
 MAURO CEZAR DA SILVEIRA
 Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PL Nº 112/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 112/2010; Modalidade: Tomada de Preços; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a Aquisição de um Ônibus Usado em bom estado de conservação para Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 14/10/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123.

Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 23 de setembro de 2010.
 GERALDO PAULI
 Prefeito Municipal



Extrato de Contrato N° 163/2010**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 163/2010; Origem: Dispensa de Licitação nº. 109/2010 - DL; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: João Julio Engenharia Ltda.; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia a fim de elaboração de Projeto para ampliação da rede de drenagem pluvial do município de Antonio Carlos/SC; Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Antônio Carlos, 17 de setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 167/2010**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 167/2010; Origem: Dispensa de Licitação nº. 101/2010 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Terra Cons. Engenharia e Meio Ambiente Ltda. EPP; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de mapeamento com utilização de GPS (Sistema de Posicionamento Global), dos trajetos realizados pelos veículos escolares nos seus roteiros, no período da manhã, meio dia e fim de tarde, com identificação de 08 pontos de referência e produção de mapa impresso e digital deste trajeto, utilizando como referência o novo mapeamento do plano diretor do município; Valor: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Antônio Carlos, 20 de setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 161/2010**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº: 161/2010; Origem: Licitação nº. 105/2010 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Clinica Medica Biguaçu Ltda; Objeto: prestação/fornecimento de serviços médicos de Consultas Especializadas e Exames, para atendimento dos munícipes, encaminhados pela Secretaria da Saúde do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais).

Antônio Carlos, 10 de Setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 162/2010**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº: 162/2010; Origem: Licitação nº. 105/2010 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Diagnosticos da America S/A; Objeto: prestação/fornecimento de serviços médicos de Consultas Especializadas e Exames, para atendimento dos munícipes, encaminhados pela Secretaria da Saúde do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 116.700,00 (cento e dezesseis mil e setecentos reais).

Antônio Carlos, 10 de Setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 164/2010**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº: 164/2010; Origem: Licitação nº. 106/2010 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Altermed Mat. Medico Hosp. Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos especiais, para o Posto de Saúde do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 13.098,00 (treze mil e noventa e oito reais).

Antônio Carlos, 20 de Setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 165/2010**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº: 165/2010; Origem: Licitação nº. 106/2010 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Centermedi Com. de Produtos Hospitalares Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos especiais, para o Posto de Saúde do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 6.276,00 (seis mil e duzentos e setenta e seis reais).

Antônio Carlos, 20 de Setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 166/2010**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº: 166/2010; Origem: Licitação nº. 106/2010 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos especiais, para o Posto de Saúde do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 21.685,56 (vinte e um mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Antônio Carlos, 20 de Setembro de 2010.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N° 1174/2010**LEI N° 1174/2010**

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO, CEDER, ATRAVÉS DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE ÁREA EDIFICADA, DE PROPRIEDADE E/OU POSSE DO MUNICÍPIO, EM FAVOR DE COOPERATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, através de contrato de concessão de bem imóvel, área edificada de até 40,00 m2, sala para fins comerciais, de propriedade e/ou posse do Município, em favor da Cooperativa CRESOL AGROLÂNDIA - CNPJ N°. 09.280.638/0001-06, para fins da conti-



nuidade do Posto de Atendimento Bancário no Município de Atalanta.

Art. 2º. O período da presente concessão de bem imóvel de forma gratuita que trata o art. 1º desta lei, será até 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º. Eventuais modificações da área cedida, para instalação, será exclusivamente por conta da Cooperativa CRESOL AGROLANDIA, bem como, no encerramento da referido contrato, devolvendo ao Município nas mesmas condições que recebeu.

Art. 4º. A presente cessão tem com objetivo facilitar aos agricultores e munícipes, facultando novas condições de obter PRONAF, custeio agrícola, empréstimos bancários, pagamento de despesas fixas, através da cooperativa beneficiada.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de setembro de 2010.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Lei Nº. 1173/2010

LEI Nº. 1173/2010

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

BRAZ BILCK, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 141, da Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

Parágrafo Único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2011

Art. 2º. - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011, estão discriminadas no ANEXO I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2010-2013.

Parágrafo Único - As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2011, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º. - Será observado na programação da lei orçamentária

anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º. - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas ou valores estabelecidos nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagarem já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006 e 245/2007, e seus anexos e demais alterações.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº. 688/05).

§ 4º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 71 - transferência à consórcios públicos, será programada a fim de atender as despesas com saúde realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMAVI. (Portaria Interministerial Nº. 688/05).

§ 5º - As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:



I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;
II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.
§ 6º - A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06)

Art. 6º. - O Orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá o Poder Legislativo, Executivo, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Infância e Adolescência estruturado como Secretaria Municipal da Assistência Social e da Infância e Adolescência dentro da Unidade Gestora Central da Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2011, terá a forma de Unidade Gestora.

Art. 7º. - A lei orçamentária para 2011 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 212/01, 325/01, 519/01, 688/01, 869/05, 340/06 e seus anexos, 338/06, 406/06, 504/06, 245/07 e seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

V - Programa de Trabalho;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Vínculo com os Recursos;

IX - Demonstrativo da Despesa (QDD) por Órgãos e Funções;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, conforme disposto no Artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa de seu Impacto Orçamentário e Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2011;

XVII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVIII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2011;

XIX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2011.

Parágrafo Único - O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o inciso IX deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada órgão/unidade orçamentária.

Art. 8º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária de que trata o Artigo 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF);

II - Quadro demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados até 2009, identificando o estoque da dívida (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF);

III - Quadro demonstrativo da evolução da despesa no nível de função e grupo de natureza da despesa dos exercícios de 2007 a 2009 e fixada para 2010 e 2011 (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF);

IV - Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF);

V - Quadro demonstrativo da evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com pessoal e seu percentual de comprometimento, de 2007 a 2009 (Art. 20 e 48 da LRF);

VI - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT);

VII - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde (Art. 77 dos ADCT);

VIII - Demonstrativo da composição do ativo e passivo financeiro, posição em 31/08/2009 (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF);

IX - Quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2009, 2010 e 2011 (Princípio da transparência - Artigo 48 da LRF).

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º. - O orçamento para o exercício de 2011 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de destinação, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 10 - Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora central, e estas, por sua vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no inciso IX do artigo 7º desta Lei (QDD).

§ 1º - Os Fundos Municipais da Assistência Social e da Infância e Adolescência dentro da Unidade Gestora Central Prefeitura Municipal e o Fundo

Municipal de Saúde como Unidade Gestora em 2011, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira da Conta Fundo Municipal de Saúde deverá ser demonstrada também em balanceate apartado da Unidade Gestora Central, quando a gestão for ou não delegada pelo Prefeito Municipal a seu Servidor.

Art. 11 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2011 deverão observar as alterações da legislação tributária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º. - As transferências constitucionais, base de cálculo para con-



tribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º. - Em atendimento ao disposto no Parágrafo 3º, do Artigo 2º. da Lei de Responsabilidade Fiscal, o menor valor do FUNDEB, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art. 12 - Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo Único - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º. inciso IV da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 13 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observados a destinação dos recursos, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º. da LRF):

I - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

II - eliminação ou redução de despesas com horas extras;

III - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

IV - zeramento de serviços realizados a terceiros;

V - exoneração de ocupantes de cargos comissionados;

VI - outras até o restabelecimento da situação planejada.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 15 - Os orçamentos para o exercício de 2011 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 5,00% (cinco por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício (ART. 5º, III da LRF), e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários do orçamento fiscal.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais, conforme ANEXO desta lei. (ART. 5º, III "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2011, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no

Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17 - O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação. (ART. 8º da LRF).

Art. 18 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes de destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 19 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 20 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º. - Não se aplicam o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º. - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 21 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 22 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (ART. 45 da LRF).

Parágrafo Único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Anexo III desta lei.

Art. 23 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal

quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino, exceto para o Fórum da Comarca, quando os custos são do próprio ente.

Art. 24 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

Art. 25 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada órgão/unidade orçamentária, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 26 - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, do Excesso de Arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recurso, devidamente comprovado, de convênios ou de operações de crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e fundos.

Parágrafo Único - A abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2011 fica limitada ao valor da Receita Total do Município, sendo que, o que exceder a 10%(dez por cento) do valor citado, somente poderá ser efetivado com autorização legislativa.

Art. 27 - Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 e constantes desta Lei (Artigo 167, I, da Constituição Federal)

Art. 28 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das ações básicas de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 29 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - Anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2011, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído

deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2011, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento (Artigos 30,31 e 32, da LRF)

Art. 32 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica. (Artigo 32, I, da LRF)

Art. 33 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos em Lei.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, bem como nomear servidores para cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do Orçamento para 2011 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I - eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação ou redução das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "319034.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Atalanta, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 38 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas no final de cada quadrimestre.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conce-



der ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de Dezembro de 2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Projeto de Lei do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2009, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, somente mediante autorização legislativa.

Art. 45 - Os convênios entre o Executivo Municipal com o Governo Federal e Estadual através de seus da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência Municipal ou não, somente poderão ser firmados mediante lei específica.

Art. 46 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2011.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 22 de Setembro de 2010.
BRAZ BILCK
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 023 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2010-FMAS

OBJETO: Aquisição de material gráfico para a campanha Droga Zero e para a Secretaria de Assistência Social. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 07/10/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 20 de Setembro de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 032 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 032/2010-FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de serviços de manutenção e conservação estimada de máquinas e equipamentos médicos, laboratoriais e de fisioterapia (com reposição de peças) pertencentes à secretaria municipal de saúde de biguaçu. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 08/10/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu, 20 de Setembro de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 211 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 211/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de material elétrico para a Secretaria de Administração e Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 07/10/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 20 de Setembro de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão 49/2010

EDITAL DE LIC. PREGÃO 49/2010

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 15:00 horas do dia 07.10.2010, estará selecionando a melhor proposta para Fornecimento de peças e serviços de mão obra para conserto motor retroescavadeira New Holland LB 90.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 23 de setembro de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 11/2010**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	AREIA MEDIA (7)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	POUSO GRANDE	64,8695	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	66,6295	2
2	ARAME RECOZIDO (11)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,9628	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	6,1852	2
3	KIT CAVALETE 3/4 (220)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	27,8000	1
4	AREIA FINA (1958)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	66,6295	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	POUSO GRANDE	67,8635	2
5	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALUMASA	16,4680	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUNASA	17,1044	2
6	COLA 75 G (2463)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,0000	1
7	CAP 40MM (5366)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,8000	1
8	CAP 32 MM (5367)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,8000	1
9	LUVA SOLDÁVEL 40MM (5379)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
10	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALVENARIT	4,0267	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VEDACIT	4,5167	2
11	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24 (INTEIRO) (6447)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRAÇO NOVO	0,3900	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRAÇO NOVO	0,3940	2
12	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	16,2500	1
13	LUVA PBA 85X75MM (6916)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	9,7500	1
14	LUVA SOLDAVEL 85MM (6917)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	17,8000	1
15	LUVA SOLDAVEL 60MM (6919)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	5,2000	1
16	LUVA SOLDAVEL 32MM (6922)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
17	JOELHO SOLDAVEL 85MM (6923)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	39,8000	1
18	TEE PBA 85MM (6924)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	18,3500	1
19	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	15,7000	1
20	TEE PBA 60MM (6926)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	6,3000	1
21	TEE SOLDAVEL 40MM (6927)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,7500	1
22	TEE SOLDAVEL 32MM (6928)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	1,4500	1
23	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	12,2500	1
24	REDUÇÃO PBA 85X60MM (6930)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	6,5000	1
25	REDUÇÃO PBA 60X40MM (6931)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,3000	1
26	REDUÇÃO PBA 85X40MM (6932)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	11,8500	1
27	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,0500	1
28	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0,7500	1
29	CAP 110MM (6935)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	31,7500	1
30	CAP 85MM (6936)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	18,3500	1
31	CAP 60MM (6937)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,4500	1
32	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	104,5000	1
33	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110X3/4 (6939)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	12,5000	1
34	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	5,2000	1
35	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	4,2000	1
36	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,8500	1
37	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 32X3/4 (6943)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,3000	1
38	ADAPTADOR P/ MANGUEIRA C/ REGISTRO 3/4 (6944)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	4,5388	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	4,5910	2
39	ADAPTADOR P/ MANGUEIRA 3/4 (6945)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,6900	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	1,7095	2
40	EMENDA P/ MANGUEIRA C/ REGISTRO (6946)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	5,6013	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,6657	2
41	MANGUEIRA RAMAL PREDIAL 20MM (6947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,5935	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	1,6118	2
42	COLA 175 G (6948)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	7,0000	1
43	REGISTRO BORBOLETA 3/4 (6949)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	7,5000	1
44	REGISTRO BORBOLETA 110MM (6950)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	287,0000	1
45	REGISTRO BORBOLETA 85MM (6951)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	152,3000	1
46	REGISTRO BORBOLETA 60MM (6952)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	35,0000	1
47	REGISTRO BORBOLETA 40MM (6953)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	17,8000	1
48	REGISTRO BORBOLETA 32MM (6954)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	14,0000	1
49	TUBO PBA 85X75MM (6955)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	86,5000	1
50	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	39,5000	1
51	TUBO SOLDAVEL 40MM (6957)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	33,2000	1
52	TUBO SOLDAVEL 32MM (6958)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	22,8000	1
53	CURVA PBA 60MM (6959)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	27,8500	1
54	CURVA SOLDAVEL 60MM (6960)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	13,3500	1
55	CURVA SOLDAVEL 40MM (6961)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	5,9500	1
56	CURVA SOLDAVEL 32MM (6962)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	2,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
57	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	50,1500	1
58	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	28,5500	1
59	Abraçadeira c/ chaveta 1 polegada (7121)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMANN	0,7222	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0,9366	2
60	Abraçadeira de nylon 20cm (pct c/ 100und) (7122)	PCT	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	9,4589	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DECORLUX	13,1981	2
61	Argamassa AC1- saco com 20kg (7123)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	6,4430	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	6,6575	2
62	Argamassa AC 2 - saco com 20kg (7124)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	12,5431	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	12,9313	2
63	Argamassa AC 3 - saco com 20kg (7125)	SC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	27,0160	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	27,2239	2
64	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	25,3095	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	26,7590	2
65	Avental de raspa sem manga (7127)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPESIL	13,4608	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RETKE	14,5161	2
66	Balde para concreto plástico (7128)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	5,2500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PARABONI	6,2500	2
67	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,0000	1
68	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	6,0000	1
69	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	5,0000	1
70	Broca de videia 10mm (7132)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
71	Broca de vídea 8mm (7133)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,0000	1
72	Broxa n° 1 (7134)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,6510	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	4,0340	2
73	Broxa n°2 (7135)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	5,1598	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,5243	2
74	Cadeado 30mm (7136)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	6,1920	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	6,7060	2
75	Cadeado 40mm (7137)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	9,4067	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STAM	9,4097	2
76	Caixa d'água 310 litros (7138)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BAKOF	84,3820	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	87,5430	2
77	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	117,0129	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BAKOF	117,8307	2
78	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	88,0933	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FIBERBLU	96,4800	2
79	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GULIN	5,0334	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CAL	5,6465	2
80	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	83,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NACIONAL	85,5000	2
81	Caçamba para carrinho de mão pvc (7143)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	27,0000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	33,0000	2
82	Cesto de lixo com tampa pvc (7144)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	HERC	20,5000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
83	Cilindro para fechadura (7145)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	26,5000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	10,1906	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	10,2139	2
84	Cimento CP 2 - saco com 50kg (7146)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	20,7600	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VOTORAM	20,9600	2
85	cola cano 17gr (7147)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,1000	1
86	Cola cano 75gr (7148)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,2000	1
87	Dobradiça zincada 2 (7149)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0,8445	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0,9145	2
88	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	1,2868	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	1,3936	2
89	Dobradiça zincada 4 (7151)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	1,8498	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	2,0033	2
90	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	3,7526	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	4,2495	2
91	Engate flexível 40cm (7153)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,6870	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,8127	2
92	Escada 5 degraus alumínio (7154)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MASTRO	71,0000	1
93	Escada 7 degraus madeira (7155)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PINUS	118,0000	1
94	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	5,2630	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,3667	2
95	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,1306	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	3,3416	2
96	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,7150	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,9070	2
97	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,6708	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,7889	2
98	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,4848	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	6,8920	2
99	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	6,4325	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,8873	2
100	Joelho de esgoto 90 graus 150mm (7162)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	13,8641	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	17,9609	2
101	Joelho de esgoto 90 graus 100mm (7163)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	3,0909	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,3095	2
102	Joelho de esgoto 90 graus 75mm (7164)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,7150	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,9070	2
103	Joelho de esgoto 90 graus 50mm (7165)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,4202	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5206	2
104	Joelho de esgoto 90 graus 40mm (7166)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,8945	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,0025	2
105	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,2361	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,2556	2
106	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,8796	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,0125	2
107	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,4202	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5206	2
108	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0,9189	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,9839	2
109	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,0442	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,1181	2
110	Tee de esgoto 150mm (7172)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	24,2263	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	25,9392	2
111	Tee de esgoto 100mm (7173)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	5,5971	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	5,9929	2
112	Tee de esgoto 75mm (7174)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	4,3858	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,6959	2
113	Tee de esgoto 50mm (7175)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	2,5897	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,7728	2
114	Tee de esgoto 40mm (7176)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,8379	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,9678	2
115	Tubo de esgoto de 6 metros 150mm (7177)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	66,1898	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	75,1851	2
116	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	27,1502	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	27,7282	2
117	Tubo de esgoto de 6 metros 75mm (7179)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	25,8971	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	25,9392	2
118	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	22,5555	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	24,1503	2
119	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	12,6144	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	13,5063	2
120	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	15,3014	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	15,3584	2
121	Fechadura interna metálica (7183)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	18,6585	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	19,3360	2
122	Fechadura externa metálica c/ cilindro (7184)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	21,3393	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	22,9209	2
123	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	13,7891	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	16,8574	2
124	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEAO TOOLS	9,9807	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	12,3621	2
125	Alicate de bico (7187)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEAO TOOLS	10,0135	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	12,3621	2
126	Aplicador de silicone (7188)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	7,4082	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GYMCO	7,4091	2
127	Serra para cortar ferro (7189)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	2,2895	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	2,4210	2
128	Cabo para enxada (7190)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	3,8411	1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010 Data do Registro: 22/03/2010 Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,1211	2
129	Cabo para pá de juntar (7191)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	3,9246	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,1211	2
130	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TRAMONTINA	4,1367	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	5,6191	2
131	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	8,0998	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	8,2422	2
132	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPESIL	4,4256	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	4,5790	2
133	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	16,7005	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	17,4003	2
134	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	11,9409	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	13,0960	2
135	Enxadão com cabo (7197)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	19,6231	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	20,1477	2
136	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FABER CASTEL	0,8768	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FABER CASTELL	0,9158	2
137	Lima chata nº 8 (7199)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,3264	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	7,9327	2
138	Martelo 25mm (7200)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	14,9470	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	15,5687	2
139	Pá de juntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	13,5692	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFI	13,7371	2
140	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	13,5692	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFI	13,7371	2
141	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	22,8951	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	26,7208	2
142	Trena 5 metros (7204)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FAMASTIL	7,6012	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFIELD	7,7657	2
143	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	15,7834	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	16,0540	2
144	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	30,2871	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	32,1080	2
145	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	21,5582	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	21,7556	2
146	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	6,5499	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	3M	6,6440	2
147	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	1,8069	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERANFIX	2,1744	2
148	Haste terra 1 metro (7210)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	9,4328	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMANN	10,2708	2
149	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	8,5826	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	8,8587	2
150	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEKS	8,5826	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	8,8587	2
151	Linha de nylon n°100 (7213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	7,7843	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IÇARA	7,9327	2
152	Pares de luvas de látex (7214)	PAR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	3,3885	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	3,9246	2
153	Mangueira para tirar nível metro (7215)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	1,2072	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	1,2211	2
154	Mangueira preta 1/2x2.0mm (7216)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,7726	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,7815	2
155	Mangueira preta 3/4x2.0mm (7217)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,7726	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,7815	2
156	Mangueira preta 1x2.0mm (7218)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0,9657	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0,9768	2
157	Massa acrílica 1kg (7219)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	7,7397	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NOVA COR	7,8615	2
158	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	11,4605	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	12,1939	2
159	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	9,8520	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	10,4519	2
160	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,4872	2
161	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,6614	2
162	Prego 22x48 (7224)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	5,3884	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	5,6614	2
163	Rolo de lã 5cm c/ cabo (7225)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	2,2097	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	2,4392	2
164	Rolo de lã 9cm c/ cabo (7226)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,9095	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	4,3155	2
165	Rolo de lã 15cm c/ cabo (7227)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,2693	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	5,6289	2
166	Rolo de lã natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	12,9609	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	14,0722	2
167	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	6,2042	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	6,5670	2
168	Sifão para esgoto 50cm (7230)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,4723	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	4,8453	2
169	Silicone 280 gramas (7231)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	8,1309	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	8,8587	2
170	Cap soldável 20mm (7232)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,5000	1
171	Cap soldável 25mm (7233)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,6500	1
172	Cap soldável 40mm (7234)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,9000	1
173	Cap soldável 50mm (7235)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,6000	1
174	Joelho soldável 90 graus 20mm (7236)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
175	Joelho soldável 90 graus 25mm (7237)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,7000	1
176	Joelho soldável 90 graus 40mm (7238)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,1500	1
177	Joelho soldável 90 graus 50mm (7239)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	2,7000	1
178	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,4000	1
179	Joelho RL 25x3/4 (7241)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,5000	1
180	Luva soldável 20mm (7242)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,4500	1
181	Luva soldável 25mm (7243)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,5500	1
182	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
183	Luva soldável 50mm (7245)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,6500	1
184	Registro de pressão soldável (7246)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	12,2500	1
185	Registro esfera 20mm (7247)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	5,1000	1
186	Registro esfera 25mm (7248)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	6,6000	1
187	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	0,9000	1
188	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,1000	1
189	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	3,7500	1
190	Tee soldável 50mm (7252)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	4,2500	1
191	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	9,0000	1
192	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	10,0000	1
193	Tubo soldável 40mm. (7255)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	33,2000	1
194	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	35,2000	1
195	Solvente (1 litro) (7257)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	5,9492	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FARBEM	6,5670	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
196	Malha pop 3.4 20x20 (7258)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	22,0169	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	23,8885	2
197	Telha de fibrocimento 122x4mm (7259)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	4,4138	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALITI	4,4738	2
198	Telha de fibrocimento 244x4mm (7260)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALITI	8,1261	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	8,3862	2
199	Tinta esmalte cores - 3,6lt (7261)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	44,6194	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	46,4382	2
200	Fundo a óleo - 3,6 lt (7262)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	32,5509	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	35,6495	2
201	Tinta acrílica semi brilho cores - 3,6 lt (7263)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	46,9141	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	47,0949	2
202	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	23,9227	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	24,2219	2
203	Acrílico semi brilho - 18 lt (7265)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	210,7734	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	213,8973	2
204	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	64,7321	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	83,2895	2
205	Verniz solar incolor - 3,6 lt (7267)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	42,6856	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	44,6194	2
206	Tinta esmalte cores - 1 kg (7268)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	12,7484	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	13,1340	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010

Número do Registro de Preços: 11/2010

Data do Registro: 22/03/2010

Válido até: 22/03/2011

Objeto da Compra: Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
207	Osmocolor transparente - 3,6 lt (7269)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONTANA	70,3609	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	72,2409	2
208	Tinta spray cores - 250gr (7270)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DECOR	9,8505	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	10,6237	2
209	Torneira de jardim 1/2 (7271)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	2,7041	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,7352	2
210	Torneira de jardim 3/4 (7272)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,4421	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	2,7041	2
211	Torneira para lavatório plástica (7273)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,8611	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	6,0359	2
212	Torneira bóia 3/4 (7274)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	5,8611	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	6,0359	2
213	Trincha cerdas medias 1" (7275)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLASATLAS	2,2947	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	2,3454	2
214	Trincha cerdas medias 2" (7276)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	3,3996	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	3,7526	2
215	Trincha cerdas medias 3" (7277)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	5,6943	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	6,0979	2
216	Trincha cerdas medias 4" (7278)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	7,5052	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	7,6490	2
217	Válvula para pia plástica (7279)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ASTRA	2,3566	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KRONA	2,5136	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2010**Número do Registro de Preços: 11/2010****Data do Registro: 22/03/2010****Válido até: 22/03/2011****Objeto da Compra:** Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da Secretaria de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
218	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1,7717	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	1,8069	2
219	Mangueira de jardim 1/2 siliconada (7281)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	1,5630	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	1,7383	2
220	Brita nº1 (7354)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	57,7455	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	57,8835	2
221	Brita nº 0 (7355)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	57,7455	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	57,8835	2
222	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	3,8500	1
223	LUVA DE CORRER 40 MM (7360)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	10,0500	1
224	LUVA DE CORRER 32 MM (7361)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILITI	8,8000	1

BRACO DO TROMBUDO , 22 de Março de 2010.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Data de abertura das propostas CV 26-2010 PREF

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS CV 26/2010 PREFEITURA
Como as empresas participante do presente processo apresentaram termo de renúncia quanto a apresentação de recursos, fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços às 15:00 horas do dia 24 de setembro de 2010.

Nova Sessão CC02-2009 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

NOVA SESSÃO

EDITAL: Concorrência nº 02/2009 - OUTORGA DE PERMISSÃO À 03 (três) EMPRESAS PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, SC

OBJETO: Estabelece que nova sessão será dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2010, às 14:30 horas, na Sala de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Caçador.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Site Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de setembro de 2010.

Resumo ata propostas CV 24-2010 Prefeitura

RESUMO ATA PROPOSTAS CV 24/2010 - PREFEITURA

Após abertos os envelopes contendo as propostas de preço a Comissão constatou que o valor cotado ficou dentro do previsto, desta forma encaminha-se o presente processo para homologação uma vez que a Comissão entende como possível a aquisição dos itens, abre-se o prazo legal de 02 (dois) dias úteis contados a partir desta data para apresentação de eventuais recursos, tendo em vista que os representantes legais não encontram-se presentes. Melhor proposta: ARS Consult Engenharia Ltda. Valor total: R\$ 149.508,32.

ERRATA Contrato 78-2010 - SAUDE

Errata Contrato nº 78/10 - FMS - Onde está escrito Prazo: 18/11/2010 leia-se 18/09/2010.

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.555 DE 16/09/2010

LEI Nº 3.555 DE 16/09/2010

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Centro de Eventos Galpão Crioulo de Campos Novos, CNPJ 02.897.354/0001-06, com sede no Bairro Jardim Bela Vista, neste município, na importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), para despesas referentes a Semana Farroupilha

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 12 – FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01 – FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJ/ATIVIDADE: 2.043 – Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

4-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Transf. Inst. Priv. s/Fin.Lucrativos

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 16 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.556 DE 16/09/2010

LEI Nº 3.556 DE 16/09/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Campos Novos, nos projetos e nas atividades abaixo nos seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJ/ATIV: 2.001 - Manutenção do Deptº de Planejamento, Org. e Coordenação Geral

ELEMENTO DE DESPESA: 105-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0

.....R\$ 190.000,00

PROJ/ATIV: 2.003 - Manutenção Deptº Modernização Administrativa e Informatização

ELEMENTO DE DESPESA: 103-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0

.....R\$ 86.423,32

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIV: 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitura

ELEMENTO DE DESPESA: 86-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0

.....R\$ 60.000,00

PROJ/ATIV: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração



ELEMENTO DE DESPESA: 91-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJ/ATIV: 2.017 - Manutenção do Ensino FUNDEB 40%
ELEMENTO DE DESPESA: 112-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0014.0
.....R\$ 100.000,00

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
PROJ/ATIV: 2.013 - Manutenção do Deptº do Ensino Fundamental
ELEMENTO DE DESPESA: 117-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0066.0
.....R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA
PROJ/ATIV: 2.028 - Manutenção do Departamento da Agricultura - Gerência
ELEMENTO DE DESPESA: 21-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ/ATIV: 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio
ELEMENTO DE DESPESA: 15-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 50.555,49

PROJ/ATIV: 2.032 - Realização de Eventos em Geral
ELEMENTO DE DESPESA: 12-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 55.210,84
PROJ/ATIV: 2.032 - Realização de Eventos em Geral
ELEMENTO DE DESPESA: 11-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 16.166,46

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 24 - SUBSECRETARIA SERV. URBANOS E PRODUÇÃO DE MATERIAIS
PROJ/ATIV: 1.058 - Aquisição de Terrenos e Edificações
ELEMENTO DE DESPESA: 3-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 60.000,00

PROJ/ATIV: 2.035 - Manutenção da Subsecretaria Serviços Urbanos e Produção de Materiais
ELEMENTO DE DESPESA: 2-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 30.000,00

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJ/ATIV: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas
ELEMENTO DE DESPESA: 36-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 420.000,00

PROJ/ATIV: 1.059 - Construção de Praças, Jardins e Parques Infantil
ELEMENTO DE DESPESA: 49-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 250.000,00

PROJ/ATIV: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
ELEMENTO DE DESPESA: 59-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0016.0
.....R\$ 10.000,00

PROJ/ATIV: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem
ELEMENTO DE DESPESA: 61-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 370.000,00

PROJ/ATIV: 2.038 - Manutenção da Iluminação Pública
ELEMENTO DE DESPESA: 62-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0017.0
.....R\$ 150.000,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJ/ATIV: 2.039 - Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO DE DESPESA: 48-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 100.000,00

UNIDADE: 28 - DEPARTAMENTO DE JUVENTUDE E LAZER
PROJ/ATIV: 2.040 - Manutenção do Departamento de Juventude e Lazer
ELEMENTO DE DESPESA: 40-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPO NOVOENSE
PROJ/ATIV: 1.025 - Obras, Reformas e Ampliações na Fundação Cultural de Campos Novos
ELEMENTO DE DESPESA: 1-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 6.300,00

TOTAL.....R\$ 2.212.656,11

Art. 2º. Para cobertura da suplementação que se refere o Art. 1º ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJ/ATIV: 0.003 - Manutenção da Contribuição ao PASEP - Prefeitura
ELEMENTO DE DESPESA: 87-3.2.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 100.000,00

PROJ/ATIV: 2008 - Manutenção do departamento de Finanças
ELEMENTO DE DESPESA: 90-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 80.362,50

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
PROJ/ATIV: 1.018 - Reequipamento do Ensino Fundamental
ELEMENTO DE DESPESA: 82-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0066.0
.....R\$ 98.696,87

PROJ/ATIV: 2.021 - Manutenção do Esporte Escolar
ELEMENTO DE DESPESA: 78-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 10.000,00

UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INF. - PRÉ-ESCOLAR
PROJ/ATIV: 2.011 - Manutenção Deptº de Educação do Ensino Infantil - Pré-Escolar
ELEMENTO DE DESPESA: 127-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0066.0
.....R\$ 300.000,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO
UNIDADE: 17 - DEPTº DE PROJETOS P/ GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
PROJ/ATIV: 2.025 - Manutenção Deptº de Projetos p/ Geração de Emprego e Renda
ELEMENTO DE DESPESA: 26-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 100.000,00

PROJ/ATIV: 2.025 - Manutenção Deptº de Projetos p/ Geração de Emprego e Renda
ELEMENTO DE DESPESA: 25-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA
PROJ/ATIV: 1.057 - Construção de Poços Artesianos, Cisternas e Conservação das Águas
ELEMENTO DE DESPESA: 22-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 299.600,00

PROJ/ATIV: 2.079 - Manutenção do Programa Horas Máquinas - Sec. da Agri-



cultura
ELEMENTO DE DESPESA: 19-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 19.880,00

UNIDADE: 20 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
PROJ/ATIV: 2.029 - Manutenção Deptº de Meio Ambiente
ELEMENTO DE DESPESA: 18-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 76.000,00

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ/ATIV: 1.004 - Implantação e Obras na Área Industrial
ELEMENTO DE DESPESA: 16-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 2.949,00

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ/ATIV: 2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio
ELEMENTO DE DESPESA: 14-3.1.50.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 15.000,00

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJ/ATIV: 2.042 - Promoção de Feiras, Exposições e Eventos Agropecuários
ELEMENTO DE DESPESA: 10-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0075.0
.....R\$ 72.166,46

UNIDADE: 22 - DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROJ/ATIV: 2.031 - Manutenção do Departamento de Turismo
ELEMENTO DE DESPESA: 7-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 50.555,49

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJ/ATIV: 1.012 - Construção de Redes de Energia Elétrica
ELEMENTO DE DESPESA: 64-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0
.....R\$ 40.000,00
ELEMENTO DE DESPESA: 65-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0036.0
.....R\$ 12.000,00
ELEMENTO DE DESPESA: 66-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 30.387,36

PROJ/ATIV: 2.036 - Manutenção Deptº de Manutenção e Apoio Operacional
ELEMENTO DE DESPESA: 71-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 148.245,47

PROJ/ATIV: 2.078- Recolhimento e Destinação dos Resíduos Sólidos
ELEMENTO DE DESPESA: 69-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0
.....R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE: 28 - DEPARTAMENTO DA JUVENTUDE E LAZER
PROJ/ATIV: 1.008 - Construção de Centro de Eventos
ELEMENTO DE DESPESA: 74-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0063.0
.....R\$ 721.812,96

TOTAL.....R\$ 2.212.656,11

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 16 de setembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.089 DE 16/08/2010

DECRETO Nº 6.089 DE 16/08/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 02 - SECRET. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção Deptº Planej., Organização e Coordenação Geral
Elementos de despesa: 106-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 03 - SECRET. DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração
Elementos de despesa: 91-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 9.000,00
Elementos de despesa: 92-1.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 18.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRET. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 19 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA - GERÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.028 - Manutenção Deptº da Agricultura - Gerência
Elementos de despesa: 21-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRET. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção Deptº de Estradas de Rodagem
Elementos de despesa: 61-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INF. PRÉ-ESCOLAR
PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 - Manutenção Deptº de Educação do Ensino Inf. Pré-Escolar
Elementos de despesa: 129-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 18.000,00

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção Deptº do Ensino Fundamental
Elementos de despesa: 117-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0066.0-Aplicações Diretas.....R\$ 16.100,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será subtraído o valor de R\$ 103.100,00 (cento e três mil reais), parte do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 16 de agosto de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.107 DE 13/09/2010

DECRETO Nº 6.107 DE 13/09/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO



TO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 29.300;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de FULVIO TADEU ROSAR, CPF 346.738.229-00, com a área de 565,88m² (quinhentos e sessenta e cinco metros e oitenta e oito centímetros quadrados), matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 7.980.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 565,88m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Francisco C. Stefanos, em 40,42 metros;
Ao Sul: confronta com Sandra M. Rosar, em 40,42 metros;
Ao Leste: confronta com Fulvio Tadeu Rosar, em 14,00 metros;
Ao Oeste: confronta com Rua Santa Cruz, em 14,00 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 2 (unidades) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Confrontações Lote 01 - Área Desmembrada - Sem Benfeitorias

Área: 420,00m²

Ao Norte: confronta com Francisco C. Stefanos, em 30,00 metros;
Ao Sul: confronta com Sandra M. Rosar, em 30,00 metros;
Ao Leste: confronta com Fulvio Tadeu Rosar, em 14,00 metros;
Ao Oeste: confronta com Rua Santa Cruz, em 14,00 metros.

Confrontações Lote 02 - Área Remembrada - Com Benfeitorias

Área: 711,76m²

Ao Norte: confronta com Eloi Terezinha Gomes, em 50,84 metros;
Ao Sul: confronta com Sady Jacomel, em 50,84 metros;
Ao Leste: confronta com Rua Caetano Carlos, em 14,00 metros;
Ao Oeste: confronta com Fulvio Tadeu Rosar, em 14,00 metros.

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.108 DE 14/09/2010

DECRETO Nº 6.108 DE 14/09/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 05 - SECRET. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DEPTº DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 - Manutenção Deptº Assistência Social e da Família - Gerências

Elementos de despesa: 75-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, ficam anulados nos projetos e nas atividades abaixo, os seguintes elementos de despesa:

ÓRGÃO: 05 - SECRET. DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DEPTº DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA - GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.022 - Manutenção Deptº Assistência Social e da Família - Gerências

Elementos de despesa: 55-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.109 DE 14/09/2010

DECRETO Nº 6.109 DE 14/09/2010

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1.149 de 13/09/10,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professor I, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.968/00 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria da titular por tempo de contribuição, Geoly Molon, retroagindo seus efeitos a 8 de setembro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal



Decreto Nº 6.110 DE 15/09/2010

DECRETO Nº 6.110 DE 15/09/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - ADM. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
PROJETO/ATIVIDADE: 1.043 - Reequipamento da FHDJA
Elementos de despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0116.0-Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º - Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 18 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
UNIDADE: 01 - ADM. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
PROJETO/ATIVIDADE: 1.043 - Reequipamento da FHDJA
Elementos de despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0139.0-Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de setembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.111 DE 15/09/2010

DECRETO Nº 6.111 DE 15/09/2010

CONCEDE REAJUSTE DE PASSAGENS À TRANSPORTE E TURISMO MANFREDI

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido à Transporte e Turismo Manfredi Ltda, concessionária dos serviços de transporte coletivo na cidade de Campos Novos - SC., reajuste de R\$ 1,60 (hum real e sessenta centavos) para R\$ 1,75 (hum real e setenta e cinco centavos), a partir de 4 de outubro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de setembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.112 DE 16/09/2010

DECRETO Nº 6.112 DE 16/09/2010

REGULAMENTA LEI Nº 3.556/2010

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, consignado nas seguintes rubricas constantes do Art. 1º da Lei nº 3.556/2010.

Art. 2º. Para cobertura da abertura do crédito suplementar previsto no Art. 1º, fica anulada parcialmente as rubricas orçamentárias, constantes do Art. 2º da referida Lei.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 16 de setembro de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.113 DE 20/09/2010

DECRETO Nº 6.113 DE 20/09/2010

AUTORIZA LICENÇA DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os pareceres técnicos e jurídicos exarados no Processo Administrativo nº 29.449;

Com amparo no Artigo 95 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor, c/c Artigo 100, incisos VIII, XXVI e 8º, inciso I "H" da Lei Orgânica,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica concedida Licença de Desmembramento do imóvel urbano de propriedade de João Maria Ribeiro, CPF 141.333.429-68; Ronaldo Suppi, CPF 042.581.769-58; e Sandra Maria Guzatti Suppi, CPF 041.217.889-31, com a área de 1.110,00m² (hum mil cento e dez metros quadrados), com benfeitorias, matriculados no CRI da Comarca de Campos Novos, sob nº 26.905, localizado na Rua Frei Rogério, esquina com a Rua Felicitas Bresola, bairro Nossa Senhora de Lourdes, nesta cidade.

Art. 2º. O imóvel mencionado no Art. 1º possui as seguintes confrontações:

Área Total Atual: 1.110,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com Mariano Batista Cardoso, em 25,00 metros;
com Deni Crispim Correa, em 12,00 metros, totalizando uma linha de 37,00 metros;

Ao Sul: confronta com Rua Felicitas Bresola, em 37,00 metros;

Ao Leste: confronta com Ronaldo Suppi, em 30,00 metros;

Ao Oeste: confronta com Rua Frei Rogério, em 30,00 metros.

Art. 3º - A Licença de Desmembramento autorizada por este Decreto, dará origem a 3 (três) unidades imobiliárias, com as seguintes confrontações:

Área 01: 444,00m²

Confrontações e Dimensões:

Ao Norte: confronta com Mariano Batista Cardoso, em 25,00 metros;



com Deni Crispim Correa, em 12,00 metros, totalizando uma linha de 37,00 metros;

Ao Sul: confronta com (Lote 02) João Maria Ribeiro, Ronaldo Suppi e Sandra Maria Guzzatti Suppi, em 20,00 metros; e com (Lote 03) João Maria Ribeiro, Ronaldo Suppi e Sandra Maria Guzzatti Suppi, em 17,00 metros;

A Leste: confronta com Ronaldo Suppi, em 12,00 metros;

A Oeste: confronta com Rua Frei Rogério, em 12,00 metros.

Área 02: 360,00m² (Com benfeitoria - residência em alvenaria de 96,00m²)

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com (Lote 01) João Maria Ribeiro, Ronaldo Suppi e Sandra Maria Guzzatti Suppi, em 20,00 metros

Ao Sul: confronta com Rua Felicita Bresola, em 20,00 metros;

Ao Leste: confronta com (Lote 03) João Maria Ribeiro, Ronaldo Suppi e Sandra Maria Guzzatti Suppi, em 18,00 metros;

Ao Oeste: confronta com Rua Frei Rogério, em 18,00 metros.

Área 03: 306,00m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: confronta com (Lote 01) João Maria Ribeiro, Ronaldo Suppi e Sandra Maria Guzzatti Suppi, em 17,00 metros

Ao Sul: confronta com Rua Felicita Bresola, em 17,00 metros;

Ao Leste: confronta com Ronaldo Suppi, em 18,00 metros;

Ao Oeste: confronta com (Lote 03) João Maria Ribeiro, Ronaldo Suppi e Sandra Maria Guzzatti Suppi, em 18,00 metros;

Art. 4º - Ficam aprovados a planta arquitetônica de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 3º deste Decreto.

Art. 5º - Ficam os cartórios de Tabelionato e do registro de Imóveis da Comarca, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro dos imóveis objetos deste decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.114 DE 20/09/2010

DECRETO Nº 6.114 DE 20/09/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural Camponovense, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural
Elementos de despesa: 3-3.3.50.00.00.00.00.0000.0-Transf.

Inst. Priv. s/Fins LucratR\$ 13.000,00

Art. 2º - Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 12 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE
UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.043 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural
Elementos de despesa: 4-3.3.90.00.00.00.00.0000.0-Aplicações Diretas.....R\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.115 DE 20/09/2010

DECRETO Nº 6.115 DE 20/09/2010

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.465/09 de 18/11/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Art. 16 da Lei nº 3.474/09 de 17/12/09 (Lei Orçamentária),

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, nos projetos e nas atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma do Ensino Fundamental
Elementos de despesa: 122-4.4.90.00.00.00.00.0000.0-Aplicações DiretasR\$ 673,80

Art. 2º - Por conta da abertura de crédito adicional suplementar a que se refere o Art. 1º, fica anulado no projeto e na atividade abaixo o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 - Construções, Ampliações e Reforma do Ensino Fundamental
Elementos de despesa: 121-4.4.90.00.00.00.00.00036.0-Aplicações DiretasR\$ 673,80

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de setembro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Tomada de Preço Nº 15/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2010

O Município de Campos Novos torna público que realizara no dia



19/10/2010 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço global, tendo como objeto, EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CHAO NATURAL, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, E MEIO FIO NA RAS RUAS: SILVIO NEVES BLEYER, JUSTINO RAMOS DA CUNHA, BORGES DE MEDEIROS E SERVIDAO DA RUA JOAO PINTO DE ANDRADE LOCALIZADAS NOS BAIRROS SANTO ANTONIO E BOA VISTA NO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 09:00 às 11:00 e das 13:15 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 24 de Setembro de 2010.
VILIBALDO ERCH SCHMID
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Carta Convite n.º FMAS 29/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO N.º FMAS 39/2010
CARTA CONVITE N.º FMAS 29/2010

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, realizará no dia 01/10/2010, às 14:15 hs., abertura das propostas para aquisição parcelada de 600 lanches para serem distribuídos no Programa de Prestação de Serviços a Comunidades e Liberdade Assistida, entre os meses de outubro a dezembro de 2010. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail informado abaixo, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. licitacao@pmc.sc.gov.br. Informações (47) 3621 7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Pregão Presencial n.º 16/2010

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 96/2010
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/10/2010, às 14:05 horas, pregão presencial para aquisição parcelada de cargas de gás P45, destinados às escolas da Rede Municipal de Ensino e fardos de água mineral e copos descartáveis, destinados a atender eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação. Recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 08/10/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Tomada de Preços n.º 13/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 95/2010
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 13/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14 de outubro de 2010, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa para fornecimento e instalação de 12 (doze) Parques infantis, destinados à 12 Centros de Educação Infantil do Município. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Convite FMAS Nº 25/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
CONVITE Nº 25/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/10
HOMOLOGAÇÃO: 05/07/10
CONTRATADO: CLEMENTE BAHNIUK & CIA LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES JUNTO AO PROGRAMA CREAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.149,34 (seis mil cento e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Convite FMAS Nº 25/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
CONVITE Nº 25/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/10
HOMOLOGAÇÃO: 05/07/10
CONTRATADO: SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES JUNTO AO PROGRAMA CREAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 962,40 (novecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Convite FMAS Nº 25/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
CONVITE Nº 25/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/10
HOMOLOGAÇÃO: 05/07/10
CONTRATADO: SUPERMERCADO HILÁRIO FUCHS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES JUNTO AO PROGRAMA CREAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 64,80 (sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.



Resultado Convite FMAS N° 26/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
CONVITE N° 26/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/10
HOMOLOGAÇÃO: 09/07/10
CONTRATADO: ATACADO OURO VERDE LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO A SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA CREAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.827,12 (um mil oitocentos e vinte e sete reais e doze centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Convite FMAS N° 26/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
CONVITE N° 26/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/10
HOMOLOGAÇÃO: 09/07/10
CONTRATADO: PAPELARIA SAO BENTO LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO A SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA CREAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.330,01 (um mil trezentos e trinta reais e um centavo)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Convite FMAS N° 27/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
CONVITE N° 27/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/10
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/10
CONTRATADO: MMNUTRI NUTRICAÇÃO E FARMACEUTICA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS E COMPLEMENTOS ALIMENTARES DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO PARA CRIANÇAS CARENTES CADASTRADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.850,54 (três mil oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Convite FMAS N°25/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
CONVITE N° 25/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/10
HOMOLOGAÇÃO: 05/07/10
CONTRATADO: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA (CAÇADOR)
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES JUNTO AO PROGRAMA CREAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.870,52 (cinco mil oitocentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Convite FMS N° 07/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
CONVITE N° 7/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 22/10
HOMOLOGAÇÃO: 02/08/10
CONTRATADO: ALVO CONFECÇÕES LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, A SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS QUE ATUAM NO PROGRAMA EQUIPE ESTRATÉGICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E PROGRAMA DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.807,00 (onze mil oitocentos e sete reais)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Convite FMS N° 08/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
CONVITE N° 8/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 23/10
HOMOLOGAÇÃO: 27/07/10
CONTRATADO: STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS DESTINADAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.448,00 (oito mil quatrocentos e quarenta e oito reais)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Dispensa de Licitação FMAS N° 03/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 3/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/10
HOMOLOGAÇÃO: 30/07/10
CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PROJovem ADOLESCENTE - SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO, CICLO I.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.075,00 (quinze mil e setenta e cinco reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Dispensa de Licitação FMAS N° 04/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 4/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/10
HOMOLOGAÇÃO: 30/07/10
CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DA OFICINA DE TEATRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PSE E PETI.
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.333,33 (treze mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)



FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Dispensa de Licitação FMAS Nº 05/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/10
HOMOLOGAÇÃO: 30/07/10
CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE SUPERVISÃO ESPECIALIZADA NA ÁREA DE PEDAGOGIA PARA O ACOMPANHAMENTO DOS ESTAGIÁRIOS NAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NA BRINQUEDOTECA DO CRAS I E PROGRAMAS PSE E PETI.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.841,50 (três mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Dispensa de Licitação FME Nº 01/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/10
HOMOLOGAÇÃO: 23/08/10
CONTRATADO: APP EEF SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
CONTRATANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS
OBJETO: LOCAÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES, DESTINADO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.
RICARDO PEREIRA MARTIN - Presidente

Resultado Dispensa de Licitação FMS Nº 01/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/10
HOMOLOGAÇÃO: 13/08/10
CONTRATADO: BEMFAM-CIDAD. EDUCAÇÃO DESENV. SOCIAL SAÚDE-CEDESS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS E ASSISTENCIAIS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA, EM ATENÇÃO AO DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1998), ART 226, PARÁGRAFO 7º, REGULAMENTADO PELA LEI 9.263/96, E DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, QUE REGULAMENTAM A DISPONIBILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR NA REDE PÚBLICA, PERMITINDO A PARTICIPAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DE INSTITUIÇÕES DE PLANEJAMENTO FAMILIAR NA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.760,00 (vinte e sete mil setecentos e sessenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Resultado Pregão Eletrônico FMAS Nº 01/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/10
HOMOLOGAÇÃO: 01/07/10
CONTRATADO: BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) NOTEBOOK, DESTINADO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.480,00 (dois mil quatrocentos e oitenta reais)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Eletrônico FMS Nº 03/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/10
HOMOLOGAÇÃO: 12/07/10
CONTRATADO: BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS, DESTINADOS AO PROJETO DE ADESAO AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NO SUS. (PROGESUS).
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.507,90 (um mil quinhentos e sete reais e noventa centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Eletrônico FMS Nº 03/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/10
HOMOLOGAÇÃO: 12/07/10
CONTRATADO: PATRICIA DE MORAES HINZ
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS, DESTINADOS AO PROJETO DE ADESAO AO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NO SUS. (PROGESUS).
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.787,99 (dois mil setecentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Eletrônico FMS Nº 04/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/10
HOMOLOGAÇÃO: 19/07/10
CONTRATADO: IRMAOS BOHRER ELETRO ELETRONICOS LTDA ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS, DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais)



LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Eletrônico FMS N° 04/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 4/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/10
HOMOLOGAÇÃO: 19/07/10
CONTRATADO: SOUZA & HANISCH ELETROELETRONICOS E INFORMATICA LT
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS, DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.456,94 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Eletrônico FMS N° 06/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 6/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/10
HOMOLOGAÇÃO: 20/08/10
CONTRATADO: SERCOMPE COMPUTADORES LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) SERVIDOR DE DADOS, DESTINADO A REDE DE INFORMÁTICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 12.730,50 (doze mil setecentos e trinta reais e cinquenta centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Presencial FMAS N° 01/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS
PREGÃO PRESENCIAL N° 1/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 34/10
HOMOLOGAÇÃO: 18/08/10
CONTRATADO: SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE COPA E COZINHA. DESTINADOS AO PROGRAMA CRAS I, II e III.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.751,46 (quatro mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e seis centavos)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Resultado Pregão Presencial FUMREBOMPM N° 01/2010

FUMREBOMPM DE CANOINHAS
PREGÃO PRESENCIAL N° 1/10
PROCESSO LICITATÓRIO N° 2/10
HOMOLOGAÇÃO: 19/07/10
CONTRATADO: DRÄGER SAFETY DO BRASIL EQUIP. DE SEGURANCA LTDA
CONTRATANTE: FUMREBOMPM DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VENTILADOR, DESTINADO AO

USO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA
SEDIADO EM CANOINHAS-SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

LEOBERTO WEINERT
Prefeito.

Contrato FMAS N° 1-08/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato N°.: 1-08/2010
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : ROSIMERY MARQUES DOS SANTOS MARCOLIN ME
Valor : 2.189,83 (dois mil cento e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos)
Vigência : Início: 02/08/2010 Término: 31/12/2010
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços N°.: 7/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE LANCHES, DESTINADOS AOS GRUPOS DO PROJETO PRÓ-JOVEM ADOLESCENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMAS N° 1-20/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato N°.: 1-20/2010
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
Valor : 1.149,00 (um mil cento e quarenta e nove reais)
Vigência : Início: 11/08/2010 Término: 31/12/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : DESENVOLVIMENTO DA OFICINA DA CIDADANIA, DIREITOS E DEVERES, DESTINADA AOS PARTICIPANTES DO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM DURAÇÃO DE 140 (CENTO E QUARENTA) HORAS/AULA.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMAS N° 1-36/2009

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato N°.: 1-36/2009
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : J&B EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 05/07/2010 Término: 05/08/2010
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 2/2009
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA RUA CATARINA DE SOUZA HUBNER, NO BAIRRO PIEDADE, COM 220,50 M2, COM O FORNECIMENTO DE TODO O



MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO DETALHADO.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMAS Nº 24/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 24/2010
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
Valor : 15.075,00 (quinze mil e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 30/07/2010 Término: 31/12/2010
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2010
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (47) Saldo: 30.608,85
Objeto : DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PROJOVEM ADOLESCENTE - SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO, CICLO I, DESTINADO A 02 (DOIS) GRUPOS COM CARGA HORÁRIA DE 360 HORAS CADA GRUPO.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMAS Nº 25/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 25/2010
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
Valor : 13.333,33 (treze mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)
Vigência : Início: 30/07/2010 Término: 31/12/2010
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2010
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 113.770,22
Objeto : DESENVOLVIMENTO DA OFICINA DE TEATRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PSE E PETI, COM DURAÇÃO DE 135 (CENTO E TRINTA E CINCO) HORAS/AULA.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMAS Nº 26/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 26/2010
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
Valor : 3.841,50 (três mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 30/07/2010 Término: 31/12/2010
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2010
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (20) Saldo: 100.436,89
Objeto : DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE SUPERVISÃO

ESPECIALIZADA NA ÁREA DE PEDAGOGIA PARA O ACOMPANHAMENTO DOS ESTAGIÁRIOS NAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NA BRINQUEDOTECA DO CRAS I E PROGRAMAS PSE E PETI, COM DURAÇÃO DE 200 (DUZENTAS) HORAS/AULA.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMAS Nº 27/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 27/2010
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
Valor : 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 02/08/2010 Término: 31/12/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : DESENVOLVIMENTO DA OFICINA DE ARTESANATO, DESTINADA AO GRUPO REVELAÇÃO, CRAS II, COM DURAÇÃO TOTAL DE 85 (OITENTA E CINCO) HORAS/AULA.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMAS Nº 28/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 28/2010
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
Contratada : FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA
Valor : 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 05/08/2010 Término: 31/12/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE CAPACITAÇÃO PARA PINTORES, DESTINADA AO CRAS II, COM DURAÇÃO TOTAL DE 60 (SESSENTA) HORAS/AULA, PARA 15 (QUINZE) PARTICIPANTES.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FME Nº 03/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contrato Nº.: 03/2010
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS
Contratada : APP EEF SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 23/08/2010 Término: 31/12/2010
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2010
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 16.112,18
Objeto : LOCAÇÃO DO GINÁSIO POLI - ESPORTIVO, SITUADO À RUA BENJAMIN CONSTANT, CENTRO, NESTA CIDADE DE CANOINHAS/SC, DESTINADO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS.



LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FME Nº 04/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contrato Nº.: 04/2010
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS
Contratada : MR.CLEAN EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor : 9.999,93 (nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos)
Vigência : Início: 31/08/2010 Término: 30/09/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DA PRAÇA LAURO MULLER, COM ÁREA DE 398,55 M², COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMS Nº 1-27/2009

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 1-27/2009
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
Contratada : GASDA - STEILEIN ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/07/2010 Término: 01/11/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA QUE CONSISTEM NA ELABORAÇÃO DE DOIS PROJETOS, PARA CONSTRUÇÃO NOS TERRENOS MATRÍCULAS 30.630, 30.631 E 30632, LOCALIZADOS NAS RUAS ANTONIO LILLER E BASÍLIO HUMENHUK.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMS Nº 11-21/2007

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 11-21/2007
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
Contratada : CONTESTADO - PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Valor : 297.491,52 (duzentos e noventa e sete mil quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 30/08/2010 Término: 31/12/2010
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2007
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA, COMO MÉDICO PLANTONISTA, PARA ATUAREM NO P. A. PRONTO ATENDIMENTO.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMS Nº 16/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 16/2010
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
Contratada : MARIA OLINDA CARVALHO BORA
Valor : 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 31/08/2010 Término: 31/12/2010
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DO IMÓVEL URBANO, CONSTITUÍDO DE UM TERRENO E PRÉDIO EM ALVENARIA MEDINDO 120,00 M², DEVIDAMENTE MATRICULADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CANOINHAS, SOB O Nº 16.678, LOCALIZADO À RUA GETULIO VARGAS, 118, CEDNTRO, CANOINHAS, SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Contrato FMS Nº 7-17/2009

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Contrato Nº.: 7-17/2009
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
Contratada : CELIO LEANDRO SARMENTO & CIA LTDA
Valor : 4.778,61 (quatro mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos)
Vigência : Início: 20/07/2010 Término: 29/07/2010
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2009
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA COHAB III, LOCALIZADO NO BAIRRO PIEDADE, COM ÁREA TOTAL DE 195,00 M2, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE NECESSÁRIOS.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 076.2010

DECRETO Nº 076, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.
Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.930, de 22 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de um milhão, oitenta e nove mil e setecentos reais (R\$ 1.089.700,00), para re-



forço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:
Demonstrativo das Dotações Orçamentárias Suplementadas

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO DOS SERV GERAIS DA ADM	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-017	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	250.000,00
0302.06.181.0190.2185	MANUT CONVÊNIO TRANSITO COM SESP	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-041	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	15.000,00
0302.28.122.0000.2193	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
33904700-051	Obrigações tributárias e contributivas	00	00	R\$	90.000,00
0401.04.122.0045.2017	MANUT DA SECRET DE AGRIC E MEIO AMB	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-060	Material de consumo	00	00	R\$	10.000,00
0501.04.122.0065.2046	MANUT SECRET EDUC, CULT. E ESPORTES	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-088	Material de consumo	01	00	R\$	4.000,00
0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇA DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$	15.000,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	19	00	R\$	200.000,00
31901300-094	Obrigações patronais	01	00	R\$	300.000,00
0501.12.365.0060.2042	MANUT DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-121	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$	25.000,00
0601.04.122.0120.2089	MANUT SECRET INFRAESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-162	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	20.000,00
0601.15.452.0120.2090	MANUT SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
31903400-175	Outras despesas de pessoal décor. de contratação	00	00	R\$	35.000,00
0601.26.782.0145.2113	MANUT FÁBRICA ARTEFATOS CIMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-202	Material de consumo	00	00	R\$	20.000,00
1701.23.695.0055.2041	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33504100-248	Contribuições	00	00	R\$	15.700,00
33903000-249	Material de consumo	00	00	R\$	35.000,00
33903900-250	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	55.000,00
	Total			R\$	1.089.700,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nºs 2011, 2192, 2022, 1023, 2046, 2042, 2070, 1082, 1085, 2096, 1111, 1143 vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de um milhão, oitenta e nove mil e setecentos reais (R\$ 1.089.700,00), na forma do quadro a seguir.

Demonstrativo das Anulações

0301.04.122.0020.2011	MANUT SISTEMA CONTROLE INTERNO	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-025	Diárias – civil	00	00	R\$	500,00
33903000-026	Material de consumo	00	00	R\$	4.080,00
33903900-027	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	3.060,00
0302.28.122.0000.2192	COMPENSAÇÃO FINANC COM SIST FED PRE	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-050	Obrigações patronais	00	00	R\$	12.500,00
0401.20.601.0045.2022	MANUT. DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-067	Material de consumo	00	00	R\$	70.000,00
0401.20.601.0045.1023	AQUIS. VEÍCULOS P/ SECRET. DE AGRICULT	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-072	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	10.000,00
0501.04.122.0065.2046	MANUT SECRET EDUCAÇÃO, CULT. ESPOR	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-085	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$	35.000,00
0501.12.365.0060.2042	MANUTENÇÃO CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-122	Equipamentos e material permanente	01	00	R\$	25.000,00
0502.13.392.0095.2070	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-132	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	70.000,00
44905200-138	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	5.000,00
0601.06.182.0105.1082	CANALIZ. DO RIO CAPINZAL E ATUAL.PROJ	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-163	Obras e instalações	00	00	R\$	30.000,00
0601.15.451.0115.1085	CONSTRUÇÃO DE PARQUES PÚBLICOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-172	Obras e instalações	00	00	R\$	14.156,46
44905100-172	Obras e instalações	24	54	R\$	6.059,00
0601.15.452.0125.2096	SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-184	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	120.000,00
0401.26.782.0145.1111	AQUIS.IMÓVEL P/INSTALAÇÃO SECRET INF	FTE	DR	R\$	0,00
44906100-205	Aquisição de imóveis	00	00	R\$	25.000,00
0701.17.512.0165.1143	IMPL.SIST.TRATAMENTO ESGOTO SANIT	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-233	Obras e instalações	24	54	R\$	659.344,54
	Total	00	00	R\$	1.089.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 22 de setembro de 2010.
LEONIR BOARETTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.
EDSON ANTONIO CASSIANO
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 077.2010

DECRETO Nº 077, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.
Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições



que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.930, de 22 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de cento e vinte e um mil e setecentos reais (R\$ 121.700,00), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-008	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	64	08	R\$	121.700,00
Total				R\$	121.700,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias nºs 2126, 2127, 2128, 1124, 1125, 2131, 2134, 2137 vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de cento e vinte e um mil e setecentos reais (R\$ 121.700,00), na forma dos quadros a seguir.

0801.10.301.0150.2126	ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-011	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	02	00	R\$	5.000,00
0801.10.301.0150.2127	MANUT.SMPL.ATEND. PREV SAÚDE BUCAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-012	Material de consumo	64	11	R\$	3.000,00
33903900-013	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	64	11	R\$	4.000,00
0801.10.301.0150.2128	PREV AOS DST E COMBATE A AIDS	FTE	DR	R\$	0,00
33903200-014	Material de distribuição gratuita	02	00	R\$	14.000,00
33903900-015	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	02	00	R\$	1.000,00
0801.10.301.0150.1124	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-018	Equipamentos e material permanente	02	00	R\$	30.000,00
0801.10.301.0150.1125	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-019	Equipamentos e material permanente	02	00	R\$	14.200,00
0801.10.302.0150.2131	MANUTENÇÃO LABORAT DA UNID CENT	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-022	Material de consumo	02	00	R\$	15.000,00
44905200-024	Equipamentos e material permanente	02	00	R\$	7.000,00
0801.10.305.0150.2134	MANUT DA VIGIL EPIDEMIOLÓGICA	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-028	Diárias - Civil	64	67	R\$	3.000,00
44905200-031	Equipamentos e material permanente	64	60	R\$	3.000,00
44905200-031	Equipamentos e material permanente	66	16	R\$	10.000,00
0801.10.306.0160.2137	ALIMENTAÇÃO CRIANÇAS DE BAIXO PESO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-032	Material de consumo	02	00	R\$	10.136,43

33903000-032	Material de consumo	64	14	R\$	2.363,57
Total				R\$	121.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 22 de setembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 078.2010

DECRETO Nº 078, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2.930, de 22 de setembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de trezentos e cinquenta mil reais (R\$ 350.000,00), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-008	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	02	00		350.000,00
Total				R\$	350.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo da dotação orçamentária nº 1143 vinculada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de trezentos e cinquenta mil reais (R\$ 350.000,00), na forma do quadro a seguir.

0701.17	SANEAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
0701.17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0701.17.512.0165	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
0701.17.512.0165.1143	IMPL.SIST.TRATAMENTO ESGOTO SANIT	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-233	Obras e instalações	24	54	R\$	350.000,00
Total		00	00	R\$	350.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 22 de setembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Contrato 160/2010 PMC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0160/2010



Pregão Eletrônico 0102/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: AUTO CAPAS CAPINZAL LTDA

OBJETO: Aquisição de Materiais, Toldos para corredores, escadarias e recepções das escolas da rede Municipal de Ensino da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, recursos Salário Educação.

VALOR R\$: 30.075,00

VIGÊNCIA: 16/09/2010 A 31/12/2010

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 57/2010 FMS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0057/2010

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia 0018/2010

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUcoes LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades do contrato original, no valor de R\$ 32.257,42 (trinta e dois mil, duzentos e cinqüenta e sete reais, quarenta e dois centavos), conforme planilha discriminativa em anexo.

VALOR R\$: 32.257,42

VIGÊNCIA: 22/09/2010 A 20/10/2010

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N° 310/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

PORTARIA N° 310/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal e, nos termos das disposições do Artigo 97 e seguintes, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99, e considerando o que consta do Processo SEAP/DRH nº 001/2010,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos relativos as supostas irregularidades atribuídas aos Agentes Públicos da Secretaria Municipal da Agricultura, Industria e Comércio, Eraldo Luiz Monteiro, Adilson Heinz, Diego Fernando Chiquio e Guilhermino Bilk, relacionadas no Processo SEAP/DRH nº 001/2010.

Art.2º Para cumprimento do disposto no art. 1º, fica constituída Comissão formada pelos servidores do quadro de pessoal efetivo:

- Vilma Rosa Correia de Oliveira - Matrícula nº 238/02
- Josir Jacó Kalbusch- Matrícula nº 223/02
- Ernesto José Francisco - Matrícula nº 228/02

Parágrafo único. Presidirá os Trabalhos da Comissão o servidor Josir Jacó Kalbusch.

Art. 3º A Comissão observará as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, artigo 97 e seguintes, a Constituição Federal e demais disposições legais aplicáveis.

Art.4º Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária a elucidação dos fatos,

bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste ato, para a conclusão do inquérito administrativo e apresentação do relatório conclusivo.

Parágrafo único. Poderá ser concedida prorrogação por igual período quando as circunstancias exigirem.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de setembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 308/2010 de 22.09.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

P O R T A R I A N° 308/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar N° 007 de 23.12.99, Lei Complementar N°. 008 de 23.12.99 e Lei Complementar 0011 de 30.04.2002,

RESOLVE:

Art.1º Nomear ELIOMAR SCHEIDT DE SOUZA, para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, Nível DAS-2 - Anexo IV e V, da Lei Complementar 0011, de 30.04.2002, a partir de 23.09.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 22 de setembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 311/2010 de 23.09.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A N° 311/2010

- Considerando o atestado Medico da Servidora, LUCELIA KEMPNER INACIO.

- Considerando que a funcionária, LUCELIA KEMPNER INACIO necessita prorrogar sua Licença para tratamento de Saúde.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso I, art. 64 da Complementar nº 008, de 23/12/99, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 243/2010 de 30.06.2010, Retificada pela Portaria nº 260/2010 de 06.08.2010, que Concede Licença para tratamento de Saúde, a servidora LUCELIA KEMPNER INACIO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período 20.09.2010 a 18.12.2010, conforme atestado medico.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de setembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 312/2010 de 23.09.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

P O R T A R I A Nº 312/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora CLEUSA FRANCISCO SCHNEIDER, matrícula nº 249/01, licença pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 20.09.2010, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 60 (sessenta) dias, a contar de 05/10/2010, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de setembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria nº 313/2010 de 23.09.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado

P O R T A R I A Nº 313/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora ADRIANA MARTINS DAMANN, matrícula nº 2421/01, licença pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 20.09.2010, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 60 (sessenta) dias, a contar de 05/10/2010, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de setembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de ratificação de inexigibilidade de Licitação Nº 7/2010 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2010 - FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para o credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2.801 de 14 de Maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 de Fevereiro de 1999 e Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, a favor da empresa FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO, no valor estimado de R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Concórdia, SC, 23 de setembro de 2010.

MARIA LUIZA MARCON

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do resultado da habilitação tomada de preços 2/2010 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2010 - FMS

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de obra de construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro São Cristóvão.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: verificando a documentação das licitantes constatou-se que a licitante MIRANPEDRAS COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, apresentou os documentos exigidos nas alíneas "c" e "f" do subitem 5.1 do Edital (Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede da licitante) e (Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei). Considerando o fato de a empresa ter se declarado Microempresa (ME), ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) através da Certidão de enquadramento, a Presidente da Sessão concedeu o prazo de dois dias úteis, prorrogáveis por até mais dois dias, com base no subitem 7.4.1 do Edital, ou seja, a licitante MIRANPEDRAS COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, deverá apresentar as referidas negativas válidas até às 17:00 horas do dia 28/09/2010. Foram julgadas habilitadas as licitantes KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, DECC CONSTRUÇÕES LTDA, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, CONSTRUTORA SOLO LTDA, RHS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - EPP E CONSTRUTORA JPV LTDA - ME, e foi julgada inabilitada a licitante CONSTRUTORA E CONSULTORIA BOULEVARD LTDA, por apresentar o documento exigido na alínea "a" (Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado com capital social integralizado inferior a R\$ 39.647,91 (trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais



e noventa e um centavos), conforme exigido no Edital. Pelo fato das empresas KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, CONSTRUTORA SOLO LTDA, e MIRANPEDRAS COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA não terem encaminhado os Termos de Renúncias relativos a esta fase, a Vice-Presidente oficializou que a presente licitação terá de ser suspensa para que o resumo do julgamento ora proferido seja devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, o que deverá ocorrer dia 24 de setembro do ano corrente, sendo que o consequente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previstos no art. 109, inc. I, alínea "a" e § 6º, do citado diploma legal, será contado a partir daquela data. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, os proponentes habilitados ficam desde já convocados a comparecer neste mesmo local às 05 (cinco) de outubro, para participarem da sessão de abertura e julgamento de suas propostas de preços.

Concórdia, SC, 22 de setembro de 2010.

PATRÍCIA S. ORLANDINI

Vice-Presidente da C.P.L.

Extrato do resultado da habilitação tomada de preços Nº 22/2010 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2010 - PMC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para reforma e/ou construção de unidades escolares deste Município.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a) foram julgadas habilitadas as licitantes CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, CONSTRUTORA E CONSULTORIA BOULEVARD LTDA, LITHOS ENGENHARIA LTDA, UNITECNO- COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS e EXECCUTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA; b) foi julgada inabilitada a empresa OHMNI SOLUÇÕES EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. Outrossim, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a proponente participante, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 6 (seis) de outubro de 2010, às 15h30min (quinze horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 23 de setembro de 2010.

LUÍS CARLOS JAROMINEK

Presidente da C.P.L.

Edital de Notificação Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 129.379,63 (cento e vinte e nove mil trezentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos).

Concórdia SC, 23 de setembro de 2010.

VILMA INEZ STRINGHINI

Secretária Municipal de Finanças



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de CONCORDIA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	111.038.300,00	111.038.300,00	20.222.778,94	18,21	77.762.016,64	70,03	33.276.283,36
RECEITAS CORRENTES	105.307.200,00	105.307.200,00	19.822.097,79	18,82	76.889.719,81	73,01	28.417.480,19
RECEITA TRIBUTARIA	14.880.900,00	14.880.900,00	2.434.988,63	16,36	11.950.681,31	80,31	2.930.218,69
IMPOSTOS	11.482.200,00	11.482.200,00	2.115.934,66	18,43	9.602.090,68	83,63	1.880.109,32
TAXAS	2.198.700,00	2.198.700,00	202.120,50	9,19	1.860.346,71	84,61	338.353,29
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.200.000,00	1.200.000,00	116.933,47	9,74	488.243,92	40,69	711.756,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.335.500,00	4.335.500,00	780.686,24	18,01	3.171.007,46	73,14	1.164.492,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.276.800,00	2.276.800,00	484.907,72	21,30	1.866.584,56	81,98	410.215,44
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	2.058.700,00	2.058.700,00	295.778,52	14,37	1.304.422,90	63,36	754.277,10
RECEITA PATRIMONIAL	1.632.600,00	1.632.600,00	1.262.361,31	77,32	3.260.037,92	199,68	-1.627.437,92
RECEITAS IMOBILIARIAS	76.000,00	76.000,00	12.632,99	16,62	51.481,89	67,74	24.518,11
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.385.600,00	1.385.600,00	1.219.467,33	88,01	3.087.223,64	222,81	-1.701.623,64
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	171.000,00	171.000,00	30.260,99	17,70	121.332,39	70,95	49.667,61
RECEITA AGROPECUARIA	26.500,00	26.500,00	1.229,74	4,64	23.703,68	89,45	2.796,32
Outras Rec. Agropecuárias	26.500,00	26.500,00	1.229,74	4,64	23.703,68	89,45	2.796,32
RECEITA DE SERVIÇOS	1.098.000,00	1.098.000,00	173.693,67	15,82	977.680,46	89,04	120.319,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.402.700,00	80.402.700,00	14.396.918,29	17,91	54.702.720,46	68,04	25.699.979,54
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.443.600,00	79.443.600,00	14.194.240,04	17,87	54.056.508,64	68,04	25.387.091,36
Transf. de Conv.	959.100,00	959.100,00	202.678,25	21,13	646.211,82	67,38	312.888,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.931.000,00	2.931.000,00	772.219,91	26,35	2.803.888,52	95,66	127.111,48
Multas e Juros de Mora	1.769.900,00	1.769.900,00	416.624,44	23,54	1.362.640,51	76,99	407.259,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	358.600,00	358.600,00	119.410,20	33,30	467.373,06	130,33	-108.773,06
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	488.700,00	488.700,00	196.261,40	40,16	609.921,54	124,80	-121.221,54
RECEITAS DIVERSAS	313.800,00	313.800,00	39.923,87	12,72	363.953,41	115,98	-50.153,41
RECEITAS DE CAPITAL	5.731.100,00	5.731.100,00	400.681,15	6,99	872.296,83	15,22	4.858.803,17
ALIENAÇÃO DE BENS	145.900,00	145.900,00	17.749,11	12,17	291.364,79	199,70	-145.464,79
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	145.900,00	145.900,00	0,00	0,00	235.000,00	161,07	-89.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	17.749,11	0,00	56.364,79	0,00	-56.364,79
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.585.200,00	5.585.200,00	382.932,04	6,86	580.932,04	10,40	5.004.267,96
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.585.200,00	5.585.200,00	382.932,04	6,86	580.932,04	10,40	5.004.267,96
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.715.700,00	2.715.700,00	761.496,70	28,04	2.937.908,17	108,18	-222.208,17
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.715.700,00	2.715.700,00	761.496,70	28,04	2.937.908,17	108,18	-222.208,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.715.700,00	2.715.700,00	761.496,70	28,04	2.937.908,17	108,18	-222.208,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.715.700,00	2.715.700,00	761.496,70	28,04	2.937.908,17	108,18	-222.208,17

Continua 1/3

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.715.700,00	2.715.700,00	761.496,70	28,04	2.937.908,17	108,18	-222.208,17
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	113.754.000,00	113.754.000,00	20.984.275,64	18,45	80.699.924,81	70,94	33.054.075,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	113.754.000,00	113.754.000,00	20.984.275,64	18,45	80.699.924,81	70,94	33.054.075,19
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	113.754.000,00	113.754.000,00	20.984.275,64	18,45	80.699.924,81	70,94	33.054.075,19
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.771.427,62	—	—	495.615,73	—	—
Superávit Financeiro	—	2.771.427,62	—	—	495.615,73	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	109.753.400,00	6.831.215,94	116.584.615,94	15.918.749,09	83.443.269,77	18.825.913,84	63.048.371,74	54,08	53.536.244,20
DESPESAS CORRENTES	92.642.076,00	3.466.410,07	96.108.486,07	14.688.556,94	70.641.568,40	16.551.767,79	56.323.997,51	58,60	39.784.488,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.427.500,00	405.672,00	37.833.172,00	6.956.078,68	23.711.334,34	6.994.121,60	23.423.507,64	61,91	14.409.664,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	-155.000,00	845.000,00	137.952,88	539.094,67	137.952,88	539.094,67	63,80	305.905,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.214.576,00	3.215.738,07	57.430.314,07	7.594.525,38	46.391.139,39	9.419.693,31	32.361.395,20	56,35	25.068.918,87
DESPESAS DE CAPITAL	16.911.324,00	3.364.805,87	20.276.129,87	1.230.192,15	12.801.701,37	2.274.146,05	6.724.374,23	33,16	13.551.755,64
INVESTIMENTOS	16.311.324,00	3.060.805,87	19.372.129,87	1.156.046,70	12.131.952,99	2.157.515,38	6.054.625,85	31,25	13.317.504,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	304.000,00	904.000,00	74.145,45	669.748,38	116.630,67	669.748,38	74,09	234.251,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

Continua 2/3

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.000.600,00	587.800,00	4.588.400,00	752.651,97	2.963.362,18	761.232,45	2.938.368,11	64,04	1.650.031,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.000.600,00	587.800,00	4.588.400,00	752.651,97	2.963.362,18	761.232,45	2.938.368,11	64,04	1.650.031,89
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	113.754.000,00	7.419.015,94	121.173.015,94	16.671.401,06	86.406.631,95	19.587.146,29	65.986.739,85	54,46	55.186.276,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	113.754.000,00	7.419.015,94	121.173.015,94	16.671.401,06	86.406.631,95	19.587.146,29	65.986.739,85	54,46	55.186.276,09
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	14.713.184,96	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	113.754.000,00	7.419.015,94	121.173.015,94	16.671.401,06	86.406.631,95	19.587.146,29	80.699.924,81	54,46	55.186.276,09

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.917.203,76

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	116.584.615,94	15.918.749,09	83.443.269,77	18.825.913,84	63.048.371,74	95,55	54,08	53.536.244,20
Legislativa	1.810.800,00	1.810.800,00	204.518,79	1.240.919,48	255.482,68	1.088.793,58	1,65	60,13	722.006,42
Ação Legislativa	1.810.800,00	1.810.800,00	204.518,79	1.240.919,48	255.482,68	1.088.793,58	1,65	60,13	722.006,42
Administração	9.979.700,00	10.699.100,00	1.274.841,46	7.570.616,54	1.925.410,54	6.414.977,22	9,72	59,96	4.284.122,78
Ação Judiciária	66.000,00	46.000,00	3.075,71	22.220,59	8.994,15	20.611,68	0,03	44,81	25.388,32
Planejamento e Orçamento	123.000,00	123.000,00	1.659,58	94.683,93	1.727,58	93.993,41	0,14	76,42	29.006,59
Administração Geral	7.364.200,00	7.573.600,00	1.107.164,09	5.079.108,08	1.390.085,14	4.540.055,81	6,88	59,95	3.033.544,19
Comunicação Social	500.000,00	600.000,00	146.559,14	491.499,00	140.513,14	425.272,70	0,64	70,88	174.727,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.926.500,00	2.356.500,00	16.382,94	1.883.104,94	384.090,53	1.335.043,62	2,02	56,65	1.021.456,38
Assistência Social	4.534.700,00	5.134.762,89	637.263,86	3.800.551,74	819.400,00	3.103.161,54	4,70	60,43	2.031.601,35
Administração Geral	1.904.500,00	2.063.820,85	333.877,79	1.462.565,59	394.827,48	1.294.321,53	1,96	62,71	769.499,32
Assistência ao Idoso	312.200,00	357.200,00	17.629,55	146.344,94	27.337,96	116.090,99	0,18	32,50	241.109,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.538.000,00	1.903.742,04	283.041,52	1.401.501,70	334.727,26	1.043.266,73	1,58	54,80	860.475,31
Assistência Comunitária	780.000,00	810.000,00	2.715,00	790.139,51	62.507,30	649.482,29	0,98	80,18	160.517,71
Previdência Social	3.849.100,00	3.849.100,00	566.375,22	2.083.398,65	589.171,48	2.016.421,89	3,06	52,39	1.832.678,11
Administração Geral	576.600,00	576.600,00	42.168,17	297.460,97	64.964,43	230.484,21	0,35	39,97	346.115,79
Previdência Básica	3.272.500,00	3.272.500,00	524.207,05	1.785.937,68	524.207,05	1.785.937,68	2,71	54,57	1.486.562,32
Saúde	27.034.600,00	27.939.600,00	5.520.882,06	23.417.150,83	4.781.475,68	17.660.268,80	26,76	63,21	10.279.331,20
Administração Geral	1.215.900,00	1.515.900,00	334.119,67	1.236.361,30	314.905,92	1.063.703,60	1,61	70,17	452.196,40
Atenção Básica	8.710.500,00	8.965.500,00	1.640.383,56	5.570.879,38	1.512.824,97	5.246.836,99	7,95	58,52	3.718.663,01
Suporte Profilático e Terapêutico	16.555.800,00	16.905.800,00	3.502.318,99	16.261.592,86	2.850.973,80	11.097.587,22	16,82	65,64	5.808.212,78
Vigilância Sanitária	552.400,00	552.400,00	44.059,84	348.317,29	102.770,99	252.140,99	0,38	45,64	300.259,01
Educação	23.180.900,00	25.736.288,32	4.163.305,86	17.451.574,03	4.688.400,13	14.740.603,79	22,34	57,28	10.995.684,53
Alimentação e Nutrição	623.800,00	712.140,00	227.372,25	678.138,14	116.628,05	487.262,24	0,74	68,42	224.877,76
Ensino Fundamental	17.176.100,00	19.084.055,91	2.873.996,01	12.584.713,52	3.475.148,15	10.758.835,62	16,30	56,38	8.325.220,29
Ensino Médio	439.200,00	552.852,41	0,00	528.313,64	145.943,59	218.535,03	0,33	39,53	334.317,38
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Infantil	4.919.300,00	5.364.740,00	1.061.937,60	3.649.409,13	948.847,11	3.270.039,79	4,96	60,95	2.094.700,21
Educação Especial	21.500,00	21.500,00	0,00	10.999,60	1.833,23	5.931,11	0,01	27,59	15.568,89
Cultura	1.284.300,00	1.291.095,02	128.585,01	531.180,80	139.094,35	436.657,58	0,66	33,82	854.437,44
Administração Geral	1.126.300,00	1.126.300,00	107.784,61	455.975,97	109.695,55	366.152,75	0,55	32,51	760.147,25
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	116.584.615,94	15.918.749,09	83.443.269,77	18.825.913,84	63.048.371,74	95,55	54,08	53.536.244,20
Cultura	1.284.300,00	1.291.095,02	128.585,01	531.180,80	139.094,35	436.657,58	0,66	33,82	854.437,44
Difusão Cultural	150.000,00	156.795,02	20.800,40	75.204,83	29.398,80	70.504,83	0,11	44,97	86.290,19
Urbanismo	20.539.800,00	22.782.339,84	1.569.949,76	15.636.387,85	3.113.829,99	8.405.406,27	12,74	36,89	14.376.933,57
Administração Geral	3.462.800,00	3.542.800,00	539.952,77	1.926.388,00	551.660,56	1.848.830,54	2,80	52,19	1.693.969,46
Infra-Estrutura Urbana	17.077.000,00	19.239.539,84	1.029.996,99	13.709.999,85	2.562.169,43	6.556.575,73	9,94	34,08	12.682.964,11
Habitação	642.200,00	542.200,00	11.836,31	104.780,97	22.570,10	67.059,92	0,10	12,37	475.140,08
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	782,59	18.522,01	1.332,52	11.467,52	0,02	45,87	13.532,48
Habitação Rural	617.200,00	517.200,00	11.053,72	86.258,96	21.237,58	55.592,40	0,08	10,75	461.607,60
Gestão Ambiental	641.800,00	653.125,87	67.379,82	430.168,74	96.940,70	335.151,51	0,51	51,31	317.974,36
Administração Geral	420.700,00	432.025,87	58.802,92	265.394,91	66.698,84	238.063,63	0,36	55,10	193.962,24
Recuperação de Áreas Degradadas	221.100,00	221.100,00	8.576,90	164.773,83	30.241,86	97.087,88	0,15	43,91	124.012,12
Agricultura	2.485.600,00	2.404.200,00	38.560,59	1.511.036,23	237.395,91	1.235.589,94	1,87	51,39	1.168.610,06
Administração Geral	12.000,00	12.000,00	0,00	8.562,40	1.276,30	5.151,85	0,01	42,93	6.848,15
Saneamento Básico Rural	120.000,00	40.000,00	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00	0,03	52,50	19.000,00
Promoção da Produção Vegetal	37.500,00	27.500,00	0,00	21.299,50	0,00	21.299,50	0,03	77,45	6.200,50
Promoção da Produção Animal	105.000,00	94.600,00	0,00	89.538,00	20.667,02	86.429,49	0,13	91,36	8.170,51
Abastecimento	72.000,00	57.000,00	1.485,00	3.798,06	0,00	2.313,06	0,00	4,06	54.686,94
Extensão Rural	2.139.100,00	2.173.100,00	37.075,59	1.366.838,27	215.452,59	1.099.396,04	1,67	50,59	1.073.703,96
Indústria	52.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Promoção Industrial	52.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Comércio e Serviços	557.400,00	557.400,00	98.876,08	347.053,87	154.606,35	288.307,37	0,44	51,72	269.092,63
Promoção Comercial	279.700,00	279.700,00	58.200,00	170.708,39	85.746,27	142.953,89	0,22	51,11	136.746,11
Turismo	277.700,00	277.700,00	40.676,08	176.345,48	68.860,08	145.353,48	0,22	52,34	132.346,52
Transporte	4.477.300,00	4.477.300,00	483.595,43	3.096.648,44	748.368,21	2.453.476,54	3,72	54,80	2.023.823,46
Administração Geral	1.793.400,00	1.793.400,00	269.658,04	1.059.185,51	292.467,81	1.001.790,70	1,52	55,86	791.609,30
Transporte Rodoviário	2.683.900,00	2.683.900,00	213.937,39	2.037.462,93	455.900,40	1.451.685,84	2,20	54,09	1.232.214,16
Desporto e Lazer	3.134.400,00	3.134.400,00	350.986,13	2.219.699,07	534.453,69	1.634.858,17	2,48	52,16	1.499.541,83
Administração Geral	1.314.400,00	1.314.400,00	204.600,82	742.628,72	199.992,18	550.032,17	0,83	41,85	764.367,83
Desporto de Rendimento	1.340.000,00	1.340.000,00	129.846,91	1.108.231,84	282.605,71	786.749,59	1,19	58,71	553.250,41
Desporto Comunitário	480.000,00	480.000,00	16.538,40	368.838,51	51.855,80	298.076,41	0,45	62,10	181.923,59
Encargos Especiais	5.348.800,00	5.327.904,00	801.792,71	4.002.102,53	719.314,03	3.167.637,62	4,80	59,45	2.160.266,38
Defesa Civil	300.000,00	326.504,00	0,00	326.504,00	65.000,00	241.504,00	0,37	73,97	85.000,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	116.584.615,94	15.918.749,09	83.443.269,77	18.825.913,84	63.048.371,74	95,55	54,08	53.536.244,20
Encargos Especiais	5.348.800,00	5.327.904,00	801.792,71	4.002.102,53	719.314,03	3.167.637,62	4,80	59,45	2.160.266,38
Serviço da Dívida Interna	1.600.000,00	1.749.000,00	212.098,33	1.208.843,05	254.583,55	1.208.843,05	1,83	69,12	540.156,95
Outros Encargos Especiais	3.448.800,00	3.252.400,00	589.694,38	2.466.755,48	399.730,48	1.717.290,57	2,60	52,80	1.535.109,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.000.600,00	4.588.400,00	752.651,97	2.963.362,18	761.232,45	2.938.368,11	4,45	64,04	1.650.031,89
Legislativa	60.000,00	60.000,00	0,00	56.500,00	8.580,48	31.505,93	0,05	52,51	28.494,07
Ação Legislativa	60.000,00	60.000,00	0,00	56.500,00	8.580,48	31.505,93	0,05	52,51	28.494,07
Administração	433.100,00	433.100,00	75.046,11	296.718,55	75.046,11	296.718,55	0,45	68,51	136.381,45
Administração Geral	433.100,00	433.100,00	75.046,11	296.718,55	75.046,11	296.718,55	0,45	68,51	136.381,45
Assistência Social	160.000,00	160.000,00	33.170,53	124.721,42	33.170,53	124.721,42	0,19	77,95	35.278,58
Administração Geral	160.000,00	160.000,00	33.170,53	124.721,42	33.170,53	124.721,42	0,19	77,95	35.278,58
Previdência Social	3.100,00	15.100,00	1.868,48	8.115,01	1.868,48	8.115,01	0,01	53,74	6.984,99
Administração Geral	3.100,00	15.100,00	1.868,48	8.115,01	1.868,48	8.115,01	0,01	53,74	6.984,99
Saúde	600.000,00	630.000,00	140.616,60	555.701,99	140.616,60	555.701,99	0,84	88,21	74.298,01
Administração Geral	100.000,00	100.000,00	0,00	53.370,31	0,00	53.370,31	0,08	53,37	46.629,69
Atenção Básica	500.000,00	530.000,00	140.616,60	502.331,68	140.616,60	502.331,68	0,76	94,78	27.668,32
Educação	2.031.200,00	2.555.000,00	401.800,95	1.531.545,57	401.800,95	1.531.545,57	2,32	59,94	1.023.454,43
Ensino Fundamental	1.551.200,00	1.828.000,00	289.338,19	1.093.648,15	289.338,19	1.093.648,15	1,66	59,83	734.351,85
Educação Infantil	480.000,00	727.000,00	112.462,76	437.897,42	112.462,76	437.897,42	0,66	60,23	289.102,58
Cultura	50.000,00	50.000,00	6.312,96	22.666,46	6.312,96	22.666,46	0,03	45,33	27.333,54
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	6.312,96	22.666,46	6.312,96	22.666,46	0,03	45,33	27.333,54
Urbanismo	372.000,00	372.000,00	52.669,64	210.802,25	52.669,64	210.802,25	0,32	56,67	161.197,75
Administração Geral	372.000,00	372.000,00	52.669,64	210.802,25	52.669,64	210.802,25	0,32	56,67	161.197,75
Gestão Ambiental	20.500,00	20.500,00	3.152,85	13.120,35	3.152,85	13.120,35	0,02	64,00	7.379,65
Administração Geral	20.500,00	20.500,00	3.152,85	13.120,35	3.152,85	13.120,35	0,02	64,00	7.379,65
Transporte	199.700,00	199.700,00	30.118,01	118.741,91	30.118,01	118.741,91	0,18	59,46	80.958,09
Administração Geral	199.700,00	199.700,00	30.118,01	118.741,91	30.118,01	118.741,91	0,18	59,46	80.958,09
Desporto e Lazer	66.000,00	66.000,00	5.428,46	21.457,37	5.428,46	21.457,37	0,03	32,51	44.542,63
Administração Geral	66.000,00	66.000,00	5.428,46	21.457,37	5.428,46	21.457,37	0,03	32,51	44.542,63

Continua 3/4

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.000.600,00	4.588.400,00	752.651,97	2.963.362,18	761.232,45	2.938.368,11	4,45	64,04	1.650.031,89
Encargos Especiais	5.000,00	27.000,00	2.467,38	3.271,30	2.467,38	3.271,30	0,00	12,12	23.728,70
Outros Encargos Especiais	5.000,00	27.000,00	2.467,38	3.271,30	2.467,38	3.271,30	0,00	12,12	23.728,70
TOTAL (III) = (I + II)	113.754.000,00	121.173.015,94	16.671.401,06	86.406.631,95	19.587.146,29	65.986.739,85	100,00	54,46	55.186.276,09

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	8.949.686,11	9.220.008,66	8.918.892,49	11.083.279,40	8.848.297,93	9.594.785,21	13.243.570,85	10.202.584,44	10.251.568,12	9.871.673,33	10.802.782,04	10.677.048,96	121.664.177,54	115.193.400,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	864.960,45	682.732,49	762.070,97	1.124.651,51	871.959,53	1.798.889,48	3.348.604,02	1.190.974,18	1.174.680,01	1.130.585,46	1.175.375,36	1.259.613,27	15.385.096,73	14.880.900,00
I.P.T.U.	38.295,43	20.056,27	20.512,91	53.831,46	24.227,75	130.179,62	2.254.843,82	243.207,76	225.109,16	221.309,63	230.146,79	224.839,48	3.686.560,08	3.600.000,00
I.S.S.	427.220,47	418.900,96	428.421,91	526.008,88	564.215,85	508.503,30	520.861,46	576.440,29	592.233,87	560.652,90	533.080,65	569.772,04	6.226.312,58	5.900.000,00
I.T.B.I.	149.349,83	58.857,86	128.878,72	144.661,15	88.483,46	80.324,13	159.210,61	102.638,55	127.513,30	147.901,29	185.765,46	228.625,44	1.602.209,80	1.272.000,00
I.R.R.F	60.006,49	57.483,47	58.273,58	110.905,22	53.937,33	53.554,99	53.642,84	64.202,97	66.137,55	66.823,59	68.224,10	75.480,70	788.672,83	710.200,00
Outras Receitas Tributárias	190.088,23	127.433,93	125.983,85	289.244,80	141.095,14	1.026.327,44	360.045,29	204.484,61	163.686,13	133.898,05	158.158,36	160.895,61	3.081.341,44	3.398.700,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	345.996,61	356.811,82	353.971,60	490.722,65	218.509,21	382.389,84	601.282,50	402.278,74	394.054,80	391.806,13	386.632,73	394.053,51	4.718.510,14	4.335.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	271.767,87	245.564,07	341.392,68	231.029,35	249.080,96	271.600,70	528.288,00	273.847,72	239.382,80	435.476,43	629.374,60	632.986,71	4.349.791,89	1.632.600,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	850,00	1.191,75	962,00	465,00	1.455,00	1.357,00	9.749,50	6.511,50	2.576,44	824,50	502,50	727,24	27.172,43	26.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	22.496,88	13.441,72	24.090,42	35.313,06	25.448,13	51.533,12	506.051,45	73.267,76	80.860,41	66.825,92	100.045,97	73.647,70	1.073.022,54	1.098.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.174.307,71	7.700.542,88	7.174.645,83	8.896.932,50	7.259.827,09	6.704.313,87	7.766.806,55	7.961.012,31	8.050.234,85	7.508.465,36	8.149.893,90	7.904.757,60	92.251.740,45	90.288.900,00
Cota-Parte do F.P.M.	983.461,51	1.131.306,86	1.412.167,85	2.173.086,71	1.165.181,97	1.422.603,25	1.056.789,54	1.266.192,41	1.558.940,77	1.352.962,26	994.885,24	1.333.344,87	15.850.923,24	16.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.292.561,01	1.944.826,72	1.736.471,44	2.929.321,19	2.313.684,83	1.954.839,58	2.414.767,05	2.370.914,09	2.215.952,06	2.301.317,72	2.310.384,15	2.372.533,44	27.157.573,28	25.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	604.610,80	688.218,43	507.103,16	242.808,72	249.844,15	391.066,04	652.383,03	632.408,41	657.620,24	619.978,03	649.608,64	596.939,88	6.492.589,53	6.474.000,00
Cota-Parte do ITR.	2.152,23	16.232,26	633,42	1.446,24	336,42	502,45	71,69	57,22	991,22	133,28	86,24	135,97	22.778,64	7.000,00
Transferências da LC 61/1989	37.757,58	50.165,09	39.798,12	57.772,08	47.403,22	46.115,96	43.553,22	43.342,68	35.025,22	40.924,17	43.571,54	42.155,91	527.584,79	850.000,00
Transferências da LC 87/1996	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	183.266,44	300.000,00
Transferências do FUNDEB	1.234.232,75	1.249.070,60	1.302.829,42	1.416.534,92	1.447.306,09	1.284.377,14	1.420.877,04	1.505.629,62	1.483.916,21	1.491.134,59	1.416.818,51	1.504.934,33	16.757.661,22	16.000.000,00
Outras Transferências Correntes	2.004.464,90	2.605.655,99	2.160.575,49	2.060.895,71	2.020.695,57	1.589.434,61	2.162.990,14	2.127.093,04	2.082.414,29	1.686.640,47	2.719.164,74	2.039.338,36	25.259.363,31	24.857.900,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	269.306,59	219.723,93	261.758,99	304.165,33	222.018,01	384.701,20	482.788,83	294.692,23	309.778,81	337.689,53	360.956,98	411.262,93	3.858.843,36	2.931.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	920.116,00	904.288,25	878.325,93	1.222.150,42	897.403,89	905.034,62	977.808,29	1.014.994,14	1.040.559,00	1.010.031,58	945.555,32	1.065.312,16	11.781.579,60	11.272.600,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	133.906,49	134.694,83	135.647,53	267.487,13	138.608,66	138.477,66	139.650,26	149.753,41	150.326,71	151.621,83	151.030,94	152.598,72	1.843.804,17	1.380.200,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	430,33	430,33	430,33	860,66	430,33	456,74	456,74	456,74	456,74	456,74	456,74	49.047,87	54.370,29	6.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	785.779,18	769.163,09	742.248,07	953.802,63	758.364,90	766.100,22	837.701,29	864.783,99	889.775,55	857.953,01	794.067,64	863.665,57	9.883.405,14	9.886.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	8.029.570,11	8.315.720,41	8.040.566,56	9.861.128,98	7.950.894,04	8.689.750,59	12.265.762,56	9.187.590,30	9.211.009,12	8.861.641,75	9.857.226,72	9.611.736,80	109.882.597,94	103.920.800,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi

Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques

Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller

Auditor Interno

Joaquim P. B.Bicca N. Segundo

Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini

Secretaria Mun de Financas

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - JAN A AGOSTO 2010/BIM JULHO - AGOSTO

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	61.564.800,00	61.564.800,00	43.472.926,36	70,61
Impostos	11.482.200,00	11.482.200,00	9.602.090,68	83,63
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.600.000,00	3.600.000,00	3.553.864,01	98,72
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.272.000,00	1.272.000,00	1.120.462,24	88,09
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	5.900.000,00	5.900.000,00	4.425.760,36	75,01
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	710.200,00	710.200,00	502.004,07	70,68
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	651.600,00	651.600,00	548.288,90	84,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	42.400,00	42.400,00	38.080,25	89,81
Dívida Ativa dos Impostos	356.200,00	356.200,00	314.426,20	88,27
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	253.000,00	253.000,00	195.782,45	77,38
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	49.431.000,00	49.431.000,00	33.322.546,78	67,41
Da União	16.807.000,00	16.807.000,00	10.276.213,52	61,14
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	16.500.000,00	16.500.000,00	10.150.900,31	61,52
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.000,00	7.000,00	2.314,49	33,06
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	300.000,00	300.000,00	122.998,72	41,00
Do Estado	32.624.000,00	32.624.000,00	23.046.333,26	70,64
Cota-Parte do ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	18.254.392,92	72,15
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	850.000,00	850.000,00	342.091,92	40,25
Cota-Parte do IPVA	6.474.000,00	6.474.000,00	4.449.848,42	68,73
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	17.772.600,00	17.772.600,00	11.194.736,21	62,99
Da União para o Município	16.214.300,00	16.214.300,00	10.007.656,70	61,72
Do Estado para o Município	1.471.400,00	1.471.400,00	1.164.371,75	79,13
Demais Municípios para o Município	86.900,00	86.900,00	22.707,76	26,13
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	44.302.800,00	44.302.800,00	32.664.674,41	73,73
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-9.886.200,00	-9.886.200,00	-6.632.412,17	67,09
TOTAL	113.754.000,00	113.754.000,00	80.699.924,81	70,94

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	27.471.700,00	28.091.700,00	18.139.579,89	64,57
Pessoal e Encargos Sociais	8.878.200,00	9.048.200,00	5.809.547,14	64,21
Outras Despesas Correntes	18.593.500,00	19.043.500,00	12.330.032,75	64,75
DESPESAS DE CAPITAL	162.900,00	477.900,00	76.390,90	15,98
Investimentos	162.900,00	477.900,00	76.390,90	15,98



Continuação 2/2

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	162.900,00	477.900,00	76.390,90	15,98
Investimentos	162.900,00	477.900,00	76.390,90	15,98
TOTAL (IV)	27.634.600,00	28.569.600,00	18.215.970,79	63,76

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e) despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	27.634.600,00	28.569.600,00	18.215.970,79	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	17.772.600,00	17.942.600,00	11.231.650,88	61,66
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	17.772.600,00	17.942.600,00	11.231.650,88	61,66
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	9.862.000,00	10.627.000,00	6.984.319,91	38,34

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	39.635,70	7.366,80

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$	16,05
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	9.210.500,00	9.495.500,00	5.749.168,67	31,56
Suporte Profilático e Terapêutico	16.555.800,00	16.905.800,00	11.097.587,22	60,92
Vigilância Sanitária	552.400,00	552.400,00	252.140,99	1,38
Outras Subfunções	1.315.900,00	1.615.900,00	1.117.073,91	6,13
TOTAL	27.634.600,00	28.569.600,00	18.215.970,79	100,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2010		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

CONCORDIA, 31/08/2010



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.133.800,00	12.133.800,00	2.299.545,55	10.150.379,58	83,65
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.139.200,00	4.139.200,00	586.578,19	3.989.166,44	96,38
1.1.1- IPTU	3.600.000,00	3.600.000,00	455.413,11	3.557.502,16	98,82
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	21.200,00	21.200,00	6.266,87	18.340,08	86,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	318.000,00	318.000,00	71.302,05	250.938,60	78,91
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	54.023,00	166.023,75	83,01
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(426,84)	(3.638,15)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	414.390,90	1.120.462,24	88,09
1.2.1- ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	416.890,90	1.126.482,24	88,56
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(2.500,00)	(6.020,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.012.400,00	6.012.400,00	1.154.871,66	4.538.746,83	75,49
1.3.1- ISS	5.900.000,00	5.900.000,00	1.103.405,07	4.441.073,09	75,27
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	21.200,00	21.200,00	6.076,80	19.740,17	93,11
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	38.200,00	38.200,00	37.481,06	63.487,60	166,20
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	53.000,00	53.000,00	8.461,11	29.758,70	56,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(552,38)	(15.312,73)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	710.200,00	710.200,00	143.704,80	502.004,07	70,68
1.4.1- IRRF	710.200,00	710.200,00	143.704,80	502.004,07	70,68
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	49.431.000,00	49.431.000,00	8.374.395,56	33.322.546,78	67,41
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	2.328.230,11	10.150.900,31	61,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	2.328.230,11	10.150.900,31	61,52
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	4.682.917,59	18.254.392,92	72,15
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	300.000,00	300.000,00	30.749,68	122.998,72	41,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	850.000,00	850.000,00	85.727,45	342.091,92	40,25
2.5- Cota-Parte ITR	7.000,00	7.000,00	222,21	2.314,49	33,06
2.6- Cota-Parte IPVA	6.474.000,00	6.474.000,00	1.246.548,52	4.449.848,42	68,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.564.800,00	61.564.800,00	10.673.941,11	43.472.926,36	70,61
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.168.100,00	2.168.100,00	437.027,90	1.582.615,89	73,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.590.000,00	1.590.000,00	254.362,90	1.064.394,02	66,94
5.2- Outras Transferências do FNDE	578.100,00	578.100,00	180.836,96	511.078,40	88,41
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.828,04	7.143,47	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	709.200,00	709.200,00	186.536,86	559.610,71	78,91
6.1- Transferências de Convênios	709.200,00	709.200,00	186.536,86	559.610,71	78,91
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.877.300,00	2.877.300,00	623.564,76	2.142.226,60	74,45

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.886.200,00	9.886.200,00	1.657.733,21	6.632.412,17	67,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	465.645,97	2.030.179,87	61,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	5.060.000,00	5.060.000,00	936.583,37	3.650.877,88	72,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	60.000,00	60.000,00	6.149,92	24.599,68	41,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	170.000,00	170.000,00	0,00	36.322,95	21,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.400,00	1.400,00	44,42	462,80	33,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.294.800,00	1.294.800,00	249.309,53	889.968,99	68,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.053.000,00	16.053.000,00	2.951.248,14	11.630.928,28	72,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.000.000,00	16.000.000,00	2.921.752,84	11.554.993,53	72,22
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	53.000,00	53.000,00	29.495,30	75.934,75	143,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	6.113.800,00	6.113.800,00	1.264.019,63	4.922.581,36	80,52
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.021.000,00	13.229.000,00	2.540.043,27	8.262.001,16	62,45
13.1- Com Educação Infantil	1.700.000,00	2.425.100,00	469.228,74	1.596.083,88	65,82
13.2- Com Ensino Fundamental	11.321.000,00	10.803.900,00	2.070.814,53	6.665.917,28	61,70
14- OUTRAS DESPESAS	3.032.000,00	3.768.000,00	562.219,51	1.612.221,26	42,79
14.1- Com Educação Infantil	670.000,00	770.000,00	78.758,25	257.052,70	33,38
14.2- Com Ensino Fundamental	2.362.000,00	2.998.000,00	483.461,26	1.355.168,56	45,20
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	16.053.000,00	16.997.000,00	3.102.262,78	9.874.222,42	58,09
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					71,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				2.885,99	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				2.885,99	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	15.391.200,00	15.391.200,00	2.668.485,28	10.868.231,59	70,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.025.000,00	5.614.100,00	992.178,13	3.421.521,35	60,95
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.370.000,00	3.195.100,00	547.986,99	1.853.136,58	58,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.655.000,00	2.419.000,00	444.191,14	1.568.384,77	64,84
24- ENSINO FUNDAMENTAL	16.691.800,00	18.746.700,00	3.323.375,40	10.633.739,93	56,72
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.683.000,00	13.801.900,00	2.554.275,79	8.021.085,84	58,12
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.008.800,00	4.944.800,00	769.099,61	2.612.654,09	52,84
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	67.000,00	17.000,00	1.833,23	5.931,11	34,89
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.784.800,00	24.378.800,00	4.317.386,76	14.061.192,39	57,68
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.238.924,26
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					75.934,75
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					2.885,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					5.265,47
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.323.010,47
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					10.732.250,81
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,69

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.590.000,00	1.590.000,00	314.294,56	893.259,50	56,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.287.300,00	1.722.488,32	376.329,28	818.536,92	47,52
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.877.300,00	3.312.488,32	690.623,84	1.711.796,42	51,68
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.662.100,00	27.691.288,32	5.008.010,60	15.772.988,81	56,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		1.500,00		5.265,47	

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.885,99	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.554.993,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	9.846.175,38	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	75.934,75	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.787.638,89	0,00

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 2.885,99, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - JANEIRO A AGOSTO 2010/ BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de CONCORDIA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.931.500,00	1.931.500,00	1.330.938,29	3.600.044,75	2.777.864,68
RECEITAS CORRENTES	1.931.500,00	1.931.500,00	1.330.938,29	3.600.044,75	2.777.864,68
Receita de Contribuições dos Segurados	1.380.200,00	1.380.200,00	303.629,66	1.172.068,19	1.047.149,69
Pessoal Civil	1.380.200,00	1.380.200,00	303.629,66	1.172.068,19	1.047.149,69
Ativo	1.378.000,00	1.378.000,00	303.236,78	1.169.497,17	1.043.609,36
Inativo	2.200,00	2.200,00	392,88	2.571,02	3.540,33
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	6.200,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	540.700,00	540.700,00	977.666,28	2.375.120,13	1.724.564,67
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	540.700,00	540.700,00	977.666,28	2.375.120,13	1.724.564,67
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.400,00	4.400,00	49.642,35	52.856,43	6.150,32
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	49.504,61	52.218,64	3.394,54
Demais Receitas Correntes	4.400,00	4.400,00	137,74	637,79	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.920.700,00	1.920.700,00	606.880,30	2.341.695,91	1.920.458,45
RECEITAS CORRENTES	1.920.700,00	1.920.700,00	606.880,30	2.341.695,91	1.920.458,45
Receita de Contribuições Patronais	1.920.700,00	1.920.700,00	453.924,35	1.751.674,23	1.386.989,17
Pessoal Civil	1.920.700,00	1.920.700,00	453.924,35	1.751.674,23	1.386.989,17
Ativo	1.920.700,00	1.920.700,00	453.924,35	1.751.674,23	1.386.989,17
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	152.955,95	590.021,68	533.469,28
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.852.200,00	3.852.200,00	1.937.818,59	5.941.740,66	4.698.323,13
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.849.100,00	3.849.100,00	589.171,48	2.016.421,89	1.703.504,83
ADMINISTRAÇÃO	53.600,00	53.600,00	820,00	1.222,00	219.474,87
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	216.104,87
Despesas de Capital	53.600,00	53.600,00	820,00	1.222,00	3.370,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.795.500,00	3.795.500,00	588.351,48	2.015.199,89	1.484.029,96
Pessoal Civil	0,00	0,00	524.207,05	1.733.572,22	1.484.029,96
Aposentadorias	0,00	0,00	367.450,65	1.205.781,38	1.020.408,71
Pensões	0,00	0,00	88.755,92	287.415,95	251.492,41
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	68.000,48	240.374,89	212.128,84
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.795.500,00	3.795.500,00	64.144,43	281.627,67	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.795.500,00	3.795.500,00	64.144,43	281.627,67	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.100,00	15.100,00	1.868,48	8.115,01	6.483,51
ADMINISTRAÇÃO	3.100,00	15.100,00	1.868,48	8.115,01	6.483,51
Despesas Correntes	3.100,00	15.100,00	1.868,48	8.115,01	6.483,51

Continua 2/3

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.852.200,00	3.864.200,00	591.039,96	2.024.536,90	1.709.988,34
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	-12.000,00	1.346.778,63	3.917.203,76	2.988.334,79
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	9.134,90	8.339,29	11.354,23
Investimentos	32.849.631,31	33.587.283,75	27.774.312,28

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.983.839,39	6.325.207,54	6.208.576,87
DEDUÇÕES (II)	7.836.883,69	17.627.709,79	17.650.578,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.905.220,55	17.830.226,35	17.742.127,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	68.336,86	202.516,56	91.549,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.853.044,30	-11.302.502,25	-11.442.001,93
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.853.044,30	-11.302.502,25	-11.442.001,93

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2010 (C - A)
VALOR	-139.499,68	-9.588.957,63

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	250.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Jun 2010 (B)	Em 31 Ago 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	56.478.503,83	56.478.503,83	48.721.618,67
Passivo Atuarial	56.478.503,83	56.478.503,83	48.721.618,67
DEDUÇÕES (VIII)	30.279.075,85	32.848.570,12	34.195.389,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	784.792,42	13.186,11	8.339,29
Investimentos	28.879.937,74	32.235.617,47	33.587.283,75
Demais Haveres Financeiros	616.495,13	599.766,54	599.766,54
(-) Restos a Pagar Processados	2.149,44	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	26.199.427,98	23.629.933,71	14.526.229,09
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	26.199.427,98	23.629.933,71	14.526.229,09

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	106.637.300,00	19.364.127,16	76.740.404,34	66.077.759,30
Receita Tributária	14.880.900,00	2.434.988,63	11.950.681,31	9.769.969,58
I.P.T.U.	3.600.000,00	454.986,27	3.553.864,01	3.186.757,85
I.S.S.	5.900.000,00	1.102.852,69	4.425.760,36	3.316.365,76
I.T.B.I.	1.272.000,00	414.390,90	1.120.462,24	771.243,61
I.R.R.F.	710.200,00	143.704,80	502.004,07	430.241,12
Outras Receitas Tributárias	3.398.700,00	319.053,97	2.348.590,63	2.065.361,24
Receita de Contribuição	7.051.200,00	1.542.182,94	6.108.915,63	5.236.271,44
Receitas Previdenciárias	3.307.100,00	910.509,96	3.513.764,10	2.967.608,14
Outras Contribuições	3.744.100,00	631.672,98	2.595.151,53	2.268.663,30
Receita Patrimonial Líquida	247.000,00	42.893,98	172.814,28	168.402,89
Receita Patrimonial	1.632.600,00	1.262.361,31	3.260.037,92	2.463.005,00
(-) Aplicações Financeiras	1.385.600,00	1.219.467,33	3.087.223,64	2.294.602,11
Transferências Correntes	80.402.700,00	14.396.918,29	54.702.720,46	47.959.471,47
F.P.M.	13.200.000,00	1.862.584,14	8.120.720,44	7.697.393,62
I.C.M.S.	20.240.000,00	3.746.334,22	14.603.515,04	11.735.113,76
Convênios	959.100,00	202.678,25	646.211,82	629.287,47
Outras Transferências Correntes	46.003.600,00	8.585.321,68	31.332.273,16	27.897.676,62
Demais Receitas Correntes	4.055.500,00	947.143,32	3.805.272,66	2.943.643,92
Dívida Ativa	488.700,00	196.261,40	609.921,54	360.104,81
Diversas Receitas Correntes	3.566.800,00	750.881,92	3.195.351,12	2.583.539,11
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.731.100,00	400.681,15	872.296,83	1.168.170,77
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	145.900,00	17.749,11	291.364,79	46.484,27
Transferências de Capital	5.585.200,00	382.932,04	580.932,04	1.121.686,50
Convênios	5.585.200,00	382.932,04	580.932,04	1.121.686,50
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.585.200,00	382.932,04	580.932,04	1.121.686,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	112.222.500,00	19.747.059,20	77.321.336,38	67.199.445,80
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	100.696.886,07	17.313.000,24	59.262.365,62	56.024.254,91
Pessoal e Encargos Sociais	42.421.572,00	7.755.354,05	26.361.875,75	23.765.185,31
Juros e Encargos da Dívida (IX)	845.000,00	137.952,88	539.094,67	615.367,17
Outras Despesas Correntes	57.430.314,07	9.419.693,31	32.361.395,20	31.643.702,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	99.851.886,07	17.175.047,36	58.723.270,95	55.408.887,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.276.129,87	2.274.146,05	6.724.374,23	8.781.645,75
Investimentos	19.372.129,87	2.157.515,38	6.054.625,85	8.365.301,74
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	904.000,00	116.630,67	669.748,38	416.344,01
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	19.372.129,87	2.157.515,38	6.054.625,85	8.365.301,74
	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	119.424.015,94	19.332.562,74	64.777.896,80	63.774.189,48
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.201.515,94	414.496,46	12.543.439,58	3.425.256,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	495.615,73	6.263.560,46
Superávit Financeiro	-	-	495.615,73	6.263.560,46
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				2.657.028,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas



DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.057,40	43.428,90	-	37.928,90	32.557,40	126.600,00	1.429.151,86	196.379,17	1.122.570,19	236.802,50
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.057,40	33.407,46	0,00	27.907,46	32.557,40	126.600,00	1.297.438,91	191.845,87	1.023.340,54	208.852,50
ENCARGOS GERAIS	0,00	1.891,98	0,00	1.891,98	0,00	0,00	94.605,57	4.383,09	90.222,48	0,00
FUNDO MUN.DE HABITACAO DE INTER.SOC.DE CI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.105,85	6.125,50	17.980,35	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.591,45	21.163,66	13.427,79	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.553,69	6.746,94	44.484,94	321,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.672,95	8.013,96	32.658,99	0,00
FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESC	1.157,00	0,00	0,00	0,00	1.157,00	0,00	950,00	0,00	950,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.740,85	620,00	4.880,85	240,00
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799,66	0,00	799,66	0,00
SECRETARIA MUNIC.DE AGRIC.DESENV.RURAL E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.767,34	296,82	11.879,83	2.590,69
SECRETARIA MUNIC.DESENV.ECONÔMICO E TUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.600,00	2.022,58	81.974,34	46.648,24	0,00
SECRETARIA MUNIC.DESENV.SOCIAL, CIDADANIA	6.475,73	1.000,00	0,00	1.000,00	6.475,73	0,00	5.504,37	448,65	5.055,72	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SI	0,00	109,00	0,00	109,00	0,00	0,00	110.130,19	12.514,81	58.415,38	39.200,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	8.424,67	14.506,40	0,00	9.006,40	13.924,67	0,00	94.621,73	5.265,47	89.356,26	-0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMUF	0,00	91,08	0,00	91,08	0,00	0,00	5.727,39	1.422,35	4.305,04	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SEN	2.000,00	2.700,00	0,00	2.700,00	2.000,00	0,00	27.804,61	21.896,19	5.908,42	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRA	9.000,00	13.109,00	0,00	13.109,00	9.000,00	0,00	783.840,68	20.974,09	596.366,59	166.500,00
FUNDAÇÃO MUN. DE DEFESA MEIO AMBIENTE DE I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,70	0,00	215,70	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,70	0,00	215,70	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCOR	0,00	7.872,00	0,00	7.872,00	0,00	0,00	2.924,84	982,53	1.942,31	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	7.872,00	0,00	7.872,00	0,00	0,00	2.924,84	982,53	1.942,31	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.460,54	3.550,77	2.909,77	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.460,54	3.550,77	2.909,77	0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DE CONCOR	0,00	2.149,44	0,00	2.149,44	0,00	0,00	979,87	0,00	979,87	0,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIC	0,00	2.149,44	0,00	2.149,44	0,00	0,00	979,87	0,00	979,87	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.057,40	43.428,90	0,00	37.928,90	32.557,40	126.600,00	1.429.151,86	196.379,17	1.122.570,19	236.802,50

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito MunicipalElenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7Alceone José Muller
Auditor InternoJoaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de DespesaVilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE

Município de CONCORDIA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	113.754.000,00	
Previsão Atualizada		—	113.754.000,00	
Receitas Realizadas		20.984.275,64	80.699.924,81	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	495.615,73	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	113.754.000,00	
Créditos Adicionais		—	7.419.015,94	
Dotação Atualizada		—	121.173.015,94	
Despesas Empenhadas		16.671.401,06	86.406.631,95	
Despesas Liquidadas		19.587.146,29	65.986.739,85	
Superavit Orçamentário		—	14.713.184,96	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		16.671.401,06	86.406.631,95	
Despesas Liquidadas		19.587.146,29	65.986.739,85	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			109.882.597,94	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.937.818,59	5.941.740,66	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		591.039,96	2.024.536,90	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.346.778,63	3.917.203,76	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		250.000,00	-9.588.957,63	-3.835,58
Resultado Primário		2.657.028,00	12.543.439,58	472,09
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	70.486,30	0,00	37.928,90	32.557,40
EXECUTIVO	70.486,30	0,00	37.928,90	32.557,40
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.555.751,86	196.379,17	1.122.570,19	236.802,50
EXECUTIVO	1.434.619,86	196.379,17	1.029.388,19	208.852,50
LEGISLATIVO	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
TOTAL:	1.626.238,16	196.379,17	1.160.499,09	269.359,90
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		10.732.250,81	25%	24,69
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.262.001,16	60%	71,03
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		6.724.374,23	13.551.755,64	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	3.160.964,93	2.083.705,74	830.387,15	9.199,30
Despesas Previdenciárias (V)	2.030.733,23	2.177.040,18	2.750.011,72	1.916.531,52
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	1.130.231,70	-93.334,44	-1.919.624,57	-1.907.332,22



Município de CONCORDIA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		291.364,79	-145.464,79
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		32.846,80	218.053,20

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.976.953,11	15,00	16,05

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.197.799,82	19.624,87
Pessoal Ativo	40.386.598,55	11.550,11
Pessoal Inativo e Pensionista	2.589.986,55	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	221.214,72	8.074,76
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.623.912,59	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	33.926,04	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.589.986,55	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	40.573.887,23	19.624,87
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	40.593.512,10	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	109.882.597,94
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	36,94
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	65.929.558,76
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	62.633.080,83

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

Município de CONCORDIA - SC - Poder Legislativo
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.230.630,34	0,00
Pessoal Ativo	1.215.975,14	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.655,20	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.230.630,34	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.230.630,34	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	109.882.597,94	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,12	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	6.592.955,88	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	6.263.308,08	
FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

Município de CONCORDIA - SC - Poder Executivo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.967.169,48	19.624,87
Pessoal Ativo	39.170.623,41	11.550,11
Pessoal Inativo e Pensionista	2.589.986,55	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	206.559,52	8.074,76
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.623.912,59	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	33.926,04	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.589.986,55	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	39.343.256,89	19.624,87
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	39.362.881,76	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	109.882.597,94	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	35,82	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	59.336.602,89	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	56.369.772,74	
FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
 Prefeito Municipal

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
 Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
 Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
 Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
 Secretária Mun de Finanças



RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA JANEIRO A AGOSTO 2010

Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.983.839,39	5.751.182,38	6.208.576,87	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.983.839,39	5.751.182,38	5.518.091,01	0,00
Interna	5.983.839,39	5.751.182,38	5.518.091,01	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	690.485,86	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.836.883,69	17.299.694,17	17.650.578,80	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.905.220,55	17.414.227,54	17.742.127,91	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	68.336,86	114.533,37	91.549,11	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.853.044,30	-11.548.511,79	-11.442.001,93	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	99.125.230,04	104.298.059,29	109.882.597,94	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	6,04%	5,51%	5,65%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-1,87%	-11,07%	-10,41%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	118.950.276,05	125.157.671,15	131.859.117,53	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	4.716.318,93	4.667.190,93	4.618.062,93	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	4.716.318,93	4.667.190,93	4.618.062,93	0,00
Previdenciárias	3.499.898,33	3.450.770,33	3.401.642,33	0,00
Demais Contribuições Sociais	1.216.420,60	1.216.420,60	1.216.420,60	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	1.267.520,46	1.083.991,45	900.028,08	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	18.551,24	15.354,42	159.355,47	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.556.771,99	711.046,70	235.302,50	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	56.478.503,83	56.478.503,83	48.721.618,67	0,00
Passivo Atuarial	56.478.503,83	56.478.503,83	48.721.618,67	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	30.279.075,85	32.008.642,43	34.195.389,58	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	784.792,42	25.101,40	8.339,29	0,00
Investimentos	28.879.937,74	31.383.774,49	33.587.283,75	0,00
Demais Haveres Financeiros	616.495,13	599.766,54	599.766,54	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.149,44	0,00	0,00	0,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Continua 1/2



Município de CONCORDIA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	26.199.427,98	24.469.861,40	14.526.229,09	0,00

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL Até o 2º Quadrimestre de 2010

Município de CONCORDIA - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Quadrimestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	40.593.512,10	36,94
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	65.929.558,76	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	62.633.080,83	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-11.442.001,93	-10,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	131.859.117,53	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.174.171,55	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	17.581.215,67	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7.691.781,86	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	20.264.783,59	(623.066,36)

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES JANEIRO A AGOSTO DE 2010

Município de CONCORDIA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	99.125.230,04	104.298.059,29	109.882.597,94	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	21.807.550,61	22.945.573,04	24.174.171,55	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Município de CONCORDIA - SC - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2010/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	109.882.597,94	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	17.581.215,67	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.691.781,86	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 31/08/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Joaquim P. B. Bicca N. Segundo
Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Resumo do Instrumento de Contrato 03/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DO BEM ESTAR SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Benjamin Constant, 395 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA

CNPJ: 03.367.127/0002-12

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:

Número do Contrato ou Aditivo: 3/2010

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE 3.606 DOCUMENTOS REFERENTE AO ANO DE 2009.

Data da Assinatura: 24/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/08/2010

Vigência: 24/08/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 757,26 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 128/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ: 85.349.579/0001-55

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 45/2010 Número do Processo: 45/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 128/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO VW/GOL 16V 1.0 PLACA MFA2690, VW/GOL G IV PLACA MGV6934 E VW/KOMBI ESCOLAR PLACA MBC6170.

Data da Assinatura: 05/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 05/08/2010

Vigência: 05/08/2010 a 05/09/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 5.115,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 129/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DYANE PAES PEREIRA

CPF: 052.484.449-69

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:

Número do Contrato ou Aditivo: 129/2010

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO SOBRE "FUTEBOL : GESTÃO E TREINAMENTO" DESTINADO AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA MUNICIPAL, QUE OCORRERA DIA 07/08/2010 DAS 13:00 AS 17:30 HRS, NA QUADRA ESPORTIVA DO NM TERESA LEMOS PRETO.

Data da Assinatura: 06/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/08/2010

Vigência: 06/08/2010 a 06/09/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.020,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 130/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DINALINE IND COM DO VESTUÁRIO LTDA

CNPJ: 05.631.215/0001-24

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 39/2010 Número do Processo: 39/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 130/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXOS DESTES PROCESSOS.

Data da Assinatura: 09/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/08/2010

Vigência: 09/08/2010 a 20/09/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 4.600,00 Forma de Pagamento: CFE EDITAL

Resumo do Instrumento de Contrato 131/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34



Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: A.V. SEQUINEL FILHO MALHAS E ESTAMPARIA - EPP
CNPJ: 08.987.320/0001-99
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 39/2010 Número do Processo: 39/2010
Número do Contrato ou Aditivo: 131/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXOS DESTES PROCESSO.

Data da Assinatura: 09/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/08/2010
Vigência: 09/08/2010 a 20/09/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 83.720,00 Forma de Pagamento: CFE EDITAL

Resumo do Instrumento de Contrato 132/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SQ SUPERMERCADOS LTDA
CNPJ: 03.551.654/0001-00
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:
Número do Contrato ou Aditivo: 132/2010
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJEÇÃO DE FILMES PARA OS ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME PROJETO PEDAGÓGICO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 09/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 09/08/2010
Vigência: 09/08/2010 a 09/09/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.100,00 Forma de Pagamento: CFE EDITAL

Resumo do Instrumento de Contrato 133/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: CS - SERVIÇOS ELETRICOS LTDA EPP
CNPJ: 09.312.278/0001-79
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 44/2010 Número do Processo: 44/2010
Número do Contrato ou Aditivo: 133/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE PARA-RAIOS, NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS ALIRIO LUIZ DE ALMEIDA E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFREDO LEMZER.

Data da Assinatura: 11/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/08/2010
Vigência: 11/08/2010 a 11/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.830,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 136/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: LIMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 07.208.730/0001-21
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 46/2010 Número do Processo: 46/2010
Número do Contrato ou Aditivo: 136/2010
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO POR NÃO HAVER INTERESSADOR NO PROCESSO ANTERIOR. OS MATERIAIS SERÃO DESTINADOS AOS ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, MATRICULADOS NO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: SANTA RITA E IRMÃ IRENE SENDO QUE OS MESMOS SÃO ESSENCIAIS PARA QUE OS ALUNOS POSSAM ACOMPANHAR ATIVIDADES PROPOSTAS. O QUE CARACTERIZA A URGÊNCIA DESTA AQUISIÇÃO, POIS DESSES MATERIAIS DEPENDE TAMBÉM O BEM ESTAR DESSES ALUNOS. NA FORMA DO ART. 24 INCISO 5, LEI 8666/93.

Data da Assinatura: 13/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/08/2010
Vigência: 13/08/2010 a 13/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 9.835,00 Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 139/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA ALIMENTOS LTDA



CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 42/2010 Numero do Processo: 42/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 139/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICI-PAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 26/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2010
Vigência: 26/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 14.395,65 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 14/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA - ME
CNPJ: 03.367.127/0002-12
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato ou Aditivo: 14/2010
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE 6.494 DOCUMENTOS AO ANO DE 2009.

Data da Assinatura: 14/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/08/2010
Vigência: 24/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.363,74 Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 140/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: TOP COMERCIAL LTDA
CNPJ: 81.419.137/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 42/2010 Numero do Processo: 42/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 140/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICI-PAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 26/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2010
Vigência: 26/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero: MARIO CESAR PENTEADO / Nr.: 10947
Numero do Empenho:
Valor: 48.542,20 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 141/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 42/2010 Numero do Processo: 42/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 141/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICI-PAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 26/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2010
Vigência: 26/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 75.560,20 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 142/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INTEGRA COEMRCIAL LTDA
CNPJ: 10.212.388/0001-48
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 42/2010 Numero do Processo: 42/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 142/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICI-PAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 26/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2010
Vigência: 26/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 4.132,15 Forma de Pagamento:



Resumo do Instrumento de Contrato 143/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ITAVOL COMERCIAL LTDA

CNPJ: 10.976.220/0001-09

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 42/2010 Número do Processo: 42/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 143/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICI-PAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 26/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2010

Vigência: 26/08/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 11.471,25 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 144/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: NUTRIMENTAL S.A. IND COM DE ALIMENTOS

CNPJ: 76.633.890/0026-99

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 42/2010 Número do Processo: 42/2010

Número do Contrato ou Aditivo: 144/2010

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS NUCLEOS MUNICI-PAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 26/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2010

Vigência: 26/08/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 28.123,60 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 206/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR TURISMO LTDA ME

CNPJ: 07.540.755/0001-28

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:

Número do Contrato ou Aditivo: 207/2010

Fundamento Legal:

Objeto: PAGAMENTO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE COLCHÕES E BAGAGENS DOS ATLETAS QUE IRÃO PARTICIPAR DA EXATA CLASSIFICATORIA DA OLESC-OLIMPIADA ESTUDANTIL DE SANTA CATARINA-A REALIZAR-SE NO MUNICIPIO DE CORREIRA PINTO, SENDO QUE DEVERA LEVAR NO DIA 12/08/2010 E BUSCAR NO DIA 17/08/2010.

Data da Assinatura: 12/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/08/2010

Vigência: 12/08/2010 a 12/09/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 230,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 207/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR TURISMO LTDA ME

CNPJ: 07.540.755/0001-28

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:

Número do Contrato ou Aditivo: 207/2010

Fundamento Legal:

Objeto: PAGAMENTO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE COLCHÕES E BAGAGENS DOS ATLETAS QUE IRÃO PARTICIPAR DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, A REALIZAR-SE NO MUNICIPIO DE CRICIUMA, SENDO QUE DEVERA LEVAR NO DIA 20/08/2010 E BUSCAR NO DIA 28/08/2010.

Data da Assinatura: 12/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/08/2010

Vigência: 12/08/2010 a 28/08/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 1.185,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 208/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 79.879.318/0002-25

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 88/2010 Número do Processo: 88/2010



Numero do Contrato ou Aditivo: 208/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PARA ESCAVADEIRA HSDRAULICA PC-150SE.

Data da Assinatura: 16/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/08/2010
Vigência: 16/08/2010 a 16/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 32.500,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 212/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 03.377.072/0001-40
Modalidade: Convite p/ Obras e Serv Engenharia
Numero da Licitação: 90/2010 Numero do Processo: 90/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 210/2010
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO TRANSITO DE VEICULOS NA AREA URBANA DA CIDADE COM IMPLANTAÇÃO DE SEMAFOROS, EQUIPAMENTOS ELETRONICOS DE FISCALIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO ROTATIVO PARA O MUNICIPIO DE CURITIBANOS.

Data da Assinatura: 20/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/08/2010
Vigência: 20/08/2010 a 20/02/2011
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 131.700,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 213/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DECAR PEÇAS E ACESSORIOS LTDA
CNPJ: 79.501.359/0001-00
Modalidade: Convite p/ Obras e Serv Engenharia
Numero da Licitação: 91/2010 Numero do Processo: 91/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 213/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS VW/GOL MFA-2640, RETROESCAVADEIRA MF86-HD4 E CASE 580 L, CASE 580 H CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 24/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/08/2010
Vigência: 24/08/2010 a 24/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.190,54 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 214/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: MIRANDA E MIRANDA COM DE PEÇAS E SERV MAQ LTDA
CNPJ: 85.193.860/0001-41
Modalidade: Convite p/ Obras e Serviços
Numero da Licitação: 91/2010 Numero do Processo: 91/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 214/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS VW/GOL MFA-2640, RETROESCAVADEIRA MF86-HD4 E CASE 580 L, CASE 580 H CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 24/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/08/2010
Vigência: 24/08/2010 a 24/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 9.508,71 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 215/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: Convite p/ Obras e Serviços
Numero da Licitação: 91/2010 Numero do Processo: 91/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 215/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS VW/GOL MFA-2640, RETROESCAVADEIRA MF86-HD4 E CASE 580 L, CASE 580 H CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 24/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/08/2010
Vigência: 24/08/2010 a 24/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 4.552,70 Forma de Pagamento:



Resumo do Instrumento de Contrato 218/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: Convite p/ Obras e Serviços
Número da Licitação: 96/2010 Número do Processo: 96/2010
Número do Contrato ou Aditivo: 218/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA OS VEÍCULOS
F400 PLACA MCS-6577 E FORD CARGO PLACA MCJ-8609.

Data da Assinatura: 30/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/08/2010
Vigência: 30/08/2010 a 30/09/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.424,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 219/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA
CNPJ: 09.158.348/0001-86
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 95/2010 Número do Processo: 95/2010
Número do Contrato ou Aditivo: 219/2010
Fundamento Legal:
Objeto: LOCAÇÃO DE BANHEIROS E PIRAMIDES PARA CONCURSO DE FANFARRAS, DESFILE CÍVICO E SEMANA FARROUPILHA CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 31/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/08/2010
Vigência: 31/08/2010 a 30/09/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.008,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 220/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 08.273.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 92/2010 Número do Processo: 92/2010
Número do Contrato ou Aditivo: 220/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E GRAMA SEMPRE VERDE PLANTADA, PARA O ESTÁDIO MUNICIPAL VILMAR ORTIGARI, CAMPO DE FUTEBOL E PISTA DE BICICROSS DO BAIRRO SÃO JOSÉ, PISTA DE BICICROSS: MARCELO ROSA, PISTA DE SKATE: TIA ANTONIA E GATE DE LARGADA DA PISTA MUNICIPAL DE BICICROSS E MATERIAIS PARA USO DAS EQUIPES DA PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS URBANAS, CARPINTEIROS E LIMPEZA PÚBLICA.

Data da Assinatura: 31/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/08/2010
Vigência: 31/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 6.451,80 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 221/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: CONSBRITA LTDA
CNPJ: 03.750.590/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 92/2010 Número do Processo: 92/2010
Número do Contrato ou Aditivo: 221/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E GRAMA SEMPRE VERDE PLANTADA, PARA O ESTÁDIO MUNICIPAL VILMAR ORTIGARI, CAMPO DE FUTEBOL E PISTA DE BICICROSS DO BAIRRO SÃO JOSÉ, PISTA DE BICICROSS: MARCELO ROSA, PISTA DE SKATE: TIA ANTONIA E GATE DE LARGADA DA PISTA MUNICIPAL DE BICICROSS E MATERIAIS PARA USO DAS EQUIPES DA PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS URBANAS, CARPINTEIROS E LIMPEZA PÚBLICA.

Data da Assinatura: 31/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/08/2010
Vigência: 31/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.558,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 222/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010



Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: FLORICULTURA COLINA LTDA ME
CNPJ: 10.403.716/0001-93
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 92/2010 Numero do Processo: 92/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 222/2010
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E GRAMA SEMPRE VERDE PLANTADA, PARA O ESTADIO MUNICIPALVILMAR ORTIGARI, CAMPO DE FUTEBOL E PISTA DE BICICROSS DO BAIRRO SÃO JOSE, PISTA DE BICICROSS: MARCELO ROSA, PISTA DE SKATE: TIA ANTONIA E GATE DE LARGADA DA PISTA MUNICIPAL DE BICICROSS E MATERIAIS PARA USO DAS EQUIPES DA PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS URBANAS, CARPINTEIROS E LIMPEZA PUBLICA.

Data da Assinatura: 31/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 31/08/2010
Vigência: 31/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 8.400,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Contrato 3/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESC. DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA
CNPJ: 03.367.127/0002-12
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato ou Aditivo: 3/2010
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE 3.043 DOCUMENTOS REFERENTE AO ANO DE 2009.

Data da Assinatura: 24/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/08/2010
Vigência: 24/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 639,03 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 48/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA
CNPJ: 03.367.127/0002-12

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: Numero do Processo:
Numero do Contrato ou Aditivo: 48/2010
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIGITALIZAÇÃO DE 15.830 DOCUMENTOS REFERENTE AO ANO DE 2009.

Data da Assinatura: 24/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/08/2010
Vigência: 24/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 3.324,30 Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Contrato 49/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Contrato

Contratado: INTEGRA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 10.212.388/0001-48
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 10/2010 Numero do Processo: 10/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 49/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS: PETI, ABRIGO TEMPORARIO MUNICIPAL, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL.

Data da Assinatura: 30/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/08/2010
Vigência: 30/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.006,80 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 13/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOM DE CURITIBANOS

CNPJ: 00.883.387/0001-71
Rua Altino Gonçalves de Farias, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA - ME
CNPJ: 82.731.738/0001-93
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 8/2010 Numero do Processo: 8/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 13/2010
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE MAIS SESENTA (60) DIAS DE PRAZO PARA SERVIÇOS DE MECANICA PARA VIATURA AO-15 PLACA MAL-5849.



Data da Assinatura: 12/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/08/2010
Vigência: 12/08/2010 a 12/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 134/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: SQ SUPERMERCADOS LTDA
CNPJ: 03.551.654/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 3/2009 Numero do Processo: 3/2009
Numero do Contrato ou Aditivo: 134/2010
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR PARA AQUISIÇÃO DE GENE-
ROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA NU-
CLEOS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 12/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/08/2010
Vigência: 12/08/2010 a 30/08/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 6.898,88 Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E
NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 135/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 3/2009 Numero do Processo: 3/2009
Numero do Contrato ou Aditivo: 135/2010
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR PARA AQUISIÇÃO DE GENE-
ROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS PARA NU-
CLEOS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Data da Assinatura: 12/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/08/2010
Vigência: 12/08/2010 a 30/08/2010
Programa de Trabalho: 07.01.10.306.0009.2.066.3.3.90.00.00.00
.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:
Valor: 12.727,07 Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E
NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 137/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 35/2010 Numero do Processo: 35/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 137/2010
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE
DOIS USUARIOS PARA BETHA COMPRAS E MAIS UM PARA BETHA
SAPO.

Data da Assinatura: 16/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 16/08/2010
Vigência: 16/08/2010 a 14/01/2011
Programa de Trabalho: 07.01.12.361.0010.2.048.3.3.90.00.00.00
.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 785,00 Forma de Pagamento: MENSALMENTE CONFORME
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 138/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: ELIZEU NOVAKOSKI DE PAULA
CNPJ: 11.433.181/0001-66
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 2/2009 Numero do Processo: 2/2009
Numero do Contrato ou Aditivo: 138/2010
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS 1.020 KM. DEVIDO
AUMENTO DE LINHA PARA TRANSPORTE DO ALUNO: ALISSON
DOS SANTOS NOVAES, MATRICULADO NO 1º ANO, RESIDEN-
TE NA FAZENDA BETO DELLA LIBERA, TENDO EM VISTA QUE
NÃO EXISTE TRANSPORTE ESCOLA NESTE TRECHO, E O ADITI-
VO COMPREENDE: SAIDA DO NM LEONIZA AGOSTINI, PORTÃO
PROXIMO A RESIDENCIA DO ALUNO, ENTREGA NA ESCOLA, NO
FINAL DA AULA TRANSPORTE DA ESCOLA ATE O PONTO PROXI-
MO A RESIDENCIA.

Data da Assinatura: 20/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/08/2010
Vigência: 20/08/2010 a 17/12/2010
Programa de Trabalho: 07.01.12.361.0010.2.048.3.3.90.00.00.00
.00.00
Unidade Gestora/Numero:



Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.733,60 Forma de Pagamento: CFE KM RODADOS E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 146/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: MARCOS ANTONIO DA SILVA TRANSPORTE ESCOLAR ME

CNPJ: 11.305.920/0001-34

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 2/2009 Numero do Processo: 2/2009

Numero do Contrato ou Aditivo: 146/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.240,20, REFERENTE A LINHA 02 - CABAÇAIS DO MEIO II, DE MAIS 468 KM, AO PERÍODO DE 30/08/2010 A 17/12/2010, 78 DIAS, O ADITAMENTO REFERE-SE AO ATENDIMENTO AO ALUNO CLEITON CRUZ DE SOUZA DO 7º ANO DO NM TERESA LEMOS PRETO, RESIDENTE NA LOCALIDADE DE CABAÇAIS, FAZENDA DO PITANGA, TENDO EM VISTA QUE O TRANSPORTE ESTA A MAIS DE 3KM DE SUA RESIDENCIA.

Data da Assinatura: 26/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/08/2010

Vigência: 26/08/2010 a 17/12/2010

Programa de Trabalho: 07.01.12.361.0010.2.048.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.240,20 Forma de Pagamento: CFE KM RODADOS E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 147/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: JK PNEUS LTDA

CNPJ: 78.653.946/0001-35

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 6/2010 Numero do Processo: 6/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 147/2010

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 436,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PNEUS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2010, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 30/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/08/2010

Vigência: 30/08/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 436,20 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 198/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CNPJ: 06.009.082/0001-50

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato ou Aditivo: 198/2010

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PELO PERÍODO DE 18 HORAS, PARA INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO ENTRE A AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA E A RUA CORONEL VIDAL RAMOS.

Data da Assinatura: 02/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 02/08/2010

Vigência: 02/08/2010 a 02/10/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 2.520,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 199/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: FOTO MARZALL LTDA

CNPJ: 85.779.031/0001-45

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 89/2010 Numero do Processo: 89/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 199/2010

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE FANFARRA PARA DESFILE CIVICO DO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2010, POR ESSE MOTIVO TEMOS URGENCIA PARA CONCLUSÃO DA COMPRA, POIS FALTAM APROXIMADAMENTE 30 DIAS E OS NUCLEOS MUNICIPAIS LEONIZA C. AGOSTINI E GETULIO VARGAS AGUARDAM O MATERIAL PARA DAR CONTINUIDADE AOS ENSAIOS COM ALUNOS.

Data da Assinatura: 04/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/08/2010

Vigência: 04/08/2010 a 04/09/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:



Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 6.895,60 Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E
NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 200/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ: 04.492.725/0001-03
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 78/2010 Numero do Processo: 78/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 200/2010
Fundamento Legal:
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, CARGA E
TRANSPORTE DE MATERIAL PARA ATERRO NA ÁREA DE INSTA-
LAÇÃO DO CEDUP.

Data da Assinatura: 05/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/08/2010
Vigência: 05/08/2010 a 05/09/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 62.500,00 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 201/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: FUNDAÇÃO FREI ROGERIO
CNPJ: 78.747.251/0001-03
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 68/2010 Numero do Processo: 68/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 201/2010
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 2.927,20 REFERENTE A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS
DO MUNICÍPIO E COBERTURA DE SOLENIDADES.

Data da Assinatura: 06/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/08/2010
Vigência: 06/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.927,20 Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SER-
VIÇO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 202/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
EPP
CNPJ: 08.237.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 87/2010 Numero do Processo: 87/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 202/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINA-
DOS AO MURO DO ESTADIO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I
DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/08/2010
Vigência: 10/08/2010 a 10/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 4.319,90 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA
FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 203/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: CONSBRITA LTDA
CNPJ: 03.750.590/0001-68
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 87/2010 Numero do Processo: 87/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 203/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINA-
DOS AO MURO DO ESTADIO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I
DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/08/2010
Vigência: 10/08/2010 a 10/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 646,00 Forma de Pagamento: APOS ENTREGA E NOTA FIS-
CAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 204/2010
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura



C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 01.341.214/0001-94

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia
Numero da Licitação: 83/2010 Numero do Processo: 83/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 204/2010

Fundamento Legal:

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO RECAPEAMENTO/PAVIMENTAÇÃO NA AV. FREI GASPAR, COM EXTENÇÃO TOTAL DE 1.962,00 M E AREA DE 18.358,00 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 11/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/08/2010

Vigência: 11/08/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 865.800,00 Forma de Pagamento: CONFORME MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 205/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: DINAMICA COM SUPR PARA INFORMATICA LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 29/2010 Numero do Processo: 29/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 205/2010

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR PARA QUISIÇÃO DE ETIQUETA 66,7X25,4 PARA IMPRESSORA DO GABINETE DO PREFEITO.

Data da Assinatura: 12/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 12/08/2010

Vigência: 12/08/2010 a 31/12/2010

Programa de Trabalho: 02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 37,50 Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 209/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: SANDRI SERVIÇOS ELETRICOS LTDA

CNPJ: 02.677.127/0001-75

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia
Numero da Licitação: 56/2010 Numero do Processo: 56/2010

Numero do Contrato ou Aditivo: 209/2010

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS TRINTA (30) DIAS E DE VALOR POIS HOUVE ALGUMAS ADEQUAÇÕES NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO NECESARIO À EXECUÇÃO DE MAIS UM CANTEIRO CENTRAL NA AVENIDA FREI ROGERIO NÃO PREVISTO INICIALMENTE E TAMBEM A COLOCAÇÃO DE CAIXAS DE PASSAGEM DE TUBULAÇÕES NA PRAÇA DA REPUBLICA.

Data da Assinatura: 18/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/08/2010

Vigência: 18/08/2010 a 18/09/2010

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 4.354,00 Forma de Pagamento: CFE MEDIÇÃO E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 210/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 01.657.361/0001-78

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:

Numero do Contrato ou Aditivo: 210/2010

Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PARA COBRIR A ENTRADA DE BEBIDAS ALCOOLICAS, ASSIM COMO A ENTRADA DE PESSOAS COM QUALQUER MATERIAL QUE POSSA AMEAÇAR A SEGURANÇA DOS DEMAIS PRESENTES, NO GINASIO MUNICIPAL ONOFRE SANTO AGOSTINI E NO ESTADIO MUNICIPAL WILMAR ORTIGARI.

Data da Assinatura: 19/08/2010

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência:

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.750,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 211/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA

CNPJ: 93.998.921/0001-95

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL



Numero da Licitação: 62/2010 Numero do Processo: 62/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 211/2010
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR PARA AQUISIÇÃO DE MAIS QUATRO (04) PNEUS, PARA VEICULO FIAT/STRADA MDG-5346.

Data da Assinatura: 20/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/08/2010
Vigência: 20/08/2010 a 31/12/2010
Programa de Trabalho: 02.05.15.452.0018.2.075.3.3.90.00.00.00.00.00
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 576,00 Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 216/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
CNPJ: 09.223.659/0001-81
Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
Numero da Licitação: 25/2010 Numero do Processo: 25/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 216/2010
Fundamento Legal:
Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATE DIA 11/10/2010 REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE, TIPO RECAPAMENTO NA AV. FREI ROGERIO, COM EXTENSÃO TOTAL DE TOTAL DE 1.024 M E AREA DE 15.550,00 M²

Data da Assinatura: 27/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/08/2010
Vigência: 27/08/2010 a 11/10/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 217/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA
CNPJ: 83.039.115/0001-17
Modalidade: Convite p/ Obras e Serviços
Numero da Licitação: 96/2010 Numero do Processo: 96/2010
Numero do Contrato ou Aditivo: 217/2010
Fundamento Legal:
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA OS VEICULOS F400 PLACA MCS-6577 E FORD CARGO PLACA MCJ-8609.

Data da Assinatura: 30/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/08/2010
Vigência: 30/08/2010 a 30/09/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.333,00 Forma de Pagamento:

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo 47/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto /2010

Resumo do Instrumento de Termo Aditivo

Contratado: SQ SUPERMERCADOS LTDA
CNPJ: 03.551.654/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 16/2009 Numero do Processo: 16/2009
Numero do Contrato ou Aditivo: 47/2010
Fundamento Legal:
Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PETI.

Data da Assinatura: 12/08/2010
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/08/2010
Vigência: 24/08/2010 a 30/09/2010
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 422,59 Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NOTA FISCAL

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 09/2010

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/2010
CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO SENHOR LUIZ FONTANA.

(PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 09/2010. AUTORIA: TODOS OS VEREADORES)

Faço saber, que a Câmara de Vereadores de Curitiba aprovou, e eu, Angelo Scolari, Presidente, nos termos do Artigo 51, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e do Artigo 133, in fine, do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao Senhor LUIZ FONTANA o TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 2º A placa de homenagem será entregue em Sessão Solene especialmente marcada para este fim, no Plenário da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Curitiba, 14 de setembro de 2010.
 ANGELO SCOLARO VALDECI GARCIA
 Presidente Vice-Presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, no mural e Secretaria da Câmara Municipal.

ADELSON URIOSTE OSNI RIGHES
 1º Secretário 2º Secretário

Resolução Nº 03/2010

RESOLUÇÃO Nº 03/2010

FIXA VALOR DAS DIÁRIAS E AUTORIZA O RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE COMBUSTÍVEIS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o valor das diárias para Vereadores, Presidente e demais servidores da Câmara de Vereadores de Curitiba, conforme tabela abaixo:

I - NO ESTADO:

- Presidente da Câmara	R\$ 350,00
- Vereadores	R\$ 300,00
- Direção e Funções Técnicas	R\$ 280,00
- Demais Servidores	R\$ 200,00

II - FORA DO ESTADO:

- Presidente da Câmara	R\$ 450,00
- Vereadores	R\$ 400,00
- Direção e Funções Técnicas	R\$ 380,00
- Demais Servidores	R\$ 300,00

III - PARA O DISTRITO FEDERAL:

- Presidente da Câmara e demais Vereadores	R\$ 700,00
- Direção e Funções Técnicas	R\$ 600,00
- Demais Servidores	R\$ 500,00

Parágrafo Único: Na região da AMARP, AMURES e ainda nos municípios de Brunópolis, Monte Carlo, Rio do Sul e Campos Novos haverá tão somente ressarcimento de despesas mediante apresentação das notas fiscais.

Art. 2º Não cabe a concessão de diária quando o deslocamento for por período inferior a 04 (quatro) horas.

Art. 3º Será reduzido em 50% o valor da diária se o deslocamento não exigir pernoite fora do Município.

Art. 4º O vereador ou servidor que fizer o deslocamento com carro próprio, para locomoção na cidade de destino, fará jus ao ressarcimento do combustível e do desgaste do veículo, a razão de 30% (trinta por cento) do valor de um litro de combustível por quilômetro rodado.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 01, de 28 de fevereiro de 2007.

Curitiba, 21 de setembro de 2010.

Publicada e Registrada no Mural da Câmara de Vereadores, em 21 de setembro de 2010.

ANGELO SCOLARO VALDECI GARCIA
 Presidente Vice-Presidente

ADELSON URIOSTE OSNI RIGHES
 1º Secretário 2º Secretário

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1446/2010

DECRETO 1446, de 13 de setembro de 2010.

Atribui competência para administrar e coordenar o Programa de Combate a Violência e a Exploração Infanto-Juvenil que trata a Lei Municipal nº 1086 de 02 de março de 2006;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contida no inciso XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º A execução do Programa criado pela Lei nº 1086/2006 será feita na forma disposta no Art. 1º da citada Lei conjuntamente pelas Secretarias e órgãos da Saúde, Ação Social e Habitação e Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º O Programa de Combate a Violência e à Exploração Infanto-Juvenil será administrado e coordenado pelo CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 13 de setembro de 2010.

Lenita Dadalt Fontana
 Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 2371/2010

PORTARIA 2371, de 13 de setembro de 2010.

Nomeia membros para integrar Comissão de Avaliação de Materiais Inservíveis e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear os membros abaixo relacionados sobre a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão de Avaliação de Materiais Inservíveis para uso da Municipalidade:

Alcindo Telles
 José Lindomar Recalcatti
 Alduir Antonio Mocelin

Art. 2º. Os bens a serem avaliados são:

a) Um lote de 4.000 (quatro mil) telhas de barro tipo francesa usadas.

Art.3º. Compete a Comissão examinar os materiais procedendo à avaliação dos mesmos, declarando através de laudo o valor mínimo para lance de leilão.

Art.4º. A Comissão terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

à partir da publicação desta Portaria para conclusão dos trabalhos e a entrega do competente laudo a Senhora Prefeita Municipal.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 13 de setembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar nº 0116/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº. 116, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.
ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 9º, DA LEI COMPLEMENTAR N. 0083, DE 03 DE ABRIL DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o caput do artigo 9º da Lei Complementar nº 083, de 03 de abril de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas trimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

[]

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE SETEMBRO DE 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0272/2010

DECRETO Nº 0272, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (278) .R\$ 20.000,00

TotalR\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE SETEMBRO DE 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0273/2010

DECRETO Nº 0273 DE 23 DE SETEMBRO 2010.

APROVA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 0003-000 DA QUADRA 299, DE PROPRIEDADE DE LUCILA DOS SANTOS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a alínea "C" do Decreto nº 021/2000 de 24 de março de 2000.

Art. 2º - Fica aprovado nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 3865/2010, o desmembramento do lote 0003-000 da quadra 299, matriculado no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 8778, de propriedade de LUCILA DOS SANTOS, conforme abaixo descrito:

Lote nº 0003-001 Quadra 299 com 20.000,00m²;

Lote nº 0003-002 Quadra 299 com 450,00m²;

Lote nº 0003-003 Quadra 299 com 450,00m²;

Lote nº 0003-004 Quadra 299 com 450,00m²;

Lote nº 0003-000 Quadra 299 com 5.939,76m².

Art. 3º - Dentro do Plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV tabela II da Lei Municipal Complementar nº 0097/2008, os lotes serão cadastrados como ZMD (Zona Mista Diversificada).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 23 DE SETEMBRO 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2425/2010

PORTARIA N.º 2.425 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de LUCIA ZENOIR DE VALIERI CENDRON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 022.348.929-88, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR, com carga horária de 36 horas semanais, a partir de 24 de setembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços nº 0016/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0016/2010 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução da Construção da Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, com 230,91m², situada na Avenida João Marques Vieira, "Praça do Colono", no Centro da cidade de Fraiburgo. Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 18/10/2010. Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº 0109/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0109/2010 - PMF

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, conforme Artigo 18 da Resolução nº38/2009, podendo participar deste processo grupos formais, (Cooperativas e Associações) detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/ PRONAF, DAP Jurídica, constante no Artigo 23 § 4º desta resolução, para utilização na merenda Escolar dos alunos da rede Municipal. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 14/10/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial nº 0110/2010 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2010 - PMF

Objeto: aquisição de equipamentos para uso na Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, que será construída na Avenida João Marques Vieira, "Praça do Colono", no Centro da cidade de Fraiburgo. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 18/10/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Seleção ACT nº 0020/2010

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0020 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, nas funções de Professor das seguintes disciplinas: Ciências e Programas de Saúde, Língua Inglesa, Filosofia ou Teologia, Língua Portuguesa e Matemática, para preenchimento de vagas no ano de 2010, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e alterações posteriores. As inscrições serão realizadas no período de 27 de setembro a 1º de outubro de 2010, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e ponto facultativo), no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3000.

Fraiburgo, 23 de setembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.449/2010

LEI N.º 1.449, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 296.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 296.900,00 (duzentos e noventa e seis mil e novecentos reais) no Orçamento



vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 200.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental. 200.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 Aplicações Diretas 200.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 5.000,00
27812512.031 - Func. E Manutenção do Setor de Esporte 5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 5.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 9.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL 9.000,00
08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar 9.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 9.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 65.000,00
2884500.063 - Contribuição ao PASEP 65.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 65.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 17.900,00
10301252.073 - Func. E Manutenção do Setor Saúde 17.900,00
3.1.91.0.1.02.000000 Aplicações Diretas 17.900,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 296.900,00 (duzentos e noventa e seis mil e novecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 200.000,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 200.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 Aplicações Diretas 200.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 14.000,00
27812512.031 - Func. E Manutenção do Setor de Esporte 14.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 14.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 65.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 65.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 65.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 17.900,00
10301251.071 - Aquisição de Veículos 17.900,00
4.4.90.0.1.02.000000 Aplicações Diretas 17.900,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Setembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/09/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.450/2010

LEI N.º 1.450, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 387, DE 29 DE NO-
VEMBRO DE 1991, QUE "INSTITUI A LEI DE PARCELAMENTO DO
SOLO URBANO DE GAROPABA, ESTADO DE SANTA CATARINA".

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso III do artigo 4º da Lei Municipal nº 387, de 29 de

novembro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

III - Áreas de Uso Institucional as áreas destinadas à edificação de prédios públicos de natureza cultural, educacional, saúde, la-
zer, segurança e similares, tais como escolas, teatros, bibliotecas, hospitais, postos de saúde, delegacias, fórum e outros;

Art. 2º. O artigo 5º da Lei Municipal nº 387, de 29 de novembro de 1991, passa a ter a seguinte redação, acrescido dos incisos I, II e III:

Art. 5º. Nos projetos de parcelamento do solo deverão ser respei-
tadas, conforme a modalidade:

I - Nos loteamentos, a área pública destinada ao sistema de cir-
culação, equipamentos urbanos, áreas de uso institucional e es-
paços livres de uso público, não poderá ser inferior, no seu total,
a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba a ser parcelada, sendo,
obrigatoriamente destinados à áreas de uso institucional, uma
área não inferior a 5% (cinco por cento) da gleba, mesmo em se
tratando de loteamento popular.

II - Nos desmembramentos de glebas em mais de 9 (nove) lotes,
computando-se todos os desmembramentos ocorridos na vigência
desta Lei, deverá ser destinada uma área não inferior a 10% (dez
por cento) da área desmembrada, como áreas de uso institucional
e espaços livres de uso público, devendo esta ser destacada da
matrícula da gleba e transferida ao município, através de escritura
pública de doação.

a) No caso de novo desmembramento em uma mesma gleba, a
área destinada deverá ser contígua à anteriormente doada, de
forma a ser possível o seu remembramento à mesma ou, na im-
possibilidade disto, ser igual ou superior à área mínima de parce-
lamento para a zona onde se localiza.

§ 1º. Caberá a administração Municipal, estabelecer em planta, ao
lhe ser encaminhado o projeto de loteamento ou desmembramen-
to, os locais a serem reservados para os equipamentos urbanos,
áreas de uso institucional e espaços livres de uso público cabíveis,
de modo que haja proporção entre essas áreas e o número total
de lotes.

§ 2º. Nos termos do Artigo 22 da Lei Federal N.º 6766/79, os
espaços reservados a que se refere o presente artigo, passam a
integrar o domínio do Município a partir do registro do loteamento
ou da escritura pública de doação no registro de imóveis.

Art. 3º. O parágrafo único do artigo 26 da Lei Municipal nº 387, de
29 de novembro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único. O proprietário do terreno a ser parcelado firmará
compromisso com a Prefeitura Municipal de executar as obras de
infra-estrutura projetadas mediante cronograma num prazo máxi-
mo de 02(dois) anos, prorrogável por igual período.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Setembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/09/2010, de acordo
com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração



Decreto N.º 130/2010

DECRETO N.º 130, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 296.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.449, de 22 de setembro de 2010 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 296.900,00 (duzentos e noventa e seis mil e novecentos reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 200.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental. 200.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 Aplicações Diretas 200.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 5.000,00
27812512.031 - Func. E Manutenção do Setor de Esporte 5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 5.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 9.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL 9.000,00
08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar 9.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 9.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 65.000,00
2884500.063 - Contribuição ao PASEP 65.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 65.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 17.900,00
10301252.073 - Func. E Manutenção do Setor Saúde 17.900,00
3.1.91.0.1.02.000000 Aplicações Diretas 17.900,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 296.900,00 (duzentos e noventa e seis mil e novecentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 200.000,00
12365282.023 - Manutenção da Educação Infantil 200.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 Aplicações Diretas 200.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 14.000,00
27812512.031 - Func. E Manutenção do Setor de Esporte 14.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 14.000,00

14.01 - ENCARGOS GERAIS 65.000,00
2884300.061 - Amortização e Encargos da Dívida Interna 65.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas 65.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 17.900,00
10301251.071 - Aquisição de Veículos 17.900,00
4.4.90.0.1.02.000000 Aplicações Diretas 17.900,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Setembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/09/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 131/2010

DECRETO N.º 131, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 28.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 28.000,00
12361282.020 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental. 28.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 28.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Setembro de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/09/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº 4.042**

DECRETO Nº 4.042 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

EXONERA DAYRO JOSÉ BORNHAUSEN DO CARGO DE DIRETOR DE CULTURA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir desta data, DAYRO JOSÉ BORNHAUSEN, portador do CPF nº 029.709.909/46 e da CI nº 3.301.683 SSP/SC, do cargo em comissão de Diretor de Cultura - Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.043

DECRETO Nº 4.043 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

NOMEIA DAYRO JOSÉ BORNHAUSEN PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 22 de setembro de 2010, DAYRO JOSÉ BORNHAUSEN, portador do CPF nº 029.709.909/46 e da CI nº 3.301.683 SSP/SC, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.044

DECRETO Nº 4.044 DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovada para o cargo abaixo mencionado, cuja carga horária e lotação seguem especificadas:

Nome	Função	Carga Horária	Lotação
Rosineia Maciel Boaventura	Auxiliar de Enfermagem	30 h	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.039, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

DECRETO Nº. 4.039, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
00004.00123.00006 GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.200022 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Dotação 17 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 1.046,25

Art. 2º Por conta do recurso anulado no art. 1º deste Decreto, fica suplementado, no valor indicado, o saldo da dotação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças indicada a seguir.

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
00004.00123.00006 GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2.200022 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Dotação 18 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 1.046,25

Art. 3º Fica suplementado por superávit financeiro, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
00012.00361.00010 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
1.100029 CONSTR., AMPLI. E REFOR. DE ESC., QUADRAS ESPORT., LABORAT. E SALAS MULTIFUNCION.
Dotação 284 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas..... R\$ 68.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.041 DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.

DECRETO Nº. 4.041 DE 20 DE SETEMBRO DE 2010.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA YOLANDA HOSTIN SCHRAMM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a partir de 30 de setembro de 2010, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora DOC II-4, da servidora YOLANDA HOSTIN SCHRAMM, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de sua aposentadoria.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.045,

DECRETO Nº. 4.045, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE KARLA TEIXEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e, no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art.1º Torna sem efeito a nomeação de KARLA TEIXEIRA, para exercer o cargo de Professora DOC III-4, nomeada pelo Decreto nº 4.003 de 12 de agosto de 2010, em virtude de sua desistência expressamente manifestada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de setembro de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 958/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 958/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ALN8095	55075733C	APARECIDO COELHO DA SILVA	5118/0	164 c/c 162 * I
CJU9191	55076594C	JOAO VALCIR GODOY DO CARMO	6920/0	233
CMR5898	55115163C	RONALTI MORAES ALVES	6912/0	232
CNC4961	55114874C	MARLENE NEUHAUS	5010/0	162 * I
CNC4961	55114875C	MARLENE NEUHAUS	5118/0	164 c/c 162 * I
LZC5966	55075952C	DILSON DUTRA	6602/0	230 * VI
LZP3274	55274347B	UDE BELTRAMINI	6602/0	230 * VI
LZP3274	55274348B	UDE BELTRAMINI	6726/1	230 * XVIII
LZP3274	55274349B	UDE BELTRAMINI	6637/2	230 * IX
MBF5412	55075724C	AMANDIO AGOSTINHO MALISZESKI	6599/2	230 * V
MBF5412	55075725C	AMANDIO AGOSTINHO MALISZESKI	5134/1	164 c/c 162 * III
MBF5412	55075726C	AMANDIO AGOSTINHO MALISZESKI	5037/1	162 * III
MBF5412	55075727C	AMANDIO AGOSTINHO MALISZESKI	6971/0	238
MBK1490	54823690B	VANDERLEI CARDOSO	6599/2	230 * V
MBK1490	54823691B	VANDERLEI CARDOSO	5010/0	162 * I
MBW2359	55116014C	RICARDO CORREA DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MBW2359	55116015C	RICARDO CORREA DOS SANTOS	6610/2	230 * VII
MDA6284	54823580B	EMERSON CARNEIRO GONCALVES	6599/2	230 * V
MDE4485	55113421C	LUIZ EDUARDO ROCHA	5045/0	162 * V
MES8980	55075966C	WALDECIR WEBER	6920/0	233
MFB2475	55116004C	JEFFERSON FLORIANO	6637/2	230 * IX
MFC8401	55115001C	EDITE QUITERIA AMARO DE MASCENO	6599/2	230 * V
MFW8468	55113486C	ROSELHA DE OLIVEIRA	6599/2	230 * V
MFW8468	55113489C	ROSELHA DE OLIVEIRA	6912/0	232
MFW8468	55113490C	ROSELHA DE OLIVEIRA	5010/0	162 * I
MFY8680	55113209C	MARA RUBIA KRUTZSCH	6912/0	232

MGZ7732	55075871C	JOSE CORREA	6920/0	233
MHE6860	55076193C	OSCAR RANGEL FILHO	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 959/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 959/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BCJ9999	55076120C	ADAIR DE BRITO SIDRA	5452/1	181 * VIII
CRD6305	55115875C	GERSON DA SILVA	5991/0	206 * I
LWU0196	55076813C	ADEILDO DA SILVA	6050/1	208
LYC4521	55076363C	CLAUDIO ROBERTO FEDENCIO	6858/0	231 * VII
LYQ5512	55076701C	PEDRO PAULO HIPOLITO	5746/3	187 * I
LZV2053	55114886C	ELIZEU NEVES DA SILVA	5720/0	186 * I
MBH9067	55076100C	JAIR FRANCISCO PITZ	5800/0	192
MBJ2589	55113399C	ALEX ZUCKI	7064/0	244 * IV
MBJ2589	55113400C	ALEX ZUCKI	7030/2	244 * I
MBK1490	54823692B	VANDERLEI CARDOSO	7030/2	244 * I
MBW2359	55116017C	RICARDO CORREA DOS SANTOS	5185/1	167
MBX8914	55075843C	MARGARETE IGNACIO	7366/2	252 * VI
MCA9144	54823715B	EDSON JOSE DE OLIVEIRA	5541/1	181 * XVII
MCL0865	55114985C	FABIO CARLOS BRAGA DOS SANTOS	5878/0	199
MDA1031	54823717B	MARGARETE FERRAZ	5207/0	169
MDA1031	54823718B	MARGARETE FERRAZ	5835/0	195
MDA1031	54823719B	MARGARETE FERRAZ	7030/2	244 * I
MDL4468	55076426C	DORIVAL DE MATOS	5991/0	206 * I
MEB2217	55114879C	EWERSON MIRANDA	5452/1	181 * VIII
MEF7930	55075941C	PAULO MATIAS GRESSER	5550/0	181 * XVIII
MEO5023	55076103C	ANTONIO LORI NUNES WALTRICK	5541/1	181 * XVII
MET7873	55113455C	VALMIR NOVAS	5720/0	186 * I
MFJ4443	55075665C	ANDRE WEISS	5991/0	206 * I
MFM8398	55116013C	ALTINO CORREIA DIAS	5738/0	186 * II
MFN2399	55075607C	JOSE MARIA DE FRANCA ANDRADE	5738/0	186 * II
MFW6139	55076052C	EDSON PEREIRA	5541/1	181 * XVII

MFV8468	55113487C	ROSELHA DE OLIVEIRA	5835/0	195
MFV8468	55113488C	ROSELHA DE OLIVEIRA	5967/0	203 * V
MGG7214	55076238C	CRISTIANO COSTA	5746/1	187 * I
MGZ6659	55076218C	TRANSPORTES CLEMENT LTDA	5746/3	187 * I
MGZ6659	55076219C	TRANSPORTES CLEMENT LTDA	5185/1	167
MHI1282	55115066C	VALERIO ZUCHI	5835/0	195
MHT0560	55114878C	MARCIO FELDMANN	5738/0	186 * II
MHV7040	55115079C	CAJUMAR TRANSPORTES DE CARGAS LTDA	5746/3	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 962/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 962/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BJR6557	55074882C	LUIZ RICARDO CAZETT	6920/0	233
CBM8266	55076072C	DELIRIO CORREIA	6920/0	233
CGS5698	55076094C	LILIAN LAURENTINA DA COSTA	6920/0	233
GIE0202	55076027C	ELTON BECKER	6920/0	233
IHX1365	55075636C	MILENA PROENCA LIMA	6920/0	233
JMF3544	55075685C	MARCIANO THIBES	6920/0	233
KFE2707	55113396C	JOAO DE SOUZA NETO	6599/2	230 * V
LZA2226	55076760C	VALMOR ARAUJO	6920/0	233
LZD2052	55075809C	MARCIO GERMANO	6920/0	233
LZN7288	55113871C	ORLI DE SOUZA	5037/1	162 * III
LZN7288	55113872C	ORLI DE SOUZA	5088/1	163 c/c 162 * III
LZO3223	55076593C	ANA CARLA SOARES	6920/0	233
MAA9784	55115811C	FILIPPE VENANCIO	6599/2	230 * V
MAR6495	55076015C	IVAN GOEDERT	6920/0	233
MCH0308	55075894C	CHRISTIAN MACEDO	6920/0	233
MCN2119	55076090C	CYNTHIA DA ROCHA COSTA CORDEIRO	6920/0	233
MCR6262	55076082C	CONSTRUPAV OBRAS E PAVIMENTACOES LTDA ME	6920/0	233
MDK9502	55076647C	JOAO MARIA LEMOS CABRAL	6920/0	233
MFJ9620	55076061C	SEBASTIAO VOLMIR ASSIS DOS REIS	6920/0	233
MFO2518	55076328C	JHONY MULLER	7340/0	252 * IV
MGP1710	55076189C	PATRICIA MARIA SARAIVA	6920/0	233
MMH0005	55076465C	VALMIRA RAITZ HANK	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 963/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 963/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
IHB1124	55075788C	JOSE ANTONIO TIMOTEO	5746/3	187 * I
MBG3241	55073956C	ERICO SCHIRMER	5991/0	206 * I
MDI4811	55116005C	JULIANO LONGUI	7030/2	244 * I
MDL4476	55115351C	ALEXSANDRA GRAF TIEDT	7030/3	244 * I
MDR6599	55075672C	CLEUSA DIAS CARNEIRO	5991/0	206 * I
MDY7514	55076117C	EZEQUIEL BRUNO	5185/2	167
MEC7441	55113226C	VALDEMAR BARBOSA	5541/1	181 * XVII
MEL1996	55074744C	GIULIANO CARLOS DALL AGNOL	6050/2	208
MEL1996	55074745C	GIULIANO CARLOS DALL AGNOL	5967/0	203 * V
MEL1996	55074746C	GIULIANO CARLOS DALL AGNOL	6122/0	214 * I
MEV4856	54823593B	MARIO GONCALVES DOS SANTOS	5541/1	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE
DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 572/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 9

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 572/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAJ0289	8590013207	EVANDRO CEZAR ORTIZ	7455/0	218 * I
ABD9839	8590012940	MARA ESTER KUNTZ	7455/0	218 * I
ACN8374	8590013133	JAIR SCHELTER	7455/0	218 * I
ADI4737	8590003687	ROBERTO FERREIRA KEMENESI	7455/0	218 * I
AEE7196	8590015217	SALESIO GELSLEICHTER	7455/0	218 * I
AEK0925	8590013760	JOILSON JOSE RIBEIRO	7471/0	218 * III
AEK0925	8590014698	JOILSON JOSE RIBEIRO	7463/0	218 * II
AHT4297	8590014695	ALEXANDRE SILVESTRE DA SILVA BELLOLI	7463/0	218 * II
AIG4583	8590015774	SIMAO FERREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
AIJ7329	8590014518	VALDIR DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
AIJ7329	8590014620	VALDIR DE OLIVEIRA	7463/0	218 * II
AIQ3041	8590014965	WALDIR BOTEGA JUNIOR	7455/0	218 * I
AJI7577	8590013695	ROBERTO ALEXANDRE MAFRA	7455/0	218 * I
AJO7511	8590006156	JOSE ADILSON PETRY	7455/0	218 * I
AJT3543	8590010830	ANTONIO CARLOS REICHERT	7455/0	218 * I
AJT6345	8590009298	MARIA PINHEIRO DE ALENCAR	7455/0	218 * I
AJV0189	8590010490	RODRIGO JUNGES	7455/0	218 * I
AKE3978	8590011243	JEFERSON DOS PASSOS	7463/0	218 * II
ALW0595	8590008644	AGUINALDO DE SOUZA	7455/0	218 * I
ATL7770	8590012196	ODINEI WESTRUP	7455/0	218 * I
BDC0303	8590016968	TAINAN ALICE FRANZENER	7463/0	218 * II
BIC4026	8590012429	WALDIR ORACIO CORREIA	7455/0	218 * I
BMG3687	8590012920	CARINA MARINA DA SILVA	7463/0	218 * II
BNJ2405	8590011484	DEIVID SOLON SCHIFTER	7455/0	218 * I
CHR6242	8590003776	JOAO MARIA ROSA BATISTA	7455/0	218 * I
CID8751	8590012262	LAENIO MONDARDO	7455/0	218 * I

CIO9933	8590011955	MARCOS DE SOUZA	7455/0	218 * I
CLR4839	8590008778	FRANCISCA DALVA DA COSTA LOPES	7455/0	218 * I
CNP6987	8590005301	MARIA ZUNINO SILVEIRA	7455/0	218 * I
CNP6987	8590007475	MARIA ZUNINO SILVEIRA	7455/0	218 * I
CNX5449	8590004580	ALCIDES JOSE DE SOUZA	7455/0	218 * I
CPZ6182	8590012126	CARMOSINO DA ROSA PEREIRA	7455/0	218 * I
CSC4156	8590003635	JHONATAN IVAN DA SILVA LISBOA	7455/0	218 * I
CSW6859	8590012169	MARCELO THEISS	7455/0	218 * I
CXA1598	8590008097	HOTEL LUMAR LTDA ME	7455/0	218 * I
CXW4342	8590004109	MANOEL DE BEM FRAGA	7463/0	218 * II
CYS6255	8590011795	WILSON JOAO DA COSTA	7455/0	218 * I
DMF7655	8590010657	JOSE VALDENI DA CRUZ	7463/0	218 * II
DUE9258	8590004189	VANESSA FABIANE SCHEIDT	7455/0	218 * I
ERL4444	8590005316	WILIBALDO SCHELTER	7471/0	218 * III
GYR2919	8590005357	LUCIANA HOWE	7455/0	218 * I
HAR7305	8590013605	ADILSON TAVARES	7455/0	218 * I
ICD1278	8590010924	CLAUDIOMAR GAUTERIO RAMOS	7463/0	218 * II
ICJ7730	8590007087	VALDEMAR SOBRINHO EVANGELISTA MACEDO	7455/0	218 * I
IES5094	8590004181	SONIA APARECIDA DE CASTRO GONCALVES	7463/0	218 * II
IFC9884	8590010453	PAULO RICARDO	7455/0	218 * I
IIZ7326	8590005706	ALMERINDO LUCIANI	7471/0	218 * III
ILY4671	8590009256	GIOVANI PERUCHI GRIEBELER	7463/0	218 * II
JOL7990	8590007645	IARA AMELIA BASTOS	7455/0	218 * I
JPO3756	8590013087	MARIA DA CONCEICAO ROCHA SERPA	7471/0	218 * III
JXX5960	8590011880	RODOLFO GUSTAVO DAUER	7455/0	218 * I
KBU0785	8590007091	OSMAR ATANASIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
KDH1039	8590007344	MARIA LENIR BERNZ	7463/0	218 * II
KHJ3497	8590011172	RULYAN CANDEIAS DA SILVA	7455/0	218 * I
KLN5154	8590006721	TOSHITOMO SHINKAI	7455/0	218 * I
KMI7102	8590011769	LUIZ PEREIRA	7463/0	218 * II
KMR9058	8590012692	MARIA VITORIA RAINERT BULSONI	7455/0	218 * I
KMR9058	8590015371	MARIA VITORIA RAINERT BULSONI	7455/0	218 * I
KQH7120	8590013818	EDIO HELING	7455/0	218 * I
LNK3386	8590008683	LAURINDO CORREA FAGUNDES	7463/0	218 * II
LWR4944	8590007292	ALAIR KOPP	7455/0	218 * I
LWS3919	8590012319	JEFFERSON LUIZ SCHMITT	7455/0	218 * I
LWV6181	8590015048	EDSON LUIZ GARCIA	7455/0	218 * I

LWY1210	8590004348	MARIZA TEREZINHA STEIDEL	7455/0	218 * I
LWY6892	8590009374	JOAO MAMEDE MACHADO	7455/0	218 * I
LWZ9152	8590015243	JOSE MARINS PEREIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
LXA0930	8590010540	FRANCISCO CUNHAQUE	7455/0	218 * I
LXB6738	8590008753	EMERENCIANA MARIA CARDOSO	7455/0	218 * I
LXC6795	8590011196	VALDECIR DOMINGUES NOVAES	7463/0	218 * II
LXC7124	8590015496	CLARISSE APARECIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LXD5068	8590003261	RAFAEL PABLO ADAM	7455/0	218 * I
LXE8041	8590007314	NELSON KOPROWSKI	7455/0	218 * I
LXE9403	8590013043	RENATO DA SILVA	7455/0	218 * I
LXH0683	8590010316	JANIO BATISTA FERREIRA	7455/0	218 * I
LXJ9909	8590010322	MARCONE MARQUES ANDRADE	7455/0	218 * I
LXL9260	8590004366	ROSEMERI REIMER CERUTTI	7455/0	218 * I
LXM0111	8590005415	JAIR ROEDEL	7455/0	218 * I
LXM3508	8590010170	VALMIR DO NASCIMENTO	7463/0	218 * II
LXM4486	8590009680	ALINE DE FATIMA GONCALVES	7455/0	218 * I
LXM7836	8590009684	ALTIVIR FILIPINI JUNIOR	7455/0	218 * I
LXM8336	8590011863	NILSON XAVIER	7455/0	218 * I
LXN3567	8590013261	JEOVA DA SILVA	7455/0	218 * I
LXO7000	8590009825	OSMAR ADELINO SOARES	7455/0	218 * I
LXU3261	8590010169	JOSE GERALDO PASZKO	7455/0	218 * I
LXV0757	8590009608	ELSO CRISTOVAO SILVEIRA DA SILVA	7455/0	218 * I
LXW9573	8590007195	ELIO GONCALVES OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LXX1452	8590010592	EVALDO GUSTAVO SCHLEMPER	7455/0	218 * I
LXX7080	8590013345	JOAO HENRIQUE ARNDT	7463/0	218 * II
LXY4285	8590015624	APRIGIO MARTINS DA CONCEICAO	7455/0	218 * I
LYC4521	8590015242	CLAUDIO ROBERTO FEDENCIO	7455/0	218 * I
LYC7587	8590010310	CANDIDA GONCALVES	7455/0	218 * I
LYD3075	8590015324	EURIPEDES ANDREUZO	7455/0	218 * I
LYJ1398	8590010787	FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LYJ3610	8590015478	GISELLE MELLIES BORGES	7455/0	218 * I
LYJ9455	8590012012	AMIRTO JACZCZAK	7463/0	218 * II
LYJ9455	8590012175	AMIRTO JACZCZAK	7455/0	218 * I
LYL8102	8590010435	MARLON CESARI	7455/0	218 * I
LYL9019	8590014514	LENIR MARIA VICENTE	7463/0	218 * II
LYO2010	8590003779	EURIDES ALVES DE ANDRADE	7455/0	218 * I
LYO5154	8590015516	WILSON BENTO DIAS FILHO	7455/0	218 * I

LYP6463	8590014701	PEDRO LOPES	7455/0	218 * I
LYP8148	LE00075156	ADEMAR DA SILVA	7455/0	218 * I
LYR8016	8590010605	JOSE DOS PASSOS SOUZA LEANDRO	7455/0	218 * I
LYR9353	8590011536	CLEITO LEMES DO PRADO	7455/0	218 * I
LYS9350	8590011544	BRUNO SCHWABE	7463/0	218 * II
LYV3380	8590006062	ANDRE LUIZ DE PAULA	7455/0	218 * I
LYV3380	8590006462	ANDRE LUIZ DE PAULA	7455/0	218 * I
LYW0903	8590007691	JADERSON LEIRIA	7455/0	218 * I
LYY4757	8590008814	CLAUDIO PEREIRA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LYY9799	8590015294	ODETE BURIGO	7455/0	218 * I
LZA8921	8590003618	CLAUDIA ACRE	7455/0	218 * I
LZB0948	8590017554	JAISON EDUARDO KNOP	7463/0	218 * II
LZB4678	8590013598	VILMAR BARON	7455/0	218 * I
LZG5399	8590015327	SIDNEI GOMES DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
LZM7324	8590004794	ADRIANO PEREIRA	7463/0	218 * II
LZM9903	8590014081	JANDIRA LEWIN WETZEL	7455/0	218 * I
LZO8597	8590006595	ANTONIO BATISTA DA SILVA	7463/0	218 * II
LZR1126	8590010278	NILTON ELIAS	7455/0	218 * I
LZR7583	8590008180	VALMIR VALMOR ALVES	7463/0	218 * II
LZT2769	8590015000	EXTRATO FEMININO IND.E COM.DE CONFECÇOES LTDA	7455/0	218 * I
LZT8185	8590007026	DANIELA ARAGAO	7455/0	218 * I
LZV3876	8590015572	KARINE KEPLER GRASSMANN	7463/0	218 * II
LZV3967	8590013548	MARCIONEI BARBOZA	7455/0	218 * I
LZX1607	8590001030	ADAO ALVES PINTO	7455/0	218 * I
LZZ1199	8590011534	ANTONIA SALETI LEAL	7463/0	218 * II
MAB7002	8590014254	MARIA DAS GRACAS ROCHA	7463/0	218 * II
MAD4574	8590004995	EXTRACAO DE AREIA MULLER LTDA	7455/0	218 * I
MAH9082	8590012688	ADILSON CELSO OBUGALSKI	7455/0	218 * I
MAI5839	8590009384	WA REFRATARIOS LTDA ME	7463/0	218 * II
MAK3268	8590006536	WALDECIR LUIZ STEFFENS	7463/0	218 * II
MAL2283	8590015101	EUZILENE GRIGORIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MAL2283	8590015610	EUZILENE GRIGORIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MAM0443	8590005902	JAIR DA SILVA	7463/0	218 * II
MAN6843	8590010467	DAVID ABREU	7455/0	218 * I
MAQ4659	8590011314	ORACIO ZERMIANI	7455/0	218 * I
MAR1148	8590013339	SIMARA TANIA DE ARAUJO GOMES DA CUNHA	7455/0	218 * I
MAT9582	8590000786	ROSELI FELTZ	7455/0	218 * I

MAZ0922	8590002842	PABLO ALBERTO SID	7455/0	218 * I
MAZ0922	LE00083143	PABLO ALBERTO SID	7455/0	218 * I
MAZ8393	8590009231	LILI ALTHOFF KALVELAGE	7463/0	218 * II
MBA3404	8590010647	LUIS ANDRINO THOMAZINI	7455/0	218 * I
MBB3174	8590004881	SERGIO ESTEVAO KOMINKIEWICZ	7455/0	218 * I
MBC8539	8590010747	ODAIR LUIZ ANDREANI	7455/0	218 * I
MBE2770	8590014838	VICENTE CELINO PEREIRA	7455/0	218 * I
MBE7051	8590005121	DEBORA CARVALHO DE MORAIS	7455/0	218 * I
MBF5222	8590010367	MADECAL AGRO INDUSTRIAL LTDA	7455/0	218 * I
MBG9254	8590006410	MARCOS ARI ONOFRE	7455/0	218 * I
MBG9254	8590006463	MARCOS ARI ONOFRE	7455/0	218 * I
MBH0882	8590009309	JOAO CARLOS GIELOW	7463/0	218 * II
MBH5479	8590009896	ROSELI PAZ	7455/0	218 * I
MBJ0515	8590010730	SUELI SABEL ISENSEE	7455/0	218 * I
MBJ1116	8590010518	ROSANE LENIR HOESEL LUCITTO	7455/0	218 * I
MBJ2384	8590012458	SILVANA PAULA POSSA	7463/0	218 * II
MBJ5729	8590012789	FRANCISCO MARIO ZOEHLER BRUM	7463/0	218 * II
MBM8946	8590007177	ZENIR AZEREDO	7455/0	218 * I
MBN3862	8590013467	RAFAEL RODRIGUES TESTONI	7455/0	218 * I
MBR1349	8590015635	REINALDO GAMBA	7455/0	218 * I
MBR1623	8590003701	IVANETE PEREIRA SOARES DA SILVA	7455/0	218 * I
MBY2240	8590015372	SEBASTIAO PINHEIRO	7455/0	218 * I
MBY2852	8590011293	OSNIR ADOLAR GARCIA	7455/0	218 * I
MBY3575	8590012443	DELIRIO CORREIA	7463/0	218 * II
MBZ1922	8590011458	ADELINO PONTICELLI	7455/0	218 * I
MBZ6092	8590010246	IVANIR RAULINO	7463/0	218 * II
MCA2188	8590014837	RF COMERCIO DE FLORES LTDA ME	7463/0	218 * II
MCB3156	8590015630	JARCEDI MARIANO	7463/0	218 * II
MCB3650	8590016738	MARIA GORETI HELLMANN	7455/0	218 * I
MCB7730	8590005616	VERA LUCIA QUINTINO	7455/0	218 * I
MCB7730	8590007902	VERA LUCIA QUINTINO	7455/0	218 * I
MCD1244	8590015459	ANDRE LUIZ CANSI	7455/0	218 * I
MCD1244	8590015460	ANDRE LUIZ CANSI	7455/0	218 * I
MCD6939	8590011569	LIDIO SANTANA	7455/0	218 * I
MCF2029	8590005470	MARIA DOS SANTOS RONCALIO	7455/0	218 * I
MCG0053	8590002193	ALEXANDRE DA SILVA	7455/0	218 * I
MCG1064	8590015291	JACKSON DANIEL CHINI	7463/0	218 * II

MCH7352	8590012631	SALETE CORREIA	7455/0	218 * I
MCJ9067	8590013193	ANDRE RAFAEL AMORIM	7463/0	218 * II
MCK2634	8590011401	PEDRO NICOLAU SABEL	7455/0	218 * I
MCL9579	8590017166	ISAQUE SIMEONI GODOI	7455/0	218 * I
MCM0781	8590001710	ROBSON FREIRES SOARES	7455/0	218 * I
MCO0300	8590008932	JOSE JUSTIMIANO	7455/0	218 * I
MCR0680	8590014357	VOLMIR PEREIRA DUARTE	7455/0	218 * I
MCS6053	8590006683	PAULO ROBERTO DOS SANTOS E CIA LTDA. EPP	7455/0	218 * I
MCT3277	8590005069	ARNO ROBERTO DOS REIS	7455/0	218 * I
MCT5050	8590012434	JOSELINO PETRI BATISTA	7455/0	218 * I
MCY6084	8590012897	GERMANO DOS SANTOS MENDES	7455/0	218 * I
MDA6438	8590005425	GERSON KOHN	7455/0	218 * I
MDB9780	8590007615	JOSE DORIGON BAGGIO	7463/0	218 * II
MDC2362	8590005535	DIEGO DE SOUZA ALVES	7455/0	218 * I
MDD0476	8590011532	LILIANA CRISTINA LENNERT	7455/0	218 * I
MDE0973	8590013545	MARCIO GILBERTO ELIAS	7455/0	218 * I
MDH2909	8590011044	DAIDELLEIN BRASIL CLUBE NACIONAL DE SERVICOS E LAZE	7455/0	218 * I
MDH6712	8590008864	ORNALDO JOSE GONCALVES	7455/0	218 * I
MDI8085	8590003059	DENISE ROTHBARTH EPP	7463/0	218 * II
MDM9148	8590012410	MARILICE FILIPPE BERGAMO	7455/0	218 * I
MDM9299	8590011893	JESSICA CAMILA HOSTINS	7455/0	218 * I
MDN2406	8590015464	FELICIANO JOSE RAIMUNDO	7455/0	218 * I
MDO2454	8590009001	KELLY SAMARA SASSO TELES	7455/0	218 * I
MDP0382	8590001849	RENATO DUWE	7463/0	218 * II
MDP3742	8590015751	DIMAR ALVES DE SOUZA	7455/0	218 * I
MDP7323	8590005086	BRUNA SESTREM GERMER	7455/0	218 * I
MDP9196	8590009617	NELSON ROGERIO NOVAK	7455/0	218 * I
MDS4682	8590003431	NEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA BASTIANI	7455/0	218 * I
MDU1823	8590010625	L.I. INDUST. E COM. DE RESIDUOS TEXTEIS LTDA ME	7455/0	218 * I
MDX2525	8590011372	FRANCISCO DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
MEB9944	8590007724	ROBERTO CARLOS DIAS DA ROSA	7455/0	218 * I
MEC2967	8590015099	FRANCISCO DORNELLES RODRIGUES	7455/0	218 * I
MEC7536	8590013296	EDSON FRITZKE	7463/0	218 * II
MEC8014	8590015696	JADER GIOVANI DA SILVA	7455/0	218 * I
MEC9285	8590012886	DAIANE MACEDO DE BRITO	7455/0	218 * I
MEE2210	8590012850	LAURITA MAURISSENZ	7455/0	218 * I
MEF8684	8590013263	EDUARDO GUERINI	7455/0	218 * I

MEG8420	8590005014	VILMAR CASSOL	7455/0	218 * I
MEH3297	8590004047	ANDREIA RAMOS DOS SANTOS	7471/0	218 * III
MEJ8035	8590014988	EVILASIO REINERT	7463/0	218 * II
MEK7034	8590016662	ALICA BAEHR	7463/0	218 * II
MEM9312	LE00074545	OSIEL ESDRAS LEITE	7463/0	218 * II
MEN1516	8590005077	BARBARA BARON SILVEIRA	7455/0	218 * I
MEN1516	8590008553	BARBARA BARON SILVEIRA	7455/0	218 * I
MEN4240	8590008344	VALDEMAR KRUG	7455/0	218 * I
MES3148	8590011944	FERNANDA NICOLETTI	7463/0	218 * II
MES7214	8590000669	VERA LUCIA DA SILVA	7455/0	218 * I
MET7414	8590013197	VALMIRA KOHLS BUTWILOWICZ	7455/0	218 * I
MEV8338	8590011230	EDEMAR ADELINO SOARES	7455/0	218 * I
MEW3358	8590015993	COMERCIO VAREJISTA MARQUES LTDA	7455/0	218 * I
MEW4678	8590008259	JOSE VALMOR DE ASSIS	7463/0	218 * II
MEX2273	8590001218	IVO BARRETO DE SOUZA	7455/0	218 * I
MEZ2330	8590010709	ALIMENTOS DOM BRUNO LTDA ME	7455/0	218 * I
MEZ4291	8590007450	JOSE ANTONIO DE CASTRO PEREIRA	7455/0	218 * I
MFB2475	8590013735	JEFFERSON FLORIANO	7455/0	218 * I
MFB3846	8590010955	EDVILDO FLORENCIO	7455/0	218 * I
MFB6413	8590014683	ADRIANA KLAUMANN	7455/0	218 * I
MFD6692	8590011150	JOAO JOSE DE MORAES	7455/0	218 * I
MFE9958	8590011384	RAUL GUSTAVO GUIRADO	7455/0	218 * I
MFH7539	8590010987	NERI TEREZINHA BOTH CARVALHO	7463/0	218 * II
MFJ1673	8590015758	DOMINGOS SAVIO ALVES DE ANDRADE	7455/0	218 * I
MFJ3600	LE00073804	RAFAEL WESTFAL	7455/0	218 * I
MFJ6999	8590011475	SIMONE CARSTEN SILVA CUNHA	7455/0	218 * I
MFL1108	8590013634	JULIANO EMERSON SCHERER	7455/0	218 * I
MFL1108	8590015613	JULIANO EMERSON SCHERER	7455/0	218 * I
MFM3056	8590012481	LUIZ CARLOS MACHADO	7455/0	218 * I
MFM9863	8590011703	TANIELLY HELENA JATOBA STORCH	7463/0	218 * II
MFO5679	8590005464	ALCIONE RODRIGUES DE LIMA	7455/0	218 * I
MFQ3910	8590015621	DIVONZIR WAVRZYCKI	7455/0	218 * I
MFR4512	8590010999	ANTONIO DA SILVA	7455/0	218 * I
MFW1685	8590012808	LIANE MARIA STRICKER	7455/0	218 * I
MFW9461	8590000982	LUIZ SERGIO DE FARIAS	7455/0	218 * I
MFY1009	8590012632	JOAO LUIZ ANGIOLETTI	7455/0	218 * I
MFY1009	8590012930	JOAO LUIZ ANGIOLETTI	7463/0	218 * II

MFZ2823	8590007136	JOSE DA SILVA	7455/0	218 * I
MFZ7259	8590015930	JOSIAS RODRIGUES DE GODOIS	7463/0	218 * II
MGB8538	8590003263	PEDRO PAULO FERREIRA	7463/0	218 * II
MGC0091	8590013093	MANOEL MACHADO LEMOS	7463/0	218 * II
MGC3505	8590010491	OSVALDO BENTO DA CRUZ	7455/0	218 * I
MGH4128	8590015353	KATHLEN VON DER HAYDE	7455/0	218 * I
MGH4502	8590013475	ADEMAR GESSER	7455/0	218 * I
MGH7604	8590011912	ANACLETO JOAQUIM DE SOUZA	7455/0	218 * I
MGK7474	8590011583	HELICIO FERNANDO LENZ	7463/0	218 * II
MGK8130	8590002191	FABIA LAINA FISCHER	7455/0	218 * I
MGR7995	8590010235	ALFREDO SIEBERT	7455/0	218 * I
MGS2176	8590013805	LECIA SANDRI	7455/0	218 * I
MGT4181	8590002233	ROSANGELA SCHNEIDER RISTOW	7463/0	218 * II
MGX5813	8590016954	EMERSON LUIS COELHO	7463/0	218 * II
MGY6402	8590015451	ENTREGAS RAPIDAS HORNBERG LTDA ME	7455/0	218 * I
MHA0603	8590012487	JOSE PRESTUPA	7455/0	218 * I
MHC8202	8590015153	ANT CHOQUE COFECCOES LTDA ME	7455/0	218 * I
MHD4023	8590012495	EDMILSON EMERIM	7463/0	218 * II
MHD5343	8590015757	EDIO MOTTA	7463/0	218 * II
MHL1099	8590014768	RODRIGO DOSSI	7455/0	218 * I
MHM4130	8590010230	ALVA PEREIRA DO CANTO	7455/0	218 * I
MHM9098	8590011351	MARLENE PINHEIRO	7455/0	218 * I
MHN0202	8590009293	SONIA REGINA PADILHA	7463/0	218 * II
MIP6060	8590012919	ALAOR DA SILVEIRA FILHO	7455/0	218 * I
MIV3500	8590010693	MR-INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO	7455/0	218 * I
MJC2770	8590013112	DORIVAL DE MELLO	7455/0	218 * I
MJH0510	8590012273	MARILDA TEIXEIRA PEREIRA	7455/0	218 * I
MJH1470	8590015482	TANIA MARIA GONCALVES	7463/0	218 * II
MLV2107	8590008172	JOSE GARCIA PEREIRA	7455/0	218 * I
MLV2107	8590008531	JOSE GARCIA PEREIRA	7455/0	218 * I
MLX2500	8590004520	GIUSEPPE MARINO	7455/0	218 * I
MMA7766	8590010356	JOAO MARCOS BARON	7455/0	218 * I
MNR0007	8590013991	JOAO SAMPAIO	7455/0	218 * I
MUK1330	8590005305	ANTONIO CARMO DA SILVA	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 956/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 956/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BKG9102	55117804C	VILMAR RAMOS DA LUZ	5010/0	162 * I
LYQ7493	55116043C	AQUILINO CORBELLA GONZALEZ	6599/2	230 * V
MAS7491	55077271C	FABIANO JOSE DOS SANTOS	6920/0	233
MBD9336	55117937C	GILDO STEINHAUSER	5010/0	162 * I
MBW8644	55113338C	ROZELI CAVALHEIRO	5045/0	162 * V
MBW8644	55113339C	ROZELI CAVALHEIRO	6599/2	230 * V
MCE3407	55117862C	DIOGO LEANDRO PORTELA PEREIRA	6408/0	221
MCE3407	55117863C	DIOGO LEANDRO PORTELA PEREIRA	6670/0	230 * XIII
MCO1451	55076777C	JADIR RAMOS BENTO	6920/0	233
MCY3742	55115021C	GILMAR CAPSTRANO	6599/2	230 * V
MDN9786	55077317C	VALDIR ANTUNES DA ROSA	6920/0	233
MEB1361	55077291C	ALFREDO JOSE DE SOUZA	6920/0	233
MEG7177	55077324C	MARLI DOS SANTOS	6920/0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 957/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 957/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAD8849	55077024C	LUIZMAR CARLOS KLUGE	5231/1	172
AJY2874	55114842C	TALITA PEDROSO	6050/1	208
DLG3320	55077079C	DANIEL COSTA BUCHWEITZ	5720/0	186 * I
LBO3159	55077207C	RODRIGO VILLAR VENTURI VIEIRA	5720/0	186 * I
LXB8651	55118002C	VANDERLI LUIZ BERNARDO	5940/1	203 * III
LYM5162	55076716C	DALMIR MAGALHAES	6084/4	211
MCS4550	55077023C	LUIZ GONCALVES DA SILVA	5878/0	199
MES8858	55076423C	MARIA IDALINA VIEIRA	6050/1	208
MGF1251	55077080C	VALDINO WEILER	5550/0	181 * XVIII
MGV7779	55077045C	ADAO FERREIRA GOMES	5479/0	181 * X
MIE5574	55077055C	RUBIA ALINI FERREIRA	5819/1	193
MIE5574	55077056C	RUBIA ALINI FERREIRA	6068/1	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 960/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 960/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AKY7612	55117909C	SILVIO BITTENCOURT	6610/2	230 * VII
AKY7612	55117910C	SILVIO BITTENCOURT	6637/1	230 * IX
AKY7612	55117911C	SILVIO BITTENCOURT	6670/0	230 * XIII
MAJ7841	55115145C	NILTON DA SILVA	5010/0	162 * I
MCN6893	55077087C	REINALDO DE OLIVEIRA	6920/0	233
MEJ5696	55077308C	ADILSON PEREIRA	6920/0	233
MFB2475	55117558C	JEFFERSON FLORIANO	6556/4	230 * I
MFB2475	55117559C	JEFFERSON FLORIANO	6912/0	232
MPB6969	55114845C	GIOVANE JAIME KRAUSS	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 147 961/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 147 961/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZL5978	55076966C	ADILSON TREVISAN	5746/3	187 * I
MDQ9177	55118003C	ZAIRÓ ZABEL	7030/1	244 * I
MHC8202	55077341C	ANT CHOQUE COFECÇOES LTDA ME	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 590 571/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 590 571/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACB3744	8590018533	JOSE HENRIQUE DA SILVA FILHO	7455/0	218 * I
AEQ9398	8590017823	EDNO DA SILVA	7455/0	218 * I
AHE4981	8590018262	JONATHAN AJALA	7455/0	218 * I
AKF1042	8590018559	VALDENIR RODRIGUES APOLINARIO	7455/0	218 * I
AKH6472	8590018049	QUERINO HEINZ	7455/0	218 * I
APN9742	8590017833	VITOR ZIMMERMANN	7463/0	218 * II
BDB6900	8590018128	ANTENOR PEREIRA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
BIB9978	8590018540	JOEL FERREIRA	7455/0	218 * I
CAJ3642	8590018122	JOSE DE ALMEIDA DOS SANTOS	7455/0	218 * I
CIR7474	8590018404	JOSE CARLOS DAGNONI	7463/0	218 * II
CMO0106	8590018050	NELSO SANDRI	7463/0	218 * II
CTA6423	8590017830	JOAO TOMAZ NAVES	7463/0	218 * II
DRF4293	8590018220	GILBERTO BATISTA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
DRF4293	8590018288	GILBERTO BATISTA DE OLIVEIRA	7455/0	218 * I
EDU2129	8590017988	OCIMAR NARDES	7455/0	218 * I
GTA4846	8590018364	NOELI DIAS	7463/0	218 * II
HIO1653	8590018575	MARCO ANTONIO SANTOS DE PAULA	7455/0	218 * I
ICV2423	8590018509	APARECIDA SANTOS PASSOS	7455/0	218 * I
IFW8379	8590018381	JOAO RICARDO DA SILVA	7455/0	218 * I
JFC0234	8590017982	PERSI ORIVAL CAZETT	7455/0	218 * I
KDE4186	8590018309	FRANCISCO CARLOS DE LIMA	7455/0	218 * I
KLF5496	8590018240	VALDINEI NERES DOS SANTOS	7455/0	218 * I
LWW7847	8590018639	VADISHEI FARIAS NOGUEIRA	7455/0	218 * I
LWX5123	8590018661	MARILENE STEINHAUSER	7455/0	218 * I
LXA5643	8590017628	ADENEIR BOREL	7455/0	218 * I
LXF2356	8590017766	VALMIR FERREIRA	7455/0	218 * I

LXG4824	8590017969	JOSE CARLOS PIMENTEL DA SILVA	7455/0	218 * I
LXJ5406	8590018590	MAURO XAVIER DE LIMA	7455/0	218 * I
LXK5753	8590018304	ROSNEI JOSE RUBIK	7463/0	218 * II
LXU9887	8590018437	IRANILDE NUNES DA LUZ	7463/0	218 * II
LXV2343	8590018325	CLEVERSON ADIR CARVALHO	7455/0	218 * I
LXX0137	8590018339	HERIVELTO SANTOS SOARES	7463/0	218 * II
LYE5684	8590018457	BRUNO BARTH	7455/0	218 * I
LYH2208	8590018268	SANDRO COSTA LOPES	7463/0	218 * II
LYI2893	8590017902	JOEL MAY	7455/0	218 * I
LZS1163	8590018499	ANTONIO HOINATZ	7455/0	218 * I
LZU7467	8590018539	GERDA LAUN	7455/0	218 * I
MAJ6333	8590018485	CLAUDINE SOARES	7463/0	218 * II
MAO5725	8590018335	IZAIAS LIMA DA SILVA	7455/0	218 * I
MAR1572	8590018389	GIOVANNA DA SILVA LA	7455/0	218 * I
MAV4841	8590018242	JOAO ANSELMO WOLF	7455/0	218 * I
MAW2834	8590018238	JOSE BERTOLDO DE SIMAS	7463/0	218 * II
MBC8539	8590018072	ODAIR LUIZ ANDREANI	7455/0	218 * I
MBZ9573	8590018253	TOMAZ LECHETA NETO	7455/0	218 * I
MCJ3905	8590016008	JOAO CARLOS AMANDIO	7455/0	218 * I
MCM4850	8590017955	INGO LUNGE	7455/0	218 * I
MCW0032	8590018522	DEUDEDIT DE CAMARGO FILHO	7455/0	218 * I
MDI2389	8590018347	AGOSTINHO DE LARA	7455/0	218 * I
MDN6696	8590018356	JOAO CARLOS DA CRUZ	7455/0	218 * I
MDN8781	8590017971	ANDERSON JOSE BERNZ	7455/0	218 * I
MDQ4316	8590018001	JOSE CARLOS COELHO	7455/0	218 * I
MDX9885	8590018604	LUIZ CARLOS DE MELO SANTAREM	7455/0	218 * I
MDY8764	8590017964	ERIBERTO BITENCOURT JUNIOR	7463/0	218 * II
MEB4769	8590016339	MARCIA JANE DE LIMA VEIGA	7455/0	218 * I
MEB8983	8590018278	ANTONIO LUIZ VINHAIS	7455/0	218 * I
MEE4915	8590018619	OSNI RODRIGUES	7463/0	218 * II
MEW0846	8590018257	ARNOLDO BENTO RODRIGUES JUNIOR	7455/0	218 * I
MFC2121	8590018401	ERICA KUEHL	7463/0	218 * II
MFC3958	8590018480	CESAR BEILFUSS	7455/0	218 * I
MFE5929	8590018210	ICLAIR DE OLIVEIRA AMARENTE	7455/0	218 * I
MFK3162	8590018260	WENDEL MILANI	7463/0	218 * II
MFM0574	8590018181	KARIN LEIDA	7455/0	218 * I
MFO8901	8590017829	EVERALDO ALVES CORREA	7455/0	218 * I

MFQ0630	8590018035	MAURO RICARDO MUELLER	7463/0	218 * II
MGI8126	8590017989	PLINIO JULIO DA SILVA JUNIOR	7455/0	218 * I
MGL3270	8590018400	MARILENE FUGAZZA ROMANI	7463/0	218 * II
MGN6537	8590018577	SIMONE LANZARA	7455/0	218 * I
MGO6627	8590018541	HORACIO JOSE FERREIRA	7455/0	218 * I
MGP3727	8590018332	JULIANA RIBEIRO DE GOES	7455/0	218 * I
MGQ1870	8590018044	LEONI ROQUE WINTER	7463/0	218 * II
MGR7809	8590017790	ANTONIA KNOTH	7455/0	218 * I
MGR8527	8590017617	MAILA CRISTINA RAMOS	7463/0	218 * II
MGU3324	8590017920	CLOVIS PASCHOAL MEDEIROS	7455/0	218 * I
MHF5016	8590018291	SERGIO ROBERTO MENDONCA	7455/0	218 * I
MHF9496	8590018445	IRENE MACHADO BISSOLI	7455/0	218 * I
MHG1245	8590018585	TARCISIO CLEITON FARIAS	7455/0	218 * I
MHZ2425	8590018316	ARGEMIRO ANTUNES	7455/0	218 * I
MIA2140	8590018284	LUIZ GONZAGA PEREIRA	7455/0	218 * I
MIO8558	8590017857	OSNI KNOP	7455/0	218 * I
MIY7007	8590018089	REINALDO DAMASCENO DA SILVA	7455/0	218 * I
MIZ4009	8590017023	MARIA DA GRACA DE SOUZA	7455/0	218 * I
MKM1919	8590017053	ZULMAR SOUZA HABITZEUTER	7455/0	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 1 DE SETEMBRO DE 2010

EMERSON LUIS ANDRADE

DIRETOR GERAL DA DITRAN

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 307/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 307, de 22 de setembro de 2010.

Dispõe sobre a demissão de Agente Comunitária de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público 001/2009, com carga horária de 40 horas semanais, admitida para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Admissão	Demissão
Raquel Vieira Pinho	Agente Comunitária de Saúde - 40h	02/12/2009	21/09/2010

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de setembro de 2010, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de setembro de 2010.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Extrato Contrato FUNREBOM 01 2010 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato FUNREBOM 01/2010 A00

Contratada: INNOVARE COMÉRCIO DE COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA.

C.N.P.J: 09.172.400/0001-59

Objeto Locação de impressoras e fotocopiadoras para utilização no quartel do Corpo de Bombeiros Militar sediado em Imbituba.

PRAZO: 09/01/2011 Valor: R\$ 840,00

Fundamento: Processo nº. 03/2010 Dispensa 01/2010

Imbituba, 09 de Setembro de 2010

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

VALDIR ROSA DE SOUZA JÚNIOR

Representante Legal

Contratada

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Homologação Processo N° 31/2010 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2010

PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2010

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Jornal Diário do Planalto - Angelo Marcelo Schulka ME, conforme abaixo discriminado:

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	06	Prestação de Serviços de Impressão de 2.000 (dois mil) exemplares por edição do Informativo Municipal Valões, com 12 (doze) páginas, colorido com tinta polícromia 4 x 4, em formato tablóide americano com as medidas de 279mm (duzentos setenta e nove milímetros) x 380mm (trezentos e oitenta milímetros), com fotolito, com resolução mínima de 300dpi, margem interna e externa de 12 mm (doze milímetros) e margem superior e inferior de 15mm (quinze milímetros), em papel com gramatura de 50gr (cinquenta gramas) por metro quadrado (m²).	1.150,00	6.900,00

Irineópolis (SC), 23 de setembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Contrato N° 71/2010 - PM

CONTRATO N° 71/2010

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Jornal Diário do Planalto - Angelo Marcelo Schulka - ME.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Jornal Diário do Planalto - Angelo Marcelo Schulka - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Marechal Deodoro, nº 357, Sala, Centro, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.219.641/0001-20, neste ato representada pelo senhor Angelo Marcelo Schulka, portador do CPF nº 783.335.719-72, e RG nº 2.313.723-SSP-SC, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 31/2010, modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2010, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direi-



tos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a Prestação de Serviços de Impressão de 2.000 (dois mil) exemplares por edição do Informativo Municipal Valões, com 12 (doze) páginas, colorido com tinta policromia 4 x 4, em formato tablóide americano com as medidas de 279mm (duzentos setenta nove milímetros) x 380mm (trezentos e oitenta milímetros), com fotolito, com resolução mínima de 300dpi, margem interna e externa de 12 mm (doze milímetros) e margem superior e inferior de 15mm (quinze milímetros), em papel com gramatura de 50gr (cinquenta gramas) por metro quadrado (m²).

Parágrafo Primeiro - A impressão será realizada bimestralmente, sendo a primeira logo após assinatura do contrato e as próximas a cada dois meses, num total de seis edições, por um ano.

Parágrafo Segundo - O objeto ora licitado deverá ser entregue pela empresa vencedora do certame, nas dependências da Prefeitura Municipal de Irineópolis, sita à Rua Paraná, nº 200, Centro - Irineópolis - SC. A entrega do objeto deverá ocorrer no prazo Máximo de 02 (dois) dias após solicitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Pela entrega do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), sendo o valor unitário de R\$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após a entrega e emissão do respectivo documento fiscal. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta, não podendo a contratada, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Próprios.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação:

 Secretaria da Administração - Projeto Atividade - 2002 - 3.3.90.52.39.63.00.00.100 (12) - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SETIMA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, durante a vigência do Contrato. Se o prazo de vigência for prorrogado, caso seja de interesse da Prefeitura Municipal, conforme determina o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, consolidada, o preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação, somente será reajustado a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor), entre o mês da data base e o mês do reajuste, calculado e divulgado

mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, tendo-se como data base o mês da assinatura do contrato, tendo-se como data base a da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de extinção do IGP-M adotar-se-á índice que reflita a perda financeira do período considerado, nos termos dos arts. 40, XIV, "c" e 55, III, da Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

O objeto ora licitado deverá ser entregue no prazo máximo de 02 (dois) dias, após a solicitação e recebimento do Informativo através de servidor do tipo "FTP", disponibilizado pela empresa em sitio junto a rede mundial de computadores (internet), nas dependências da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

CLÁUSULA NONA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização na entrega e controle referente à qualidade dos serviços prestados será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração, através dos Senhores Mauricio Juraszek - Assessor de Planejamento e de Gestão Administrativa e Mirian Bertolotti - Chefe de Gabinete.

PARAGRAFO ÚNICO - Caso seja comprovada a incompatibilidade do objeto, a contratante solicitará a substituição dos itens desconformes, ficando a contratada responsável pelo ônus referente às eventuais trocas.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - a contratada, por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a realizar a entrega do objeto em compatibilidade com este Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO - a contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização e vistoria na entrega do objeto, cabendo fornecer as informações e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO - a contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

PARAGRAFO QUARTO - apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão Presencial n.º 14/2010, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2010, indenizando a Contratada pelos fornecimentos até então realizados.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2010, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2010, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.º 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA, reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, sendo contados a partir da data de assinatura do presente contrato. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, sucessivamente, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, caso seja de interesse da Prefeitura Municipal, conforme determina o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de setembro de 2010.

Município de Irineópolis

Jornal Diário do Planalto -
Angelo Marcelo Schulka

WANDERLEI LEZAN
Contratante

ANGELO MARCELO SCHULKA
Contratada

Testemunhas:

Nome: Jessica Luana Nicoluzzi
CPF: 088.201.929-50

Nome: Lucio Flavio Lima
CPF: 024.793.129-25

Edital 001/2010

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, abre prazo para Registro de Requerimentos para Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento, conforme estabelece a Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, Título II Cap. I, Art. 87, com redação dada pela LC 043/2009 de 01/12/2009 regulamentado pelo Decreto n.º 1359/2004, de 07/06/2004;

1. DO REGISTRO DOS REQUERIMENTOS

1.1 A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento Recursos Humanos, abre prazo para o registro de requerimentos para Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento no período de 01 de outubro a 14 de outubro de 2010, das 08h30min às 11h30min, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, cito à Rua Paraná, 200.

1.2 O Servidor interessado deverá encaminhar requerimento próprio, conforme modelo fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, anexando às fotocópias dos Certificados para fins comprobatórios, devidamente autenticados, ou juntamente com os originais.



2. DOS CRITÉRIOS

2.1 Serão validados, neste processo, certificados referentes aos anos de 2004 à 2010, com carga horária igual e/ou superior a 8 horas cada curso, devendo totalizar 120 horas.

Caso haja servidores que já progrediram funcionalmente por cursos de aperfeiçoamento somente serão computados os certificados dos cursos realizados nos períodos compreendidos entre o dia posterior a data da progressão anterior e a data da nova progressão, sendo sempre processado no mês de Outubro de cada ano.

2.1.1 Terão direito a requerer os benefícios da Progressão os servidores do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, que tenham ingressado no serviço público há pelo menos 3 (três) anos, bem como tenham adquiridos estabilidade no cargo perante o qual pretendem a progressão

2.2 A concessão da progressão será validada pela comprovação de cursos de aperfeiçoamento e atualização relacionados diretamente com a área de atuação do servidor, cumulativamente com o desempenho satisfatório no exercício do cargo, realizada pelo Chefe Imediato e Comissão de Avaliação Funcional.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

3.1 Não terão direito a Progressão os servidores que encontrar-se em cumprimento do Estágio Probatório.

3.2 A concessão da Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento será concedida, a partir do mês de OUTUBRO.

3.3 A conferência dos Certificados será realizada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal juntamente com a Comissão de Avaliação Funcional.

3.4 A listagem dos requerimentos deferidos será publicada no Mural Público Municipal.

3.5 Os servidores que tiverem seus requerimentos indeferidos terão 03 (três) dias úteis para entrarem com recurso.

3.6 Não serão aceitos requerimentos que não atendam as especificações do presente Edital.

3.7 Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura acompanhados pela Assessoria Jurídica do Município.

3.8 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 22 de setembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Edital 002/2010

A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Irineópolis COMUNICA a todos os servidores públicos efetivos, que se encontra aberto o prazo para o registro de requerimentos para Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento no período de 01 de outubro a 14 de outubro de 2010, das 08h30min às 11h30min, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, Rua Paraná, nº 200 Centro.

O Servidor interessado deverá encaminhar requerimento próprio, conforme modelo fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, anexando às fotocópias dos Certificados para fins comprobatórios, devidamente autenticados, ou juntamente com os

originais.

O EDITAL na íntegra encontra-se afixado nos Murais de Divulgação Pública das Secretarias Municipais da Educação, Saúde, Infra-Estrutura e na sede da Prefeitura Municipal.

Irineópolis, 22 de setembro de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 2.264

PORTARIA Nº 2.264 DE 20 DE SETEMBRO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-CA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) IVANA DE FATIMA SILVA MACHADO, Professor Pós Graduado, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado sob n.º 113488 de 04 de março de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de setembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de setembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Portaria n.º 2.265

PORTARIA Nº 2.265 DE 20 DE SETEMBRO DE 2010

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) CARLOS ZAGONEL para exercer o cargo de Auxiliar de Programas Psicossociais, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Ação Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar n.º 190 de 26 de julho de 2010.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2010, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de setembro de 2010.

RAFAEL LASKE



Extrato Homologação PP 3/2010/FUNREBOM - PL 6/2010/FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2010/FUNREBOM

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 06/2010/FUNREBOM, nos seguintes termos:

- Modalidade: PP 03/2010/FUNREBOM

- Objeto: Contratação de empresa especializada para a confecção e instalação de 02 (dois) portões de elevação automatizado com revestimento da marquise, (com fornecimento do material e mão de obra) para uso na segurança das instalações físicas do Quartel do Corpo de Bombeiros do município de Joaçaba SC.

- Empresas Vencedoras:

Femap Esquadrias Ltda - R\$ 16.500,00- Contrato 15/2010/FUNREBOM

- Valor Total: R\$ 16.500,00

- Vigência dos Contratos: 40 dias Após emissão Da Autorização De Fornecimento.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de Setembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 15/2010/FUNREBOM

EXTRATO DO CONTRATO 15/2010/FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

OBJETO: Confecção e instalação, pela CONTRATADA, de 02 (dois) portões de elevação automatizado com revestimento da marquise, (com fornecimento do material e mão de obra) para uso na segurança das instalações físicas do Quartel do Corpo de Bombeiros do município de Joaçaba SC.

CONTRATADA: FEMAP ESQUADRIAS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 16.500,00

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2010

VIGÊNCIA: 40 (quarenta) dias da autorização de fornecimento.

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 024/2010

DECRETO Nº 024/2010

ALTERA O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER.

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Considerando que houve queda acentuada no repasse do ICMS para o município no mês que se segue, que as previsões da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) para os próximos meses não são animadoras;

Considerando que também houve forte redução no repasse do FPM no mês que se segue, também neste fundo as previsões para os meses seguintes não são positivas, segundo expôs o Sr. Paulo

Ziulkoski - Presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios) em reunião realizada com Prefeitos do Sul de SC e do Norte do RS na cidade de Meleiro/SC em 17/09/2010;

Considerando que vários municípios da própria AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) já estudam medidas neste sentido, alguns já em implantação, numa clara demonstração de que as dificuldades não se encontram somente neste município;

Considerando que as reduções nos repasses ao que parece, pois, não recebemos explicações mais detalhadas estão ocorrendo em virtude do fechamento das contas fiscais dos governos estaduais e federais que estão em fase de encerramento de seus mandatos;

Considerando que não é vontade da administração municipal diminuir o ritmo dos trabalhos, mas cabe ao gestor municipal responsável, procurar por todos os meios necessários e legais, inclusive no que tange ao princípio da eficiência e da moralidade, resguardar as contas públicas, afim de, evitar que credores e servidores municipais não deixem de perceber seus valores pecuniários, por conta da falta de previsão e principalmente precaução do gestor frente às contas públicas;

Considerando que a medida não possui conotação político-eleitoral, como alguns pretendem fazer parecer, somente administrativa e nada mais, conforme amplamente demonstrado acima:

DECRETA:

Art. 1º - O horário de funcionamento de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Lauro Müller e da FAM-LM (Fundação Ambiental Municipal de Lauro Muller) será das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas, exceto nas seguintes secretarias abaixo descritas:

- Secretaria de Obras, que funcionará das 07 (sete) horas às 16 (dezesseis) horas (horário normal);

- Secretaria de Agricultura, que funcionará das 07 (sete) horas às 16 (dezesseis) horas (horário normal).

Parágrafo Único: A exceção dos horários nas Secretarias de Obras e Agricultura se justifica e se faz necessário em função do aproveitamento do tempo (sem chuva), que vem ocorrendo nos últimos dias em nossa região, sendo assim, os serviços que estavam atrasados por conta do ano relativamente chuvoso que tivemos até então, podem ser recuperados e colocados em dia.

Art. 2º - A jornada de 06 (seis) horas não será aplicada ao Hospital Municipal Henrique Lage; Unidades de Saúde; Escolas Municipais; Centros de Educação Infantil e os serviços essenciais de coleta de lixo.

Art. 3º - A administração reserva o direito de convocar os servidores beneficiados com o novo horário, para trabalhos extraordinários assim definidos pela mesma, convocando-os com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, respeitando a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27/09/2010 por tempo indeterminado.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 22 de Setembro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planeja-



mento, publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra e no <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

FLÁVIO CARDOSO

SEC. ADMINISTRAÇÃO / FIN. / PLANEJAMENTO

Comunicado

C O M U N I C A D O

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal de Lauro Müller - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 16:00 horas do dia 29 de setembro de 2010, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para discussão sobre a elaboração da LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2011 E AVALIAÇÃO DO 2º QUADRIMESTRE DE 2010 DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller e da Autarquia Pública Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller - SC, 24 de setembro de 2010.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1216/2010

LEI Nº 1216/2010

Altera o anexo I da Lei nº 844/2003 de 25 de novembro de 2003.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. O cargo de Agente Comunitária de Saúde integrante do Anexo I da Lei 844/2003 passa a vigorar com o vencimento mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais), bem como o número de vagas passará a ser de 50.

Art. 2º. Os demais cargos descritos no referido anexo permanecerão inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando o disposto na Lei 1115/2009 de 18 de setembro de 2009.

Paço Municipal de Massaranduba em, 21 de Setembro de 2010.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente da data supra,
MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1217/2010

LEI Nº 1217/2010

Declara de Utilidade Pública a Associação Braço Seco Esporte Clube

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito em exercício do Município de

Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica declarado de utilidade pública a Associação Braço Seco Esporte Clube, localizada na Rua Braço Seco, snº, na localidade do Braço Seco no Município de Massaranduba, inscrita no CNPJ sob Nº 11.572.501/0001-69.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em, 21 de Setembro de 2010.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº. 1449-2010

LEI nº. 1449-2010

CRIA PERÍMETRO URBANO ISOLADO DENOMINADO BAIRRO INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado uma área de perímetro urbano isolado denominado bairro industrial, com área total de 105.891,017m², conforme descrição abaixo e mapa anexo:

" Início no marco M03, com coordenadas plana, n= 6.807.351,0780 e E= 633.883,0830, partindo para o sentido Leste com distância de 289,70 m, até o ponto 588, deste segue-se no sentido Sul, com distância de 349,25m até o ponto 591, deste segue-se ao sentido Oeste com distância de 288,66m, deste segue-se no sentido Norte com distância de 385,73m, até o marco M03, marco inicial da descrição deste perímetro"

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 22 de setembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei nº. 1450-2010

LEI nº. 1450-2010

ALTERA REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI Nº 784/99, DE 05 DE ABRIL DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faz saber a todos os habitantes deste município, que a câmara aprovou e sanciona a seguinte lei:



Art. 1º. O artigo 21 e seus incisos I, II e III da Lei Municipal 784/99, de 05 de abril de 1999 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 21. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 anos;

III - Residir no município de Meleiro;

IV - Ensino fundamental completo;

V - Experiência de trabalho e/ou estágio com crianças e adolescentes.

Art. 2º. O artigo 28 da Lei Municipal 784/99, de 05 de abril de 1999 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 28. As funções de Conselheiro Tutelar não serão remuneradas, salvo a função de Presidente e vice-presidente do Conselho Tutelar que terão remuneração de um salário mínimo cada.

Art.4º. Fica revogado as disposições em contrário.

Art.5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 22 de setembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 278/2010

PORTARIA n.º 278/2010

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei n.º 1447/2010, de 22 de Setembro de 2010, resolve:

C O N T R A T A R

Art. 1.º A Senhora CLAIR DE PRA GHELLERE, para exercer a função de Agente Comunitário de Saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, na Equipe nº III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo n.º 001/2010, a partir da presente data.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação Orçamentária 3.1.90.00.00.00.00 - Pessoal e encargos sociais do Orçamento vigente.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Setembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar N° 430/2010

Lei Complementar nº 430/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO, PROJETO/ATIVIDADE E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para execução do Projeto: Plantando um Futuro Limpo, conforme identificação a seguir:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Função: 18 - Gestão Ambiental

Sub-Função: 542 - Controle Ambiental

Programa: 6 - Meio Ambiente

Projeto/Ativ.: 2.028 - Plantando um Futuro Limpo

Elemento: 3.3.90.00.00.0.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do elemento descrito no Art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), são provenientes da Justiça Federal, conforme prevê o Projeto: Plantando um Futuro Limpo.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar N° 431/2010

Lei Complementar Nº 431/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Prefeito Municipal, Senhor Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, dentro do Plano Plurianual - 06: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, fica acrescido da Ação 2.028 - Plantando um Futuro Limpo, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.



Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Municipal nº 317, de 22/10/2009, dentro das Diretrizes Orçamentárias - 06: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, fica acrescido da Ação 2.028 - Plantando um Futuro Limpo, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correrá por conta de recursos provenientes da Justiça Federal, conforme prevê o Projeto: Plantando um Futuro Limpo.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de setembro de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar N° 432/2010

Lei Complementar N° 432/2010

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2010, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Nova Trento.

Orivan Jarbas orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 16.329,34 (dezesesseis mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos), do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, do Orçamento 2010, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2009):

Órgão: 12	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	
Unidade: 01	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	
Proj./Ativ. 2.017	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
(12)4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	16.329,34
	TOTAL	16.329,34

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 16.329,34 (dezesesseis mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, dentro do Orçamento 2010, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2010, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	
Unidade: 01	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	
Proj./Ativ. 1.019	Construção Unidade de Saúde – Distrito de Claraíba	
(24)4.4.90.00.00.00.0174	Aplicações Diretas	16.329,34
	TOTAL	16.329,34

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 22 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar N° 433/2010

Lei Complementar nº 433/ 2010

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2010, do Município de Nova Trento.

Orivan Jarbas orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais), do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, Aquisição de Máquinas e Veículos do Orçamento 2010, do Município de Nova Trento, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2009):

Órgão: 09	Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	Valor
Unidade: 01	Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	
Proj./Ativ. 1.004	Aquisição de Máquinas e Veículos	
(3)4.4.90.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	29.500,00
	TOTAL	29.500,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 29.500,00, (vinte e nove mil e quinhentos reais) à conta da anulação prevista no artigo anterior, dentro do Orçamento 2010, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2010, conforme identificação a seguir:

Órgão: 10	Encargos Gerais	Valor
Unidade: 01	Encargos Gerais	
Proj./Ativ. 0.002	Amortização do Principal e Encargos da Dívida Interna	
(40)3.2.90.00.00.0.1.000.0	Aplicações Diretas	13.500,00
(39)4.6.90.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	16.000,00

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, em 22 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar N° 434/2010

Lei Complementar nº 434/2010

Dispõe sobre a alienação de veículos, através da modalidade Leilão Público.



Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 12 e § Único, combinado com o Art. 58, inciso VIII, ambos da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre Licitações, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar alienação através da modalidade Leilão Público de 03 (três) veículos, conforme identificação abaixo, de propriedade da Prefeitura Municipal, cadastrados junto ao Setor de Patrimônio, sob os códigos 3909, 3910 e 3911 respectivamente, de acordo com o Edital de Leilão Público, a ser lançado após a publicação desta Lei.

Ano									
Fab	Mod	Marca/Mod	Placa	Comb.	Cor	Cat.	Renavam	Chassi	
98	99	VW/KOMBI	MAX5867	Gás.	Branca	Of.	707582628	9BWZZZ237WP014241	
98	99	VW/KOMBI	MAX5797	Gás.	Branca	Of.	707580226	9BWZZZ237WP014253	
98	99	VW/KOMBI	MAX5817	Gás.	Branca	Of.	707581672	9BWZZZ237WP017604	

Parágrafo Único - O valor dos veículos de tração mecânica a serem leiloados e que constará no referido Edital, será feito por uma empresa autorizada.

Art. 2º - O pagamento dos veículos serão a vista, em moeda vigente no país, e, em hipótese alguma será admitida outra modalidade.

Art.3º - Os recursos provenientes com o Leilão destes bens, serão aplicados na aquisição de veículos novos e que ficarão a disposição do município para a realização de serviços em geral.

Art. 4º - O Leilão Público será efetuado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças de acordo com a Legislação Vigente, em data a ser designada pela mesma, com ampla publicidade, através da publicação do Edital de Leilão Público.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de setembro 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.387/2010

Lei Nº 2.387/2.010

Dispõe sobre a Criação e Denominação da Fanfarra Municipal de Nova Trento e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Senhor Orivan Jarbas Orsi, usando das atribuições conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Fanfarra Municipal de Nova Trento, que terá a denominação de: "FANFARRA MUNICIPAL DE NOVA TRENTA - FAMUNT.

Art. 2º - A Fanfarra Municipal de Nova Trento será subordinada a Secretaria Municipal da Educação e Esportes.

Art. 3º - A Secretaria Municipal da Educação e Esportes, atentarão para os seguintes detalhes para o bom andamento da Fanfarra Municipal:

- a) Conservação e Manutenção dos Instrumentos;
- b) Conservação dos uniformes, das bandeiras e mastros utilizados pela mesma.

Art. 4º - A Secretária (o), juntamente com o Maestro da Fanfarra Municipal farão a programação a anual, prevendo apresentações em eventos e/ou datas:

- a) Datas cívicas e aniversário da cidade;
- b) Inauguração de patrimônio municipal, sempre que for solicitada pelo Prefeito Municipal;
- c) Concursos estaduais, representando o município.

Art. 5º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de setembro de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.388/2010

Lei nº 2.388/2010

Concede Subvenção Financeira à Associação Comunitária São Virgílio Pró-Ancião de Nova Trento e dá outras Providências.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção financeira no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) à Associação Comunitária São Virgílio Pró-Ancião, entidade sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Nereu Ramos, na cidade de Nova Trento, cadastrada no CNPJ sob o nº 95.785.572/0001-30 e declarada de Utilidade Pública Municipal, Lei nº 1.281, de 23/09/1993 e Estadual Lei nº 11.803, de 04/07/2001.

Parágrafo Único - O valor da subvenção será aplicado na cobertura de despesas oriundas em comemoração ao dia do Idoso, a ser comemorado no mês de setembro.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de setembro de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto



nº 039/2009.
MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Nº 2.389/2010

LEI Nº. 2.389/2010

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO NO CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM - CONVALES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM - CONVALES, em anexo.

Art. 2º - Fica autorizado o ingresso do Município de Nova Trento no CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM - CONVALES, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de setembro de 2010
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM - CONVALES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE ANGELINA, BOTUVERÁ, BRUSQUE, CANELINHA, GUABIRUBA, MAJOR GERCINO, NOVA TRENTO, SÃO JOÃO BATISTA E TIJUCAS, VISANDO A CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM - CONVALES.

Os Municípios Catarinenses de ANGELINA, BOTUVERÁ, BRUSQUE, CANELINHA, GUABIRUBA, MAJOR GERCINO, NOVA TRENTO, SÃO JOÃO BATISTA E TIJUCAS, concordados e ajustados, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando constituir o CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM - CONVALES, na forma da Lei Federal nº 11.107/05 e do Decreto Federal nº 6.017/07, e das demais disciplinas legais, nos termos e condições seguintes:

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º. O consórcio público será denominado CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM e constitui-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, integrando, nos termos legais, a administração indireta dos entes consorciados.

Parágrafo único. O Consórcio adquirirá personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos en-

tes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

TÍTULO II

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 2º. O CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM têm por objetivos a cooperação técnica e financeira para a gestão e a proteção do patrimônio urbanístico, paisagístico, turístico e esportivo comuns, captação de recursos financeiros para investimentos e articulação de ações públicas, visando o pleno desenvolvimento turístico, cultural e esportivo dos entes consorciados.

Art. 3º. São finalidades do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM:

I - realizar esforços conjuntos, através de ações destinadas ao desenvolvimento integrado turístico, histórico, cultural e esportivo da região dos Vales dos Rios Tijucas e Itajaí Mirim;

II - promover a integração de ações, programas e projetos desenvolvidos por organismos governamentais, não governamentais e empresas privadas visando ao fomento do turismo, cultura e esporte;

III - promover a revitalização do patrimônio turístico, cultural e esportivo como elemento estratégico para apoiar o processo de desenvolvimento da região, incluindo todo o processo de valorização cultural;

IV - promover, em todos os níveis, a participação da sociedade civil organizada no planejamento e execução das ações, programas e projetos que forem outorgadas ao Consórcio;

V - articular-se com entidades públicas e privadas nacionais ou estrangeiras, com vistas ao planejamento e à obtenção de recursos para investimentos em projetos, obras ou serviços turísticos;

VI - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados;

VII - adquirir ou administrar bens que possam estar direta ou indiretamente relacionados com o desenvolvimento turístico, cultural e esportivo da região do Vale do Rio Tijucas e Itajaí Mirim;

VIII - desenvolver e promover a sustentabilidade turística da região, buscando soluções para o desenvolvimento social e econômico;

IX - despertar os municípios envolvidos para a atividade turística e esportiva, através da história, cultura e produtos de cada município, auxiliando na descoberta de suas potencialidades;

X - buscar financiamento do consórcio tanto por repasses do Governo Federal e Estadual, bem como através de rateio entre os municípios envolvidos;

XI - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos do governo (artigo 2º, § 1º, I da Lei 11.107/05), em todos os níveis, bem como de particulares;

XII - ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, gozando inclusive do aumento dos valores previstos na Lei de Licitações, para os casos de dispensa.

XIII - promover desapropriações e instituir servidões nos termos da declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;

XIV - integração turística, esportiva e cultural dos municípios consorciados;

XV - contratar operações de crédito, sempre sujeita aos limites e condições próprias estabelecidas pelo Senado Federal;

XVI - viabilizar a realização de serviços e obras para o desenvolvimento turístico, cultural e esportivo da região dos municípios consorciados.

XVII - auxiliar e orientar na formação de cursos e treinamentos aos agentes envolvidos nas ações para garantir o desenvolvimen-



to turístico, cultural e esportivo da região;
XVIII - planejar, adotar e executar planos, programas, projetos e obras destinados a promover e acelerar o desenvolvimento dos municípios envolvidos, dentro de sua área de atuação.

TÍTULO III

DA SEDE E DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 4º. O Consórcio terá sede na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, CEP 88.270-000, podendo vir a ser alterada mediante decisão da Assembléia Geral.

Art. 5º. O CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM, terá sua vigência por prazo indeterminado.

Parágrafo único. Qualquer alteração ou a extinção do consórcio público somente será realizada após aprovação da Assembléia Geral, devidamente ratificado, através de lei dos entes consorciados.

TÍTULO IV

DA SUBSCRIÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Art. 6º. São subscritores deste Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM:

I - MUNICÍPIO DE ANGELINA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.951.195/0001-10, com sede na Rua Manoel Lino Koerich, nº 80, na cidade de Angelina, SC., representado por seu Prefeito, Gilberto Orlando Dorigon;

II - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, SC., representado por seu Prefeito em exercício, Pedro Paulo Costa;

III - MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, na cidade de Brusque, SC., representado por seu Prefeito, Paulo Roberto Eccel;

IV - MUNICÍPIO DE CANELINHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Avenida Cantório Florentino da Silva, nº 1683, na cidade de Canelinha, SC., representado por seu Prefeito Municipal, Antonio da Silva;

V - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, SC., representado por seu Prefeito, Orides Kormann;

VI - MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.845.744/0001-71, com sede na Praça Geronimo Silveira Abanas, nº 78, na cidade de Major Gercino, SC., representado por seu Prefeito, Zelasio Angelo Dell Agnolo;

VII - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede na Praça Del Comune, nº 126, na cidade de Nova Trento, SC., representado por seu Prefeito, Orivan Jarbas Orsi;

VIII - MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com sede na Praça Dep. Walter Vicente Gomes, nº 89, na cidade de São João Batista, SC., representado por seu Prefeito, Aderbal Manoel dos Santos;

IX - MUNICÍPIO DE TIJUCAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Coronel Büchele, nº 01, na cidade de Tijucas, SC., representado por seu Prefeito, Elmis Mannrich;

Art. 7º. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 04(quatro) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á em contrato de consórcio público.

§ 1º - Somente será considerado consorciado o Ente da Federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

§ 2º - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da

Federação que efetuar a ratificação em até 02 (dois) anos da sua assinatura.

§ 3º - A ratificação realizada após 02 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

Art. 8º. Consideram-se subscritores todos os municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos municípios mencionados nos incisos do artigo 6º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

Art. 9º. Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do município dependerá de que as reservas sejam aprovadas em Assembléia Geral pelos demais subscritores.

TÍTULO V

DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 10. A área de atuação do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM corresponderá à soma da área dos territórios dos entes consorciados.

Art. 11. O consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação, respeitadas as disposições legais.

TÍTULO VI

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 12. O Consórcio tem a seguinte estrutura administrativa:

I - Assembléia Geral;

II - Presidência;

III - Diretoria Executiva;

IV - Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O estatuto do Consórcio Público poderá criar outros órgãos permanentes e a Presidência poderá instituir órgãos, singulares ou colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva, permanente ou transitória.

Art. 13. O Consórcio Público terá sua organização por estatuto, que disciplinará a organização e funcionamento dos seus órgãos, observadas as determinações legais e deste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14. A Assembléia Geral do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM é a instância máxima do Consórcio, constituída pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados, cuja realização se dará ordinária ou extraordinariamente.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência a qualquer agente público do Poder Executivo Municipal para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Uma mesma pessoa não poderá representar dois ou mais entes consorciados na mesma Assembléia Geral.

Art. 15. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 02(duas) vezes por ano, em datas a serem definidas, devendo a convocação ter antecedência mínima de 15(quinze) dias, através dos devidos meios legais.

§ 1º. A Assembléia Geral ocorrerá extraordinariamente, sempre



que convocada, para tratar de matéria especificada, inclusive, para decidir sobre alteração estatutária, de ordem administrativa ou de pessoal, por iniciativa do Presidente do Consórcio Público ou a pedido de 50%(cinquenta por cento) dos entes consorciados.

§ 2º. A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

Art. 16. O quorum exigido para realização de Assembléia Geral, em primeira convocação, é de no mínimo 2/3(dois terços) dos consorciados.

Parágrafo único. Não se realizando em primeira convocação, considerar-se-á automaticamente convocada para meia hora depois no mesmo local, quando se realizará com qualquer número de participantes.

Art. 17. Cada consorciado terá direito a 01(um) voto na Assembléia Geral.

§ 1º. Somente terá direito a voto o Prefeito ou seu representante devidamente autorizado.

§ 2º. Todos os votos serão públicos e nominais.

Art. 18. É de competência da Assembléia Geral:

I - Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM;

II - aplicar a pena de exclusão do consórcio, observadas as disposições deste Protocolo de Intenções;

III - discutir, elaborar e aprovar o estatuto do consórcio, bem como suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do consórcio, cujos mandatos serão de 01 (um) ano, e não será permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) plano de trabalho proposto pela Presidência;

c) o orçamento anual do consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio, até o último dia de agosto de cada ano;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

f) a alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, que lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VI - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VII - aprovar regulamentos dos serviços públicos;

VIII - discutir e aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

IX - aprovar pedido de retirada de consorciado do consórcio público;

X - determinar a dissolução do consórcio público, na forma prevista neste Protocolo de Intenções.

XI - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

XII - deliberar sobre a dispensa de licitação de serviços ao consórcio, nos termos da lei;

XIII - deliberar no decorrer do primeiro semestre de cada ano, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício, sobre o balanço geral e prestações de contas do exercício anterior, submetendo-o com o parecer do Conselho Fiscal à Assembléia Geral; e

XIV - cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto Social.

§ 1º. Será aceita a cessão de servidores com ou sem ônus para o consórcio mediante decisão da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados.

§ 2º. As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo estatuto.

§ 3º. O Presidente e/ou o Vice-Presidente serão substituídos au-

tomaticamente no caso do eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido pelo novo Chefe do Poder Executivo do município consorciado.

Art. 19. A Presidência (Presidente e o Vice-Presidente) será eleita em Assembléia Geral especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas até o início da sessão.

§ 1º. Somente poderá candidatar-se a cargos de Presidente e Vice-Presidente o Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

§ 2º. A Presidência será eleita por voto público e nominal.

§ 3º. Será considerada eleita a Presidência (candidatos a Presidente e Vice-Presidente) que obtiverem ao menos 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 4º. Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado a maioria dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função.

§ 5º. No segundo turno serão considerados eleitos os candidatos à Presidência que obtiverem a maioria dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 6º. Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente e do Vice-Presidente em exercício.

Art. 20. Proclamado eleito o candidato a Presidente, caberá a este nomear os membros da Diretoria Executiva.

Art. 21. Em Assembléia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente ou Vice-Presidente ou membros do Conselho Fiscal do Consórcio, após a apresentação moção de censura com apoio de pelo menos 2/3(dois terços) dos consorciados.

§ 1º. Em todas as convocações de Assembléia Geral deverá constar como item de pauta "apreciação de eventuais moções de censura".

§ 2º. Apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta.

§ 3º. Antes da votação da moção de censura será garantida o contraditório e a ampla defesa ao membro que se pretenda destituir.

§ 4º. Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º. Caso aprovada moção de censura do Presidente do consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

§ 6º. Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º. Rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembléia e nos 90 (noventa) dias seguintes, com relação ao mesmo fato.

Art. 22. Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do estatuto do consórcio.

§ 1º. Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por votação de 2/3 dos presentes, aprovará resolução que estabeleça: I - o projeto de estatuto;

II - o prazo para apresentação de emendas ou considerações, para votação em separado.

§ 2º. O estatuto preverá as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

§ 3º. O estatuto do consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal estabelecida.

Art. 23. Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federados repre-

sentados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

Parágrafo único. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 24. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até 15(quinze) dias após a aprovação, publicada no órgão oficial de publicação do consórcio público.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 25. O CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM é administrado pela Presidência, que será composta de 01(um) Presidente e 01(um) Vice-Presidente, eleitos em Assembléia Geral, entre os membros do consórcio, com mandato de 02(dois) anos, permitida uma reeleição para o mesmo período subsequente, de acordo com as previsões deste Protocolo de Intenções.

Art. 26. A eleição dos membros da Presidência será realizada na primeira quinzena do mês de janeiro do ano correspondente e sua posse se dará imediatamente após o resultado da eleição, exceto a primeira eleição.

Art. 27. Somente poderá ser votado para os cargos da Presidência do consórcio o Prefeito do Município que esteja consorciado por um período mínimo de 01(um) ano anterior a eleição e que não tenha débito para com o consórcio, com exceção da primeira Presidência do consórcio.

§ 1º. O Presidente do consórcio no caso de vacância, falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 2º. O afastamento do cargo de Prefeito é impedimento para exercer os cargos da Presidência, enquanto perdurar a situação.

§ 3º. Os membros da Presidência não têm direito à remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

Art. 28. São atribuições do Presidente, sem prejuízo do que prever o Estatuto:

I - representar judicial e extrajudicialmente o consórcio;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelo estatuto a outro órgão do Consórcio;

IV - solicitar a cessão de servidores dos municípios consorciados e de outros órgãos da administração pública ao consórcio;

V - administrar o patrimônio do consórcio;

VI - autorizar pagamento e movimentar recursos financeiros do consórcio através de depósitos bancários e/ou de cheques bancários nominais;

VII - convocar a Assembléia Geral nos termos deste Protocolo de Intenções e do Estatuto do consórcio;

VIII - prestar contas à Assembléia Geral e ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no fim de cada ano, através de balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira, com parecer do Conselho Fiscal;

IX - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do consórcio;

X - elaborar o Relatório Geral das Atividades;

§ 1º. As competências previstas neste artigo poderão ser delega-

das ao Vice-Presidente ou ao Diretor Executivo.

§ 2º. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29. Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

Art. 30. O substituto ou sucessor do Prefeito Municipal o substituirá na Presidência do Consórcio Público.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 31. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo e Financeiro, que exercerão funções administrativas e financeiras do consórcio.

§ 1º. A Diretoria Executiva é dirigida pelo Diretor Executivo, a quem cabe cumprir as determinações deste Protocolo de Intenções, do Contrato do Consórcio e do Estatuto.

§ 2º. Os membros da Diretoria Executiva ocuparão cargos em comissão, de livre admissão e demissão do Presidente do Consórcio, e perceberão a remuneração estabelecida para o cargo.

Art. 32. Além do previsto no estatuto, compete ao Diretor Executivo:

I - julgar recursos relacionados a homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos, impugnação de edital de licitação, além dos relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação do objeto licitado;

II - aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;

III - autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

IV - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários, observadas as disposições legais;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

VI - contratar serviços especializados de consultoria e suporte técnico nas diversas áreas de interesse do Consórcio;

Art. 33. Para exercício dos cargos de Diretor Executivo e Diretor Administrativo e Financeiro, será exigida formação profissional de nível superior.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 34. O Conselho Fiscal é composto por 03(três) conselheiros, sendo Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral ou seus representantes, com mandato de 02(dois) anos.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença absoluta de entes consorciados.

§ 2º. Somente poderá se candidatar ao Conselho Fiscal representantes legais de ente consorciado.

§ 3º. A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

§ 4º. Consideram-se eleitos os 03(três) candidatos com maior número de votos, e em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

Art. 35. Além do previsto no estatuto do consórcio, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não prejudica o controle



externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao consórcio.

§ 2º. As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

TÍTULO VII

DOS DIREITOS, DEVERES E DA REPRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 36. Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos relacionados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio;

Art. 37. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público ou no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 38. Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

III - participar ativamente das reuniões e Assembléias Gerais do consórcio.

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 39. O CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM, poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar assuntos relacionados com seus objetivos e finalidades previstas neste Protocolo de Intenções, com poderes amplos e irrestritos, podendo:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;

II - prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;

III - outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembléia Geral do Consórcio.

TÍTULO VIII

DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 40. Os agentes públicos que prestarão serviços remunerados ao consórcio serão contratados para ocuparem cargos e ou empregos públicos, previsto no Anexo I, do presente Protocolo de Intenções, além dos servidores cedidos pelos entes consorciados, bem como, em caso de necessidade, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

Art. 41. A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos ou consultivos que sejam criados pelo estatuto, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 1º. Não haverá remuneração para o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 2º. Os membros da Diretoria Executiva perceberão remunera-

ção estabelecida para os cargos, prevista no Anexo I, parte integrante do presente Protocolo de Intenções.

Art. 42. Os empregados públicos próprios do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).

§ 1º. Serão recebidos em cessão os empregados públicos ou servidores com ou sem ônus para o consórcio.

§ 2º. O Estatuto aprovado em Assembléia Geral disporá sobre a estrutura administrativa do consórcio e plano de empregos e salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, estabelecendo as descrições das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho e regime disciplinar de seus empregos públicos.

§ 3º. A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização do Diretor Executivo, observadas as formalidades legais.

§ 4º. Os entes da federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada ente.

§ 5º. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário ou poderão optar pelo regime jurídico do consórcio, somente sendo-lhes concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores estabelecidos pela Assembléia Geral.

§ 6º. O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no parágrafo anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Art. 43. O quadro de pessoal do consórcio é composto pelos empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão constantes no Anexo I, deste Protocolo de Intenções.

§ 1º. Os empregos do consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os cargos de provimento em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º. A remuneração e a carga horária e as atribuições dos cargos e empregos públicos são as definidas nos Anexos I e II, deste Protocolo de Intenções.

§ 3º. Observado o orçamento anual do Consórcio, o vencimento dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 4º. Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 5º. A Assembléia Geral poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos e aos servidores cedidos sem ônus ao consórcio pelos entes da Federação que o compõe, estabelecendo seu valor monetário para fins de adequação a remuneração de mercado.

Art. 44. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e pelo Diretor Executivo.

§ 1º. A cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de divulgação.

§ 2º. O edital será publicado na imprensa oficial, que poderá se dar de forma resumida, desde que indique local para consulta na sua íntegra.

Art. 45. Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I - até que se realize concurso público;



II - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vierem a vagar;
III - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;
IV - para atender demandas do serviço, com programas e convênios.

V - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI - realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VII - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

VIII - houver suficiência de dotação orçamentária.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 46. Além do salário e das demais vantagens previstas neste Protocolo de Intenções, serão pagas aos empregados os seguintes adicionais, na forma estabelecida em lei:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

Parágrafo único. O Estatuto preverá as formas de concessão de outras vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

TÍTULO IX

DA GESTÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 47. Fica autorizado pelos municípios que integram o CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM, nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal n. 11.107/2005, a fazer gestão associada dos serviços públicos que constituem as finalidades previstas no artigo 3º deste Protocolo de Intenções.

Art. 48. Ao consórcio é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º. O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV - os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

V - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VI - as penalidades e sua forma de aplicação;

VII - os casos de extinção;

VIII - os bens reversíveis;

IX - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

X - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;

XI - a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XII - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;

XIII - demais cláusulas previstas na Lei 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º. No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º. Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º. Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º. Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º. A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

§ 10. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11. No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

Art. 49. O consórcio elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único. São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;

II - o objeto e a finalidade do rateio;

III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas

de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;

IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;

V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;

VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;

VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;

VIII - o direito e obrigações das partes;

IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;

X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;

XI - demais condições previstas na Lei Federal 11.107/2005 e seu regulamento.

Art. 50. Para o cumprimento de suas finalidades, deverá o consórcio realizar obrigatoriamente licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexistência.

§ 1º. Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º. Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 3º. Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 4º. O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 51. O consórcio poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes às suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo único. As tarifas previstas neste artigo podem ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembléia Geral.

Art. 52. O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 53. O consórcio poderá ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Art. 54. O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. Os bens do consórcio são indisponíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembléia Geral, exigida aprovação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos representantes dos entes consorciados presentes na

Assembléia Geral convocada para este fim.

CAPITULO II

RECEITAS E DESPESAS DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 55. A execução das receitas e das despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 56. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em contrato de rateio, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005 e seu regulamento, e publicados em resolução pelo Presidente do consórcio;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XI - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Protocolo de Intenções;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio.

§ 3º. Os agentes públicos incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º. O consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas na imprensa oficial.

§ 6º. A fim de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º. Fica o consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

TÍTULO X

DA RETIRADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 57. A retirada de membro do consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral.

§ 1º. A retirada do ente não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio.



§ 2º. Os bens destinados ao consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão da maioria absoluta dos entes federativos consorciados do consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções do consórcio público ou pela Assembléia Geral do consórcio.

Art. 58. São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim.

§ 1º. Antes da exclusão prevista neste artigo, o ente consorciado poderá ser previamente suspenso por prazo determinado, para reabilitação.

§ 2º. Em ambos os casos serão respeitados o direito ao contraditório e ampla defesa.

§ 3º. A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido maioria absoluta dos votos.

§ 4º. Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação da decisão.

TÍTULO XI

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 59. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei dos entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 60. A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções e na legislação aplicável.

TÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 61. O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007, por este Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio e Estatuto, e pelas leis de ratificações.

Art. 62. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, respeitando a autonomia dos entes consorciados.

Art. 63. O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa

sa oficial de cada órgão subscritor.

Parágrafo único. A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local em que se poderá obter o texto integral.

Art. 64. Deverá ser publicado anualmente relatório geral das atividades do consórcio.

Art. 65. O órgão oficial de publicação do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM será o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado eletronicamente no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 66. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a administração pública em geral.

Art. 67. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca São João Batista, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem acordados, certos e ajustados, assinam o presente Protocolo de Intenções, em 03(três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brusque, 22 de setembro de 2010.

Subscritores do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO DOS VALES DOS RIOS TIJUCAS E ITAJAÍ MIRIM:

Gilberto Orlando Dorigon
ANGELINA

Pedro Paulo Costa
BOTUVERÁ

Paulo Roberto Eccel
BRUSQUE

Antonio da Silva
CANELINHA

Orides Kormann
GUABIRUBA

Zelasio Ângelo Dell Agnolo
MAJOR GERCINO

Orivan Jarbas Orsi
NOVA TRENTO

Aderbal Manoel dos Santos
SÃO JOÃO BATISTA

Elmis Mannrich
TIJUCAS

ANEXO I

AGENTES PÚBLICOS

Nomenclatura do Cargo	Número de Vagas	Jornada de Trabalho Semanal	Salário Base mensal	Formas de Provento
Diretor Executivo (livre nomeação e exoneração)	01	40	4.000,00	Em Comissão
Diretor Administrativo e Financeiro (livre nomeação e exoneração)	01	40	R\$ 3.000,00	Em Comissão
Assessor Jurídico (concurso público)	01	20	R\$ 1.500,00	Emprego Público
Contador (concurso público)	01	20	R\$ 1.000,00	Emprego Público
Analista Executivo (concurso público)	03	40	R\$ 1.500,00	Emprego Público
Assistente Administrativo (concurso público)	02	40	R\$ 900,00	Emprego Público
Agente de Serviços Gerais (concurso público)	02	40	R\$ 650,00	Emprego Público



ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES PÚBLICOS

a) Diretor Executivo:

I - realizar administração geral do consórcio;
II - julgar recursos relativos à:
a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
c) aplicação de penalidades a empregados públicos do consórcio;
III - autorizar que o consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;
IV - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados temporários;
V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
VI - outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
VII - obrigatória Formação de Nível Superior.

b) Diretor Administrativo e Financeiro:

I - organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio;
II - acompanhar e assessorar nos processos de licitação pública e os contratos administrativos;
III - organizar e executar gestão técnica do consórcio, em especial a relativa a elaboração, desenvolvimento, implantação e manutenção de projetos e programas;
IV - acompanhar e assessorar tecnicamente o desenvolvimento dos projetos e programas implantados;
V - gerenciar o patrimônio do consórcio;
VI - supervisionar os aspectos técnicos do Consórcio;
VII - auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
VIII - em observância a ordem legal vigente, planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços da tesouraria, com o necessário acompanhamento do fluxo financeiro, para que o município possa administrar de acordo com as suas necessidades, as contas a pagar e a receber;
IX - superintender, coordenar e executar as atividades referentes à arrecadação, lançamento e de registro dos atos e fatos de natureza contábil, financeira e patrimonial, execução orçamentária e atividades correlatas.
X - supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio;
XI - outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
XII - obrigatória Formação de Nível Superior.

c) Assessor Jurídico:

I - prestar assessoria jurídica ao consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;
II - representar o consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do consórcio;
III - através de acompanhamentos em audiências judiciais e/ou extrajudiciais, sustentações orais, petições iniciais, contestações, recursos, contra-razões, embargos e demais alternativas previstas

em lei;
IV - observando prazos, normas e procedimentos legais;
V - analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos;
VI - assessorar a Presidência, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;
VII - demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
VIII - obrigatória formação de nível superior em Direito com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.

d) Contador:

I - supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis;
II - examinar e elaborar processos de prestação de contas;
III - auxiliar na elaboração da proposta orçamentária do consórcio;
IV - examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias;
V - informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do Consórcio;
VI - elaborar os balanços e balancetes patrimoniais;
VII - outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
VIII - obrigatória Formação de Nível Superior em Ciências Contábeis, com registro no Conselho ou órgão fiscalizador do exercício da profissão.

e) Analista Executivo:

I - realizar o planejamento, organização e controle do Consórcio;
II - liderar e inovar a administração do consórcio, em busca da constante melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas, em favor do interesse dos entes consorciados;
III - atuar nas diversas áreas administrativas com foco na melhoria contínua de fluxos e métodos de trabalho para o incremento da produtividade da atividade pública do consórcio;
IV - pesquisar, desenvolver e/ou participar de projetos nas diversas áreas funcionais do consórcio, para a prática moderna da gestão pública;
V - assessorar as instâncias superiores do consórcio;
VI - participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do consórcio, demais atividades administrativas;
VII - estruturar técnicas de desenvolvimento gerencial, formulando e/ou acompanhando o planejamento estratégico, tático e operacional;
VIII - outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;
IX - obrigatória Formação de Nível Superior em Secretariado Executivo; Marketing; Comunicação; Turismo; Administração de Empresas; Administração com ênfase em Recursos Humanos; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Ciências Sociais; Administração com ênfase em Finanças; Serviço Social; Psicologia; Direito ou Ciências da Computação.

f) Assistente Administrativo:

I - executar serviços administrativos gerais, prestando suporte e apoio às diversas áreas do consórcio, contribuindo com o correto fluxo de atividade, informações e materiais, buscando a legalidade em todos os processos nos quais está envolvido;
II - assistir e assessorar o consórcio no que se refere ao expediente administrativo;
III - organizar e manter os arquivos e documentos do consórcio;
IV - interpretar e sintetizar textos e documentos;
V - realizar serviços típicos de recepção, registros de compromissos



sos e informações gerais;

VI - desenvolver outras atividades inerentes a função;

VII - outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

VIII - obrigatória formação em ensino médio.

g) Agente de Serviços Gerais:

I - manter as condições de higiene, executando serviços de limpeza e conservação das dependências do Consórcio, visando o bem-estar e saúde das pessoas.

II - manter todo o processo de higienização do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo e limpeza.

III - coletar o lixo dos depósitos, recolhendo-os em latões, selecionando os materiais e dejetos coletados, separando-os em orgânicos e inorgânicos e depositando-o em lixeiras ou incineradores.

IV - Preparar e servir cafés, chaves, água, etc.

V - outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

VI - obrigatória formação em ensino fundamental.

Nova Trento, 22 de setembro de 2010.

Lei N° 2.390/2010

Lei N° 2.390/2.010

Autoriza o Poder Executivo Municipal a dar Denominação à ponte da Localidade de Baixo Salto, município de Nova Trento.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar nome de "JOSÉ BATTISTI ARCHER FILHO", à ponte na localidade de Baixo Salto, construída sobre o Ribeirão do Salto, estrada que dá acesso à outras localidades do interior do município de Nova Trento.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de setembro de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei N° 2.391/2010

Lei N° 2.391/2.010

Autoriza o Poder Executivo Municipal a dar Denominação à ponte na Localidade de Espriado, município de Nova Trento.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar nome de " ELOI CIPRIANI", à ponte construída sobre o Ribeirão da Onça, na Rua Luiz Mazera, localidade de Espriado, município de

Nova Trento.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de setembro de 2.010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto N° 079/2010

DECRETO N° 79/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 430, de 22/09/2010 e de conformidade com o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para execução do Projeto: Plantando um Futuro Limpo, conforme identificação a seguir:

Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Função: 18 - Gestão Ambiental

Sub-Função: 542 - Controle Ambiental

Programa: 6 - Meio Ambiente

Projeto/Ativ.: 2.028 - Plantando um Futuro Limpo

Elemento: 3.3.90.00.00.0.0.1.0000 - Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do elemento descrito no Art. 1º deste decreto, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), são provenientes da Justiça Federal, conforme prevê o Projeto: Plantando um Futuro Limpo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de setembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto N° 080/2010

DECRETO N° 80/2010

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2010, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Nova Trento.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe são conferidas na forma autorizada pela Lei



Complementar nº 432, de 22/09/2010 e de acordo com o Art.94, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 16.329,34 (dezesesseis mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos), do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, do Orçamento 2010, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2009):

Órgão: 12	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	Valor
Unidade: 01	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	
Proj./Ativ. 2.017	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
(12)4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	16.329,34
	TOTAL	16.329,34

Art. 2º - Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 16.329,34 (dezesesseis mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior, dentro do Orçamento 2010, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2010, conforme identificação a seguir:

Órgão: 12	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	Valor
Unidade: 01	Fundo Municipal de Saúde – Nova Trento	
Proj./Ativ. 1.019	Construção Unidade de Saúde – Distrito de Claraíba	
(24)4.4.90.00.00.00174	Aplicações Diretas	16.329,34
	TOTAL	16.329,34

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 22 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto N° 081/2010

Decreto nº 81/ 2010

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2010, do Município de Nova Trento.

Orivan Jarbas orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas na forma autorizada pela Lei Complementar nº 433, de 22/09/2010 e de acordo com o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais), do saldo existente na dotação do seguinte Projeto/Atividade, Aquisição de Máquinas e Veículos do Orçamento 2010, do Município de Nova Trento, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2009):

Órgão: 09	Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	Valor
Unidade: 01	Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento	
Proj./Ativ. 1.004	Aquisição de Máquinas e Veículos	
(3)4.4.90.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	29.500,00
	TOTAL	29.500,00

Art. 2º - Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 29.500,00, (vinte e nove mil e quinhentos reais) à conta da anulação prevista no artigo anterior, dentro do Orçamento 2010, (Lei Complementar nº 348, de 30/12/2010, conforme identificação a seguir:

Órgão: 10	Encargos Gerais	Valor
Unidade: 01	Encargos Gerais	
Proj./Ativ. 0.002	Amortização do Principal e Encargos da Dívida Interna	
(40)3.2.90.00.00.0.1.000.0	Aplicações Diretas	13.500,00
(39)4.6.90.00.00.0.1.0000.0	Aplicações Diretas	16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, em 22 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Portaria N° 577/2010

Portaria nº 577/2010

Nomeia e Substitui Membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para o período 2009/2011.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com a Lei nº 1.445, de 13/12/95, Resolve:

Art. 1º - Fica alterada a composição estabelecida pelo Art. 1º da Portaria nº 711, de 10/11/2009, de um Representante do Governo Municipal - Secretaria de Bem Estar Social e Habitação, a que se refere a Lei nº 1.445, de 13/12/95, sendo substituído e nomeado para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social, o seguinte membro:

I - Representantes do Governo Municipal:

1. Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação

Titular:

Suplente: Genice Tomasi, em substituição a Alflavia Kraus Boing.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de setembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças.

Resumo da ata de registro de preços nº 038/2010

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2010

PROCESSO Nº 087/2010 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2010

No vigésimo quinto dia do mês de agosto de 2010, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços,



na Ata de julgamento de preços, homologada em 02/09/2010, RE-SOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de Materiais de Construção, Elétricos, Hidráulicos e outros utilizados na Construção Civil destinados aos serviços de manutenção executados pela prefeitura municipal, conforme especificações constantes do Edital de Licitação nº 087/2010 – Pregão Presencial nº 038/2010. As Licitantes registradas para os serviços cotados são:

COMERCIAL DE FERRAGENS DALBOSCO (CNPJ 83.251.397/0001-11)

Item	Qtde.	Unid	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit. Registrado	VI. Total Registrado
2	60	Unid	Arruela zincada 5/16.	R\$ 0,10	R\$ 6,00
84	36	Unid	Abraçadeira para eletroduto ¾ metal tipo U.	R\$ 0,28	R\$ 10,08
85	36	Unid	Abraçadeira para eletroduto 1. 1/2 metal tipo U.	R\$ 0,47	R\$ 16,92
86	36	Unid	Abraçadeira para eletroduto condulente ¾.	R\$ 1,79	R\$ 64,44
107	120	Unid	Placa cega 2 x 4.	R\$ 0,79	R\$ 94,80
108	25	Unid	Placa cega 4 x 4 redonda.	R\$ 1,95	R\$ 48,75
114	60	Unid	Spot Plástico para 1 lâmpada preto.	R\$ 9,70	R\$ 582,00

Valor Total homologado do Licitante: R\$ 822,99 (oitocentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos).

SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ 80.706.492/0001-74)

Item	Qtde.	Unid	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit. Registrado	VI. Total Registrado
36	60	Unid	Curva 90 esgoto curta 100	R\$ 7,00	R\$ 420,00
37	60	Unid	Curva 90 esgoto curta 50	R\$ 2,90	R\$ 174,00
39	50	Unid	Joelho 45 esgoto 150	R\$ 15,50	R\$ 775,00
40	70	Unid	Joelho 45 esgoto 40	R\$ 0,64	R\$ 44,80
42	70	Unid	Joelho 90 esgoto 40	R\$ 0,42	R\$ 29,40
43	70	Unid	Joelho 90 plástico soldavel 20	R\$ 0,16	R\$ 11,20
44	70	Unid	Joelho 90 plástico soldavel 25	R\$ 0,21	R\$ 14,70
45	70	Unid	Joelho azul 90 plástico 25 x 3/4	R\$ 2,00	R\$ 140,00
46	250	Unid	Luva plástica soldavel 25	R\$ 0,23	R\$ 57,50
47	50	Unid	Luva plástica soldavel 40	R\$ 1,12	R\$ 56,00
48	60	Unid	Luva simples esgoto 50	R\$ 1,10	R\$ 66,00
54	25	Unid	T plástico soldavel 20	R\$ 0,26	R\$ 6,50
55	25	Unid	T plástico soldavel 25	R\$ 0,33	R\$ 8,25
56	25	Unid	T esgoto 40 x 40	R\$ 0,95	R\$ 23,75
98	50	Unid	Fita isolante de 20 mt	R\$ 2,80	R\$ 140,00
99	25	Unid	Fita veda-rosca 50 mt	R\$ 1,90	R\$ 47,50
125	25	Unid	Adesivo bisnaga grande 75 g	R\$ 2,50	R\$ 62,50

Valor Total homologado do Licitante: R\$ 2.077,10 (dois mil, setenta e sete reais e dez centavos)

PAULO ROBERTO MINATTI-ME (CNPJ 07.215.029/0001-30)

Item	Qtde.	Unid	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit. Registrado	VI. Total Registrado
75	6	Unid	Argamassa 20 kg. AC1	R\$ 6,80	R\$ 40,80
82	10000	Unid	Tijolo 06 furos	R\$ 0,39	R\$ 3.900,00

128	6	Unid	Lima redonda	R\$ 4,45	R\$ 26,70
-----	---	------	--------------	----------	-----------

Valor Total homologado do Licitante: R\$ 3.967,50 (três mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

ACTIVE PINTURAS CURITIBA LTDA (CNPJ 05.657.384/0001-33)

Item	Qtde.	Unid	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit. Registrado	VI. Total Registrado
10	6	Unid	Broxa 726-2	R\$ 2,50	R\$ 15,00
24	6	Unid	Rolo de espuma referencia 406/15	R\$ 2,00	R\$ 12,00
70	6	Unid	Enxada com cabo	R\$ 20,00	R\$ 120,00
101	60	Unid	Lampada fluorescente 20 W	R\$ 3,50	R\$ 210,00
102	60	Unid	Lampada fluorescente 40 W	R\$ 3,50	R\$ 210,00
103	60	Unid	Lampada fluorescente 32 W	R\$ 4,00	R\$ 240,00
111	60	Unid	Reator eletrónico 1 x 40	R\$ 10,00	R\$ 600,00
112	60	Unid	Reator eletrónico 2 x 20	R\$ 11,00	R\$ 660,00
113	60	Unid	Reator eletrónico 2 x 40	R\$ 15,00	R\$ 900,00
118	50	Unid	Selador acrílico 181	R\$ 49,90	R\$ 2.945,00
119	50	Unid	Selador acrílico 3,61	R\$ 14,00	R\$ 700,00
120	20	LTa.	Massa acrílica 3,61	R\$ 19,00	R\$ 380,00
121	20	LTa.	Thiner diluente 2900 51	R\$ 29,00	R\$ 580,00
122	50	LTa.	Tinta acrílica fosco 3,61	R\$ 19,00	R\$ 950,00
123	50	LTa.	Tinta acrílica fosco 181	R\$ 54,90	R\$ 2.745,00

Valor Total homologado do Licitante: R\$ 10.817,00 (dez mil, oitocentos e dezesseis reais)

ELIZABETH RIBEIRO INPACIO DA SILVA – ME (CNPJ 04.083.872/0001-11)

Item	Qtde.	Unid	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit. Registrado	VI. Total Registrado
1	65	Unid	Arruela zincada 3/8	R\$ 0,10	R\$ 6,50
3	75	Unid	Arruela zincada 5/32	R\$ 0,13	R\$ 9,75
4	6	Unid	Braço aço rápido 2mm	R\$ 3,30	R\$ 19,80
5	6	Unid	Braço aço rápido 2,5mm	R\$ 3,20	R\$ 19,20
6	200	Unid	Bucha plástica S-5	R\$ 0,05	R\$ 10,00
7	150	Unid	Bucha plástica S-6	R\$ 0,05	R\$ 7,50
8	170	Unid	Bucha plástica S-8	R\$ 0,07	R\$ 11,90
9	12	Unid	Borracha silicone bisnaga 50g	R\$ 3,50	R\$ 42,00
11	6	Mt.	Lixa em metro 150	R\$ 2,00	R\$ 12,00
12	6	Mt.	Lixa em metro 60	R\$ 2,00	R\$ 12,00
13	15	Pcs.	Lixa madeira 150	R\$ 0,47	R\$ 7,05
14	200	Mt.	Lona plastica preta largura 2m -150 micras	R\$ 0,60	R\$ 120,00
15	200	Mt.	Lona plastica preta largura 4m -150 micras	R\$ 0,60	R\$ 120,00
16	200	Mt.	Lona plastica preta largura 6m -150 micras	R\$ 0,60	R\$ 120,00
17	6	Unid	Pincel 4"	R\$ 3,70	R\$ 22,20
18	15	Unid.	Pincel 396/7 - 3"	R\$ 2,50	R\$ 37,50
19	6	Kg	Prego 12 x 12	R\$ 8,50	R\$ 51,00
20	20	Kg	Prego 15 x 21	R\$ 7,50	R\$ 150,00
21	60	Kg	Prego 17 x 27	R\$ 6,00	R\$ 360,00
22	120	Kg	Prego 24 x 60	R\$ 8,00	R\$ 960,00
23	15	Kg	Prego 25 x 72	R\$ 8,00	R\$ 120,00
25	50	Kg	Arame recozido n. 18	R\$ 5,20	R\$ 260,00
26	15	Unid.	Cadeado 20 mm	R\$ 5,20	R\$ 78,00
27	15	Unid.	Cadeado 25 mm	R\$ 6,80	R\$ 102,00
28	15	Unid.	Cadeado 30 mm	R\$ 9,30	R\$ 139,50
29	15	Unid.	Cadeado 35 mm	R\$ 9,00	R\$ 135,00
30	15	Unid.	Cadeado 50 mm	R\$ 13,80	R\$ 207,00



31	200	Unid.	Ferro Ca50 3/8-12m (10,0mm)	R\$ 31,50	R\$ 6.300,00
32	200	Unid.	Ferro Ca50 5/16-12m (8,0mm)	R\$ 24,90	R\$ 4.980,00
33	300	Unid.	Ferro Ca60 4.2-12m (4,2mm)	R\$ 5,50	R\$ 1.650,00
34	100	Unid.	Ferro Ca50 1/4-12m (6,3mm)	R\$ 14,90	R\$ 1.490,00
35	12	Unid.	Bóia para caixa de descarga	R\$ 2,00	R\$ 24,00
38	40	Unid.	Emenda em TE triplo 1/2"	R\$ 1,20	R\$ 48,00
41	70	Unid.	Joelho 90 esgoto 75	R\$ 2,80	R\$ 196,00
49	60	Mt.	Tubo para gás plástico com tarja amarela (1,25m)	R\$ 7,00	R\$ 420,00
50	240	Mt.	Mangueira preta 1/2 x 1,5	R\$ 0,34	R\$ 81,60
51	240	Mt.	Mangueira preta 1 x 2,0	R\$ 0,60	R\$ 144,00
52	25	Unid.	Registro plástico soldavel pressão 25	R\$ 4,00	R\$ 100,00
53	6	Unid.	Suporte para mangueira de jardim	R\$ 8,80	R\$ 52,80
57	25	Unid.	Toneira plástica 10 cm 1/2"	R\$ 2,20	R\$ 55,00
58	100	Unid.	Tubo de agua soldavel 20mm 6m	R\$ 5,80	R\$ 580,00
59	100	Unid.	Tubo de agua soldavel 25mm 6m	R\$ 7,20	R\$ 720,00
60	100	Unid.	Tubo esgoto 50mm 6m	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00
61	100	Unid.	Tubo esgoto 100mm 6m	R\$ 23,80	R\$ 2.380,00
62	100	Unid.	Tubo esgoto comum 150mm 6m	R\$ 66,00	R\$ 6.600,00
63	100	Unid.	Tubo esgoto 40mm 6m	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
64	100	Unid.	Tubo extensivo com rosca (sifão)	R\$ 4,50	R\$ 450,00
65	25	Unid.	Cabo para foice	R\$ 4,00	R\$ 100,00
66	12	Unid.	Cabo para ancinho	R\$ 4,00	R\$ 48,00
67	25	Unid.	Cabo para enxada oval	R\$ 4,00	R\$ 100,00
68	25	Unid.	Cabo para enxada redondo	R\$ 4,00	R\$ 100,00
69	40	Unid.	Enxada com cabo	R\$ 12,50	R\$ 500,00
71	12	Unid.	Ancinho 12 dentes com cabo	R\$ 17,00	R\$ 204,00
72	6	Unid.	Machado sem cabo	R\$ 26,00	R\$ 156,00
73	15	Unid.	Pá direita com cabo	R\$ 12,80	R\$ 192,00
74	25	Unid.	Pá de juntar com cabo	R\$ 12,80	R\$ 320,00
76	205	Sc.	Cal de pintura extra 8kg - branco	R\$ 4,00	R\$ 820,00
77	1200	Unid.	Cimento em sacos 50 kg	R\$ 19,00	R\$ 22.800,00
78	3000	Unid.	Telha de cimento amianto 2,44 x 50 4m	R\$ 8,90	R\$ 26.700,00
79	2000	Unid.	Teha francesas	R\$ 0,70	R\$ 1.400,00
80	5000	Unid.	Tijolo 21 furos	R\$ 0,61	R\$ 3.050,00
81	10000	Unid.	Tijolos maciços	R\$ 0,27	R\$ 2.700,00
83	10000	Unid.	Tijolos 08 furos	R\$ 0,49	R\$ 4.900,00
87	25	Unid.	Disjuntor unipolar 30A	R\$ 5,50	R\$ 137,50
88	25	Unid.	Disjuntor unipolar 40A	R\$ 6,10	R\$ 152,50
89	25	Unid.	Disjuntor unipolar 50A	R\$ 9,80	R\$ 245,00
90	15	Unid.	Disjuntor unipolar 10A	R\$ 6,50	R\$ 97,50
91	15	Unid.	Pino chato comum fêmea	R\$ 2,50	R\$ 37,50
92	360	Mt.	Fio flexivel 4mm	R\$ 0,87	R\$ 313,20
93	360	Mt.	Fio flexivel 6mm	R\$ 1,30	R\$ 468,00
94	360	Mt.	Fio flexivel 1,5mm	R\$ 0,36	R\$ 129,60
95	360	Mt.	Fio flexivel 10mm	R\$ 1,26	R\$ 453,60
96	360	Mt.	Fio flexivel 2,5mm	R\$ 0,59	R\$ 212,40
97	360	Mt.	Fio paralelo 2 x 2,5	R\$ 1,38	R\$ 496,80
100	60	Unid.	Fita zerrada plástica 70 x 200 mt	R\$ 9,80	R\$ 588,00

104	60	Unid.	Lampada incandescente comum 60W	R\$ 1,49	R\$ 89,40
105	60	Unid.	Luva plástica soldavel 25	R\$ 0,38	R\$ 22,80
106	60	Unid.	Pino chato comum	R\$ 3,10	R\$ 186,00
109	20	Unid.	Poste de concreto comum 7m	R\$ 210,00	R\$ 4.200,00
110	60	Unid.	Reator convencional 40W	R\$ 9,88	R\$ 592,80
115	120	Unid.	Starts 20/40	R\$ 1,00	R\$ 120,00
116	25	Unid.	Suporte para fotocélula	R\$ 3,91	R\$ 97,75
117	25	Unid.	Relê fotocélula	R\$ 11,80	R\$ 295,00
124	50	Lta.	Tinta esmalte sintética brilhante 3,6l	R\$ 27,99	R\$ 1.399,50
126	25	Unid.	Adesivo epoxi 100gr	R\$ 4,80	R\$ 120,00
127	40	Unid.	Carrinhos de ferro com pneu e camara.	R\$ 59,00	R\$ 2.360,00

Valor Total homologado do Licitante: R\$ 108.616,15 (cento e oito mil, seissentos e dezesseis reais e quinze centavos)

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: O fornecimento do objeto licitado será conforme solicitação dos Secretários Municipais, após emissão da Autorização de Fornecimento, devendo o objeto solicitado ser entregue dentro do prazo de 10 (dez) dias da emissão da Autorização.

Nova Trento/SC, 02 de setembro de 2010.

KARLA FRANCIELI DALSASSO
Pregoeira

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N. 153 541/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 541/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AKH5994	55234161C	HERMENEGILDO PIANEZZER	5568/0	181 * XIX
BGY5094	55233992C	ALESSANDRO DE MORAIS ZANCAN	6599/2	230 * V
BSS7628	55928711C	PAULINHO CRIWTANOW DA SILVA	5568/0	181 * XIX
CDD5920	55233998C	MAURICIO LEANDRO VENTURA	5568/0	181 * XIX
CKV4084	55234041C	JOSE CARLOS BONECHER	5568/0	181 * XIX
DHV6917	55234095C	TATIANE DA SILVA	5568/0	181 * XIX
IMX4117	54114048B	AIRCIO VISENTAINER	5169/1	165
IMX4117	55928751C	AIRCIO VISENTAINER	5207/0	169
LXK1892	55234088C	VAGNER HUGEN	6610/2	230 * VII
LXM4532	55234110C	EZEQUIEL RODRIGUES DE VARGAS	6599/2	230 * V
LXM4532	55234112C	EZEQUIEL RODRIGUES DE VARGAS	5010/0	162 * I
LXM4532	55234112C	EZEQUIEL RODRIGUES DE VARGAS	5118/0	164 c/c 162 * I
LXP9645	55234164C	LUIZ CARLOS LANA	5010/0	162 * I
LXP9645	55234164C	LUIZ CARLOS LANA	5118/0	164 c/c 162 * I
LXP9645	55234164C	LUIZ CARLOS LANA	6599/2	230 * V
LXX5197	55233986C	MAYCON JATIR BRAGA DOS SANTOS CELLA	7234/0	250 * I * a
LZK0403	55234125C	LUCINEI WILVERT	5568/0	181 * XIX
LZW3726	55928762C	GUILHERME GASPAR WISINTAINER	5568/0	181 * XIX
MAV3731	55928761C	MARCIANO LUIZ KOLCHESKI	5568/0	181 * XIX
MBR4491	55234046C	ANASTACIO POLI	5185/1	167
MBY7580	55234121C	LILIAN REINERT	5568/0	181 * XIX
MCF4020	55928656C	MARCUS VINICIUS REINERT DOS SANTOS	5185/1	167
MCP0884	55679887B	SUSANA GIACOMINI BASSI	6920/0	233
MCV9441	55234126C	VALDIR BERTOLINI	5517/2	181 * XIV
MDF9147	55928706C	LUCIA MARIA NICLODI	5118/0	164 c/c 162 * I
MDF9147	55928707C	LUCIA MARIA NICLODI	6599/2	230 * V

MDG6865	55234089C	VALDEMIRO VENERI	5568/0	181 * XIX
MDH0960	55233979C	ALISSON ALEXANDRE VALLE	5568/0	181 * XIX
MDU4649	55233975C	ADEMIR INACIO	5568/0	181 * XIX
MDV1596	55234111C	DIONIZIO PEDRO MACHADO	5010/0	162 * I
MEO5808	55234122C	IVO DALSASSO	5568/0	181 * XIX
MFY9984	55234160C	MARCELO LUIZ VALE WINTER	5568/0	181 * XIX
MHA2135	55234098C	CARLOS ALEXANDRE PICOLI	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 13 DE SETEMBRO DE 2010

CAROLINI DE CAMPOS VICENTE

DELEGADA DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N. 153 542/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 542/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
BTF2538	55233810C	SIDNEI VEBER	6599/2	230 * V
EDU4030	55679690B	VALDEMAR CARDOSO FERREIRA	5207/0	169
EDU4030	55679700B	VALDEMAR CARDOSO FERREIRA	5185/1	167
EDU4030	55679793B	VALDEMAR CARDOSO FERREIRA	5207/0	169
LXA2028	55233876C	ODAIR BUNN	5010/0	162 * I
LXA2028	55233877C	ODAIR BUNN	5118/0	164 c/c 162 * I
LXF7978	55679681B	FRANCISCO VANIO STEFFENS	5010/0	162 * I
LXF7978	55679683B	FRANCISCO VANIO STEFFENS	6599/2	230 * V
LXF7978	55679685B	FRANCISCO VANIO STEFFENS	6580/0	230 * IV
LXF7978	55679686B	FRANCISCO VANIO STEFFENS	6637/1	230 * IX
LXS1095	55233886C	ELIZIANI FERRARI COELHO	7030/1	244 * I
MAM6496	55233842C	JOSE SCHIMIT DE LARA	5169/1	165
MAW7151	55234019C	SILVIO ADAO FLECK	7455/0	218 * I
MCD2101	55234092C	OSVALDO INACIO CIPRIANI	5568/0	181 * XIX
MEW4185	55234091C	MARILDA ALDA TRAINOTTI	5568/0	181 * XIX
MFE7541	55234053C	JADER COSTA	5185/1	167
MFN6185	55233873C	SANDRO CARDOSO	6599/2	230 * V
MFN6185	55233874C	SANDRO CARDOSO	5045/0	162 * V
MGJ8620	55233977C	JOVANI MANTOANI	5568/0	181 * XIX
MGM9271	55234069C	ELIAS ROCHA	5568/0	181 * XIX
MGN2843	55234075C	VILMAR JOSE ORSI	5185/1	167
MGN2843	55234075C	VILMAR JOSE ORSI	5185/2	167
MHM4822	55233892C	ADRIANA CRISTINA RAMOS	5010/0	162 * I
MHM4822	55233893C	ADRIANA CRISTINA RAMOS	5118/0	164 c/c 162 * I
MHM4822	55679297B	ADRIANA CRISTINA RAMOS	6599/2	230 * V
MHS4602	55233809C	ANTONIO BRAGA	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTA/SC, 13 DE SETEMBRO DE 2010

CAROLINI DE CAMPOS VICENTE

DELEGADA DE POLICIA

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.445,

LEI Nº 1.445, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), para atender a seguinte programação:

09..... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0901..... Fundo Municipal de Saúde
0901.10..... Saúde
0901.10.301..... Atenção Básica
0901.10.301.0021..... Saúde Básica
0901.10.301.0021.2067. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33900000..... Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 00

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais):

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0202..... Secretaria de Educação
0202.12..... Educação
0202.12.361..... Ensino Fundamental
0202.12.361.0008..... Educação Básica
0202.12.361.0008.2027. Manutenção do Transporte Escolar
33900000..... Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 21 de Setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.264,

DECRETO Nº 3.264, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0202..... Secretaria de Educação

0202.12..... Educação
0202.12.361..... Ensino Fundamental
0202.12.361.0008..... Educação Básica
0202.12.361.0008.2027. Manutenção do Transporte Escolar
33900000..... Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) conforme abaixo discriminado;

09..... FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0901..... Fundo Municipal de Saúde
0901.10..... Saúde
0901.10.301..... Atenção Básica
0901.10.301.0021..... Saúde Básica
0901.10.301.0021.2067. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33900000..... Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 21 de Setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3265/2010

DECRETO Nº 3265/2010 DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VICELI, Prefeito do município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõe o art. 16, § 5º da Lei Municipal nº 1.390 de 10 de Novembro de 2009.

D E C R E T A

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

01 PODER LEGISLATIVO
01.0110 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.0110.01 LEGISLATIVA
01.0110.01.031 AÇÃO LEGISLATIVA
01.0110.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO
01.0110.01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
31900000 Aplicação Direta..... R\$ 70.000,00
Fonte de Recurso 0100

Art. 2º Para suporte do credito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), da seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal.

01 PODER LEGISLATIVO
01.0110 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.0110.01 LEGISLATIVA
01.0110.01.031 AÇÃO LEGISLATIVA
01.0110.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO
01.0110.01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
33900000 Aplicação Direta..... R\$ 70.000,00
Fonte de Recurso 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 23 de Setembro de 2010.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS NÃO DECORRENTES DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

O Município de Pinheiro Preto, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Marechal Costa e Silva inscrito no CNPJ sob o nº. 82.827.148/0001-69, doravante denominado DEVEDOR, representado neste termo pelo Sr. Euzébio Calisto Vieceli, prefeito, portador do CPF nº 219.837.479-04 e do RG nº.580.604- SSP/SC, residente e domiciliado na rua Senador Antonio Carlos Konder Reis nº 111, e o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto, situado na Av. Marechal Costa e Silva, bairro centro CEP 89.570-000., neste município, neste ato representado pelo Sr. Hadriel Dalmolin, Cargo presidente, portador do CPF nº 034.481.409-29 e do RG nº 3887626 - SSP/SC, órgão direto no âmbito da Administração Municipal, instituído em 12/11/1999, pela Lei Complementar Municipal nº 81, de 12 de novembro de 1999, doravante denominado CREDOR, com fundamento na Lei Municipal nº 1.444, de 21 de setembro de 2010, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto é CREDOR junto ao município de Pinheiro Preto da quantia de R\$ 117.772,39 (cento e dezessete mil setecentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos), decorrente do excesso de gastos com despesas administrativas relativas as competências 2001 a 2008, diferença não repassado pelo município ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, de acordo com o relatório de auditoria da Coordenação Geral de Auditoria Atuarial, Contabilidade e Investimento de Previdência Social, de acordo com o disposto no artigo 18 e 19 da Portaria MPS nº. 403/2008, e em conformidade com o previsto nos arts. 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.444, de 21 de setembro de 2010, importância acima declarada, discriminada na planilha em anexo, que deste instrumento faz parte integrante.

Pelo presente instrumento o Município de Pinheiro Preto-SC confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento

Os valores originais e atualizados da dívida, referente ao debito do município, do período de 2001 a 2008 estão discriminados conforme planilha abaixo:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - Excesso de gastos com despesas administrativas							
Valor Atualizado até JULHO/2010 (INPC + juros simples de 0,5% ao mês)							
mês ant,	Competência	Valor Original	INPC acum	Valor Atual	Nº meses	Juros	Valor Total
nov/02	dez/02	3.708,37	1,565978	5.807,23	91	2.642,29	8.449,51
nov/03	dez/03	8.243,96	1,388828	11.449,44	79	4.522,53	15.971,97
nov/04	dez/04	17.473,15	1,312736	22.937,63	67	7.684,11	30.621,74
nov/05	dez/05	12.915,76	1,243961	16.066,70	55	4.418,34	20.485,04

nov/06	dez/06	11.310,67	1,212572	13.715,00	43	2.948,73	16.663,73
nov/07	dez/07	13.145,69	1,157132	15.211,30	31	2.357,75	17.569,05
nov/08	dez/08	6.778,24	1,079380	7.316,30	19	695,05	8.011,34
TOTAL		73.575,84					117.772,39

O montante de R\$ 117.772,39 (cento e dezessete mil setecentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos) será pago em 60 sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 1.962,88 (um mil novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), acrescido de atualização monetária calculada pelo INPC, e juros remuneratórios de 6% a.a, calculados a partir de 01 de agosto de 2010, conforme determina a Lei Municipal nº 1.444, de 21 de setembro de 2010, e em conformidade com o disposto no artigo 5º, § 8º, da Portaria MPS 402/2008.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.962,88 (um mil novecentos e sessenta e dois reais oitenta e oito centavos), vencerá em 30/10/2010, e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas na data fixada, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

OBS.: A primeira parcela deverá ser recolhida até o último dia do mês subsequente ao da publicação do termo de parcelamento.

Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros de 1 % (um por cento) ao mês e correção pelo índice INPC, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida, objeto do parcelamento constante deste instrumento, é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Correção

Os valores devidos foram atualizados pelo índice INPC acrescido de uma taxa de juros simples de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, e as parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo índice INPC acrescido de uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUARTA - Da Rescisão

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.



A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 6% (seis por cento) ao ano, a contar da data da última parcela paga até a da inscrição da dívida, e honorários advocatícios.

CLÁUSULA QUINTA: Da Definitividade

A assinatura do presente termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos arts. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SEXTA: Da Publicidade

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos decorrentes do excesso de gastos com despesas administrativas competência 2001 a 2008, diferença essa devida e não repassada pelo município ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais, de acordo com o apurado no relatório de Auditoria da Coordenação Geral de Auditoria Atuarial, Contabilidade e Investimento de Previdência Social, entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do Município de Tangará, do Estado de Santa Catarina.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Pinheiro Preto, 22 de setembro de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito

HADRIEL DALMOLIN

Presidente do IPREPI

Testemunhas:

FABIANA ORÇATTO

CPF Nº 039.994.639-02

LURDES OLIVO PICCININ

CPF: 518.239.269-91

Anexos RREO 4Bimestre 2010**Anexos RREO 4Bimestre 2010**

		Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
		Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
		Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção	
		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
		JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.584.000,00	11.189.138,80	1.103.342,23	5.251.087,41	1.189.418,09	5.168.361,14	100,00	46,19	6.020.777,66
01	LEGISLATIVA	344.000,00	344.000,00	37.972,34	168.614,53	41.468,21	168.614,53	3,26	49,02	175.385,47
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	344.000,00	344.000,00	37.972,34	168.614,53	41.468,21	168.614,53	3,26	49,02	175.385,47
	Subtotal	344.000,00	344.000,00	37.972,34	168.614,53	41.468,21	168.614,53	3,26	49,02	175.385,47
04	ADMINISTRAÇÃO	1.393.840,00	1.554.013,77	220.483,59	1.000.900,56	230.375,68	991.795,86	19,19	63,82	562.217,91
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.230.000,00	1.367.813,77	195.690,08	883.013,40	205.582,17	873.908,70	16,91	63,89	493.905,07
04.123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	163.840,00	186.200,00	24.793,51	117.887,16	24.793,51	117.887,16	2,28	63,31	68.312,84
	Subtotal	1.737.840,00	1.898.013,77	258.455,93	1.169.515,09	271.843,89	1.160.410,39	22,45	61,14	737.603,38
06	SEGURANÇA PÚBLICA	16.000,00	21.739,72	2.290,97	11.869,11	2.044,97	11.403,23	0,22	52,45	10.336,49
06.181	POLICIAMENTO	16.000,00	21.739,72	2.290,97	11.869,11	2.044,97	11.403,23	0,22	52,45	10.336,49
	Subtotal	1.753.840,00	1.919.753,49	260.746,90	1.181.384,20	273.888,86	1.171.813,62	22,67	61,04	747.939,87
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	217.500,00	352.853,52	27.888,40	89.172,28	27.902,82	88.200,12	1,71	25,00	264.653,40
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	44.000,00	44.000,00	6.710,00	28.670,00	6.710,00	28.670,00	0,55	65,16	15.330,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	173.500,00	308.853,52	21.178,40	60.502,28	21.192,82	59.530,12	1,15	19,27	249.323,40
	Subtotal	1.971.340,00	2.272.607,01	288.635,30	1.270.556,48	301.791,68	1.260.013,74	24,38	55,44	1.012.593,27
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	195.000,00	345.000,00	46.689,20	191.763,18	46.689,20	191.763,18	3,71	55,58	153.236,82
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	195.000,00	345.000,00	46.689,20	191.763,18	46.689,20	191.763,18	3,71	55,58	153.236,82
	Subtotal	2.166.340,00	2.617.607,01	335.324,50	1.462.319,66	348.480,88	1.451.776,92	28,09	55,46	1.165.830,09
10	SAÚDE	1.583.200,00	1.748.517,14	273.087,20	1.149.265,80	283.740,17	1.103.091,81	21,34	63,09	645.425,33
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.583.200,00	1.748.517,14	273.087,20	1.149.265,80	283.740,17	1.103.091,81	21,34	63,09	645.425,33
	Subtotal	3.749.540,00	4.366.124,15	608.411,70	2.611.585,46	632.221,05	2.554.868,73	49,43	58,52	1.811.255,42
12	EDUCAÇÃO	2.448.045,00	2.566.589,45	213.937,28	1.121.312,36	234.571,42	1.110.474,59	21,49	43,27	1.456.114,86
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	117.345,00	117.345,00	8.680,63	47.983,90	14.333,82	47.813,90	0,93	40,75	69.531,10
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.965.200,00	2.033.744,45	184.222,46	979.417,53	197.783,01	974.823,36	18,86	47,93	1.058.921,09
12.362	ENSINO MÉDIO	10.300,00	10.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.300,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	35.500,00	85.500,00	11.718,00	46.609,17	11.718,00	46.609,17	0,90	54,51	38.890,83
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	285.000,00	285.000,00	7.528,19	28.128,25	5.854,59	26.454,65	0,51	9,28	258.545,35
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	13.200,00	13.200,00	0,00	12.100,00	2.200,00	7.700,00	0,15	58,33	5.500,00
12.392	DIFUSÃO CULTURAL	21.500,00	21.500,00	1.788,00	7.073,51	2.682,00	7.073,51	0,14	32,90	14.426,49
	Subtotal	6.197.585,00	6.932.713,60	822.348,98	3.732.897,82	866.792,47	3.665.343,32	70,92	52,87	3.267.370,28
15	URBANISMO	785.300,00	801.287,42	29.954,37	422.143,48	30.718,97	415.373,06	8,04	51,84	385.914,36
15.452	SERVIÇOS URBANOS	780.300,00	800.287,42	29.954,37	422.143,48	30.718,97	415.373,06	8,04	51,90	384.914,36
15.482	HABITAÇÃO URBANA	5.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	Subtotal	6.982.885,00	7.734.001,02	852.303,35	4.155.041,30	897.511,44	4.080.716,38	78,96	52,76	3.653.284,64
16	HABITAÇÃO	55.000,00	225.054,62	14.100,29	56.283,59	14.100,29	56.283,59	1,09	25,01	168.771,03
16.482	HABITAÇÃO URBANA	55.000,00	225.054,62	14.100,29	56.283,59	14.100,29	56.283,59	1,09	25,01	168.771,03
	Subtotal	7.037.885,00	7.959.055,64	866.403,64	4.211.324,89	911.611,73	4.136.999,97	80,04	51,98	3.822.055,67
17	SANEAMENTO	77.000,00	167.000,00	0,00	2.217,28	0,00	2.217,28	0,04	1,33	164.782,72
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	77.000,00	167.000,00	0,00	2.217,28	0,00	2.217,28	0,04	1,33	164.782,72
	Subtotal	7.114.885,00	8.126.055,64	866.403,64	4.213.542,17	911.611,73	4.139.217,25	80,09	50,94	3.986.838,39
20	AGRICULTURA	488.700,00	600.202,69	67.353,59	268.839,62	98.102,35	272.008,81	5,26	45,32	328.193,88
20.606	EXTENÇÃO RURAL	488.700,00	600.202,69	67.353,59	268.839,62	98.102,35	272.008,81	5,26	45,32	328.193,88
	Subtotal	7.603.585,00	8.726.258,33	933.757,23	4.482.381,79	1.009.714,08	4.411.226,06	85,35	50,55	4.315.032,27
22	INDÚSTRIA	11.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	11.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
	Subtotal	7.614.585,00	8.827.258,33	933.757,23	4.482.381,79	1.009.714,08	4.411.226,06	85,35	49,97	4.416.032,27
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	50.100,00	26.100,00	0,00	195,33	0,00	195,33	0,00	0,75	25.904,67
23.695	TURISMO	50.100,00	26.100,00	0,00	195,33	0,00	195,33	0,00	0,75	25.904,67
	Subtotal	7.664.685,00	8.853.358,33	933.757,23	4.482.577,12	1.009.714,08	4.411.421,39	85,35	49,83	4.441.936,94
26	TRANSPORTE	1.214.460,00	1.645.000,00	159.483,98	710.097,20	169.602,99	698.526,66	13,52	42,46	946.473,34

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.214.460,00	1.645.000,00	159.483,98	710.097,20	169.602,99	698.526,66	13,52	42,46	946.473,34
	Subtotal	8.879.145,00	10.498.358,33	1.093.241,21	5.192.674,32	1.179.317,07	5.109.948,05	98,87	48,67	5.388.410,28
27	DESPORTO E LAZER	107.000,00	92.925,47	10.101,02	58.413,09	10.101,02	58.413,09	1,13	62,86	34.512,38
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	81.000,00	62.000,00	10.101,02	34.487,62	10.101,02	34.487,62	0,67	55,63	27.512,38
27.813	LAZER	26.000,00	30.925,47	0,00	23.925,47	0,00	23.925,47	0,46	77,36	7.000,00
	Subtotal	8.986.145,00	10.591.283,80	1.103.342,23	5.251.087,41	1.189.418,09	5.168.361,14	100,00	48,80	5.422.922,66
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	597.855,00	597.855,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.855,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	597.855,00	597.855,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.855,00
	Subtotal	9.584.000,00	11.189.138,80	1.103.342,23	5.251.087,41	1.189.418,09	5.168.361,14	100,00	46,19	6.020.777,66
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	580.000,00	610.000,00	89.346,46	280.182,77	89.346,46	280.182,77	5,42	45,93	329.817,23
	TOTAL (III)=(I+II)	10.164.000,00	11.799.138,80	1.192.688,69	5.531.270,18	1.278.764,55	5.448.543,91	105,42	46,18	6.350.594,89

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	580.000,00	610.000,00	89.346,46	280.182,77	89.346,46	280.182,77	5,42	45,93	329.817,23
01	LEGISLATIVA	1.000,00	1.000,00	98,46	98,46	98,46	98,46	0,00	9,85	901,54
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.000,00	1.000,00	98,46	98,46	98,46	98,46	0,00	9,85	901,54
04	ADMINISTRAÇÃO	40.000,00	70.000,00	18.799,71	61.342,63	18.799,71	61.342,63	1,19	87,63	8.657,37
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	40.000,00	70.000,00	18.799,71	61.342,63	18.799,71	61.342,63	1,19	87,63	8.657,37
10	SAÚDE	76.000,00	76.000,00	21.919,51	64.799,84	21.919,51	64.799,84	1,25	85,26	11.200,16
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	76.000,00	76.000,00	21.919,51	64.799,84	21.919,51	64.799,84	1,25	85,26	11.200,16
12	EDUCAÇÃO	338.000,00	338.000,00	29.557,86	89.403,89	29.557,86	89.403,89	1,73	26,45	248.596,11
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	328.000,00	328.000,00	29.557,86	89.403,89	29.557,86	89.403,89	1,73	27,26	238.596,11
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
26	TRANSPORTE	125.000,00	125.000,00	18.970,92	64.537,95	18.970,92	64.537,95	1,25	51,63	60.462,05
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	125.000,00	125.000,00	18.970,92	64.537,95	18.970,92	64.537,95	1,25	51,63	60.462,05
	TOTAL	580.000,00	610.000,00	89.346,46	280.182,77	89.346,46	280.182,77	5,42	45,93	329.817,23

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (I)	355.000,00	355.000,00	71.382,15	232.126,78	216.522,23
RECEITAS CORRENTES	355.000,00	355.000,00	71.382,15	232.126,78	216.522,23
Receita de Contribuições	160.000,00	160.000,00	26.543,81	89.474,11	216.522,23
Pessoal Civil	160.000,00	160.000,00	26.543,81	89.474,11	76.536,30
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	160.000,00	160.000,00	26.543,81	89.474,11	76.536,30
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	195.000,00	195.000,00	44.838,34	142.652,67	139.985,93
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	195.000,00	195.000,00	44.838,34	142.652,67	139.985,93
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.) (II)	200.000,00	200.000,00	42.406,91	141.525,20	133.258,98
Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)	555.000,00	555.000,00	113.789,06	373.651,98	349.781,21

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (VI)	190.000,00	340.000,00	42.735,32	173.209,25	137.209,84
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.000,00	340.000,00	42.735,32	173.209,25	137.209,84
Pessoal e Encargos Sociais	160.000,00	310.000,00	42.735,32	173.209,25	137.209,84
Pessoal Civil	0,00	0,00	42.735,32	173.209,25	137.209,84
Aposentadorias	0,00	0,00	33.196,40	133.218,99	98.556,62
Pensões	0,00	0,00	9.538,92	39.990,26	38.653,22
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	190.000,00	340.000,00	42.735,32	173.209,25	137.209,84

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) **365.000,00** **215.000,00** **71.053,74** **200.442,73** **212.571,37**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS**Previsão Orçamentária**

Valor	360.000,00
-------	------------

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior (07/2010)	Anterior(2009)	Atual (2010)
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Bancos Conta Movimento	388.388,31	339.780,87	403.198,11
Investimentos dos Regimes Proprios de Previdencia	2.019.642,60	1.918.899,86	2.037.371,42

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		Exercício
			No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	200.000,00	200.000,00	42.406,91	141.525,20	133.258,98
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	42.406,91	141.525,20	133.258,98
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	200.000,00	200.000,00	42.406,91	141.525,20	133.258,98
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME	200.000,00	200.000,00	42.406,91	141.525,20	133.258,98
Contrib . Patro. Serv. Civil Ativo	200.000,00	200.000,00	42.406,91	141.525,20	133.258,98
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	200.000,00	200.000,00	42.406,91	141.525,20	133.258,98

	Dotação Inicial	Dotação p/ o Exercício	Despesas Liquidadas		Período de
			No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício	Bimestre	Bimestre
	Anterior (A)	Anterior (B)	Atual (C)
Divida Consolidada (I)	156.744,10	105.370,91	90.690,23
DEDUÇÕES (II)	618.955,43	820.016,45	829.234,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	618.955,43	820.016,45	829.234,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-462.211,33	-714.645,54	-738.544,35
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-462.211,33	-714.645,54	-738.544,35

	Período de Referência	
	No Bimestre	Até Bimestre
	(c-b)	(c-a)
RESULTADO NOMINAL	-23.898,81	-276.333,02

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	406.394,18

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Saldo		
	Exercício	Bimestre	Bimestre
	Anterior (A)	Anterior (B)	Atual (C)
Divida Consolidada (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	1.704.615,31
DEDUÇÕES (VIII)	2.258.680,73	2.373.469,67	2.440.569,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.258.680,73	2.373.469,67	2.440.569,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-554.065,42	-668.854,36	-735.954,22
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-554.065,42	-668.854,36	-735.954,22

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+=[CPL]=-----{ 001 }+	
Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primario	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO	

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	9.073.000,00	1.319.318,75	5.250.220,67	4.705.684,83
Receita Tributária	325.800,00	27.222,78	174.911,44	164.481,25
IPTU	70.000,00	4.863,10	50.303,62	25.423,41
ISS	33.000,00	7.359,16	35.472,92	40.403,27
IRRF	53.000,00	8.899,02	33.242,19	23.158,40
ITBI	33.000,00	1.890,04	8.826,30	7.603,13
Outras	136.800,00	4.211,46	47.066,41	67.893,04
Receita de Contribuição	543.000,00	106.864,50	363.637,99	324.130,84
Receita Previdenciária	217.000,00	43.842,27	145.330,80	123.436,93
Outras Contribuições	50.000,00	6.423,59	25.549,32	22.952,30
Receitas Previdenciarias	276.000,00	56.598,64	192.757,87	177.741,61
Receita Patrimonial Liquida	0,00	290,00	1.461,30	273,10
Receita Patrimonial	300.000,00	66.478,72	217.963,48	195.018,34
(-) Aplicações Financeiras	300.000,00	66.188,72	216.502,18	194.745,24
Transferências Correntes	8.073.200,00	1.167.454,44	4.664.133,60	4.172.849,46
FPM	4.000.000,00	465.646,10	2.030.180,28	1.924.456,30
ICMS	2.490.000,00	419.325,81	1.624.388,50	1.311.789,17
Outras Transferências	1.583.200,00	282.482,53	1.009.564,82	936.603,99
Demais Receitas Correntes	131.000,00	17.487,03	46.076,34	43.950,18
Dívida Ativa	22.000,00	1.353,04	7.999,28	11.244,08
Diversas Receitas Correntes	109.000,00	16.133,99	38.077,06	32.706,10
Receitas de Capital (II)	791.000,00	0,00	368.615,00	498.100,01
(-) Operações de Crédito (III)	300.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	51.000,00	0,00	23.015,00	108.100,01
Transferências de Capital	440.000,00	0,00	345.600,00	390.000,00
Outras Transferências de Capital	440.000,00	0,00	345.600,00	390.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	440.000,00	0,00	345.600,00	390.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	9.513.000,00	1.319.318,75	5.595.820,67	5.095.684,83

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	8.777.754,98	1.247.023,70	4.646.310,27	4.022.889,48
Pessoal e Encargos Sociais	3.914.689,11	581.000,15	2.271.920,42	1.979.846,01
Outras Despesas Correntes	4.849.865,87	664.968,65	2.368.486,54	2.030.336,16
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	13.200,00	1.054,90	5.903,31	12.707,31
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	8.764.554,98	1.245.968,80	4.640.406,96	4.010.182,17
Despesas de Capital (XI)	2.423.528,82	31.740,85	802.233,64	243.070,60
Investimentos	2.224.528,82	17.060,17	736.179,77	173.180,57
Inversões Financeiras	100.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	99.000,00	14.680,68	66.053,87	69.890,03
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.324.528,82	17.060,17	736.179,77	173.180,57
Reserva de Conting. (XVI)	597.855,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	67.099,86	181.888,80	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	11.686.938,80	1.330.128,83	5.558.475,53	4.183.362,74
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.173.938,80	-10.810,08	37.345,14	912.322,09
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			937.229,98	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-538.800,00



```
+=[ CPL ]=-----{ 002 }+
|
| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
+-----+
```

LRF, Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
| Orçamento da Seguridade Social |
| JANEIRO A AGOSTO 2010 |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERV.PUBLICOS DE PINHEIRO PRETO - IPREPI										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SISTEMA ASSIST.MÉDICA HOSPITALAR SERVIDORES PINHEIRO PRETO-SIMASPP										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2009				Em 31 de Dez. de 2009				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de PINHEIRO PRETO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	198.000,00	198.000,00	24.049,55	133.463,49	67,41
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	94.000,00	94.000,00	6.338,13	57.669,28	61,35
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	70.000,00	70.000,00	4.863,10	50.303,62	71,86
1.1.2- Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.000,00	151,99	235,90	11,80
1.1.2- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	5.000,00	5.000,00	0,00	488,48	9,77
1.1.3- Receita de Divida Ativa Tributária	17.000,00	17.000,00	1.323,04	6.641,28	39,07
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	33.000,00	33.000,00	1.890,04	8.826,30	26,75
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	33.000,00	33.000,00	1.890,04	8.826,30	26,75
1.3 - Receita Resultante do - ISS	33.000,00	33.000,00	6.922,36	33.725,72	102,20
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	33.000,00	33.000,00	6.922,36	33.725,72	102,20
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	38.000,00	38.000,00	8.899,02	33.242,19	87,48
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	38.000,00	38.000,00	2.491,34	17.317,86	45,57
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros	0,00	0,00	6.407,68	15.924,33	0,00
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.577.500,00	8.577.500,00	1.190.344,70	4.854.225,76	56,59
2.1 - Cota Parte do FPM	5.000.000,00	5.000.000,00	582.057,51	2.537.725,06	50,75
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.000.000,00	5.000.000,00	582.057,51	2.537.725,06	50,75
2.2- Cota-Parte do ICMS	3.112.500,00	3.112.500,00	524.157,01	2.030.484,73	65,24
2.3- Transf. Financeiras do ICMS - Deson.-LC n. 87	37.500,00	37.500,00	3.407,12	13.628,48	36,34
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	87.500,00	87.500,00	11.874,05	42.350,66	48,40
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.500,00	2.500,00	13,50	13,50	0,54
2.6- Cota-Parte do IPVA	337.500,00	337.500,00	68.835,51	230.023,33	68,16
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	8.775.500,00	8.775.500,00	1.214.394,25	4.987.689,25	56,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c) = (b/a) x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	168.600,00	168.600,00	23.559,22	76.671,68	45,48
5.1- Transf.do FNDE Prog. Salário-Educação	56.600,00	56.600,00	9.352,02	39.263,68	69,37
5.2- Transf.do FNDE Prog. Dinheiro Direto na Escol	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Fundam.	6.000,00	6.000,00	2.280,00	6.840,00	114,00
5.2- Trnasf.do FNDE Prog. Nac. At. Transp. Escolar	25.000,00	25.000,00	10.427,20	26.068,00	104,27
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Creche -	6.000,00	6.000,00	192,00	576,00	9,60
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Pré - PN	6.000,00	6.000,00	1.308,00	3.924,00	65,40
5.2- Programa de Atenção a Criança - PAC	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Eja - PN	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Médio -	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transf.Diretas Fundo Nac. Desenv. Educ	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	260.900,00	260.900,00	17.353,68	103.061,06	39,50
6.1- Transf. Convênios da União Destin. a Prog. de	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transf. Convênio Transporte Escolar Estadual	8.900,00	8.900,00	17.353,68	52.061,06	584,96
6.1- Outros Convênio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Conv. da União Destin. a Pr	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Conv.dos Estados Destin.a P	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Outras Transferências de Convênio dos Estados	30.000,00	30.000,00	0,00	51.000,00	170,00
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	429.500,00	429.500,00	40.912,90	179.732,74	41,85



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de PINHEIRO PRETO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

		FUNDEB				
		Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB		Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c)=(b/a)x100
10.0	RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.715.500,00	1.715.500,00	238.068,49	970.843,60	56,59
10.1	Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.000.000,00	1.000.000,00	116.411,41	507.544,78	50,75
10.2	Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	622.500,00	622.500,00	104.831,20	406.096,23	65,24
10.3	ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	7.500,00	7.500,00	681,42	2.725,68	36,34
10.4	Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	17.500,00	17.500,00	2.374,81	8.470,13	48,40
10.5	C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	500,00	500,00	2,70	2,70	0,54
10.6	Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	67.500,00	67.500,00	13.766,95	46.004,08	68,15
11.0	- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	445.000,00	445.000,00	100.031,45	395.469,96	88,87
11.1	- Transferencias de Recursos do FUNDEB	440.000,00	440.000,00	99.814,27	394.746,94	89,72
11.3	- Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	5.000,00	5.000,00	217,18	723,02	14,46
12.0	-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	1.275.500,00	1.275.500,00	138.254,22	576.096,66	45,17

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas			%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f)=(e/d)x100	
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	439.000,00	550.065,68	89.186,20	391.960,04	71,26	
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13.2 - Com Ensino Fundamental	439.000,00	550.065,68	89.186,20	391.960,04	71,26	
14.0 - OUTRAS DESPESAS	1.000,00	1.000,00	0,00	159,00	15,90	
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2 - Com Ensino Fundamental	1.000,00	1.000,00	0,00	159,00	15,90	
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	440.000,00	551.065,68	89.186,20	392.119,04	71,16	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	0,00
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11) x 100)	% 99,11

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	9.695,47
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009	0,00

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.193.875,00	2.193.875,00	303.598,56	1.246.922,31	56,84
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim. (e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	193.000,00	193.000,00	5.854,59	26.454,65	13,71
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	193.000,00	193.000,00	5.854,59	26.454,65	13,71
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.089.600,00	2.580.617,05	193.692,23	907.285,44	35,16
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	440.000,00	551.065,68	89.186,20	392.119,04	71,16
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	1.649.600,00	2.029.551,37	104.506,03	515.166,40	25,38
25.0 - ENSINO MEDIO	10.300,00	20.600,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)						R\$ 1,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	35.500,00	121.000,00	11.718,00	46.609,17	38,52	
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28.0 - OUTRAS	13.200,00	26.400,00	2.200,00	7.700,00	29,17	
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	2.341.600,00	2.941.617,05	213.464,82	988.049,26	33,59	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	576.096,66
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	723,02
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	575.373,64
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	1.509.113,73

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100)	%	30,26
----------------------------------------------------------------------------------	---	-------

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	56.600,00	113.200,00	2.055,90	2.855,90	2,52
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	862.945,00	1.971.385,82	137.168,66	596.874,75	30,28
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	919.545,00	2.084.585,82	139.224,56	599.730,65	28,77
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	3.261.145,00	5.026.202,87	352.689,38	1.587.779,91	31,59

	Saldo	Cancelado
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA	Até o	em
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	Bimestre	2009 (g)
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	9.695,47	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	394.746,94	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	383.484,82	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	723,02	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	22.403,63	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2°, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1° do art.6° desta Lei, poderão ser utilizados no 1° trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN




```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações de Crédito Internas	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	2.423.528,82	31.740,85	802.233,64	1.621.295,18
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.423.528,82	31.740,85	802.233,64	1.621.295,18
--------------------------------	--------------	-----------	------------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-2.123.528,82	-31.740,85	-802.233,64	-1.321.295,18
---------------------	---------------	------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
| Orçamento da Seguridade Social |
| JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	51.000,00	23.015,00	27.985,00
Alienação de Outros Bens Móveis	50.000,00	23.015,00	26.985,00
Alienação de Outros Bens Imóveis	1.000,00	0,00	1.000,00
Total	51.000,00	23.015,00	27.985,00

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	105.203,24	128.703,24	-23.500,00
Despesas de Capital	105.203,24	128.703,24	-23.500,00
Investimentos	105.203,24	128.703,24	-23.500,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	105.203,24	128.703,24	-23.500,00

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	105.203,24	-105.688,24	-485,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim. (b)	% (b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	8.797.500,00	8.797.500,00	4.994.250,72	56,77
Impostos	220.000,00	220.000,00	140.024,96	63,65
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	70.000,00	70.000,00	50.303,62	71,86
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	53.000,00	53.000,00	17.317,86	32,68
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Outros Rendime	0,00	0,00	15.924,33	0,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	33.000,00	33.000,00	8.826,30	26,75
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	33.000,00	33.000,00	35.472,92	107,49
Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.000,00	235,90	11,80
Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de Tribut	7.000,00	7.000,00	4.814,27	68,78
Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/Prop.Ter	5.000,00	5.000,00	488,48	9,77
Receita de Divida Ativa Tributária	17.000,00	17.000,00	6.641,28	39,07
Receitas de transf. constitucionais e Legais	8.577.500,00	8.577.500,00	4.854.225,76	56,59
da União	5.040.000,00	5.040.000,00	2.551.367,04	50,62
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.000.000,00	5.000.000,00	2.537.725,06	50,75
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.500,00	2.500,00	13,50	0,54
Transf. Financeiras do ICMS - Deson.-LC n. 87/9	37.500,00	37.500,00	13.628,48	36,34
do Estado	3.537.500,00	3.537.500,00	2.302.858,72	65,10
Cota-Parte do ICMS	3.112.500,00	3.112.500,00	2.030.484,73	65,24
Cota-Parte do IPVA	337.500,00	337.500,00	230.023,33	68,16
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	87.500,00	87.500,00	42.350,66	48,40
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	388.200,00	388.200,00	108.867,64	28,04
da União para o Município	308.200,00	308.200,00	95.673,64	31,04
BLATB - Pab Fixo	60.000,00	60.000,00	36.252,00	60,42
BLVGS - Piso Fixo de Vigilância e Prog. da Saúde	6.000,00	6.000,00	2.943,72	49,06
BLAFB - Programa de Assistência Farmacêutica Bás	15.000,00	15.000,00	10.062,73	67,08
BLVGS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitá	8.000,00	8.000,00	5.400,00	67,50
BLATB - Saúde da Família - Pab Variável	90.000,00	90.000,00	19.200,00	21,33
BLATB - Agentes Comunitários de Saúde - Pab Vari	60.000,00	60.000,00	13.671,00	22,78
BLVGS - Teto Financeiro de Vigilância em Saúde -	8.000,00	8.000,00	3.893,94	48,67
BLATB - Saúde Bucal - Pab Variável	25.000,00	25.000,00	4.000,00	16,00
BLMAC - Média e Alta Complexidade	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
BLVGS - Piso Estratég./Ger. de Risco VS/Prod. e	16.000,00	16.000,00	250,25	1,56
Fundação de Assistência Estratégica	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
Outros Programas de Saude	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Transf. de Conv. União p/Sistema Unico de Saúde	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	80.000,00	80.000,00	13.194,00	16,49
Sistema de Informação Ambulatorial - SIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica Bási	0,00	0,00	9.144,00	0,00
Cofinanciamento da Atenção Básica - AB	0,00	0,00	4.050,00	0,00
Programa Saude da Familia	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00
Programa Saude Bucal	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Programa Farmacia Basica	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
Outras Transferencias dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Conv. dos Estados p/Sist.Unico	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
Transferências de Conv.dos Estados p/Sist.Único	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
(-)Dedução para o Fundef	-1.715.500,00	-1.715.500,00	-970.843,60	56,59
Total de Receita de Impostos	7.470.200,00	7.470.200,00	4.132.274,76	55,32

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	Inicial	Atualizada (c)	Até o Bim. (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	1.592.199,10	1.682.777,60	1.044.992,28	62,10
Pessoal e Encargos Sociais	663.999,10	674.686,53	498.143,99	73,83
Outras Despesas Correntes	928.200,00	1.008.091,07	546.848,29	54,25
Despesas de Capital	67.000,90	141.739,54	122.899,37	86,71
Investimentos	67.000,90	141.739,54	122.899,37	86,71
Total	1.659.200,00	1.824.517,14	1.167.891,65	64,01

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.167.891,65	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	5.000,00	5.000,00	3.423,44	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	5.000,00	5.000,00	3.423,44	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	170.912,89	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	993.555,32	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2009 (e)	Aplic.Apurada em 2009 (F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2009	Can.em 2010 (g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	15,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na
 Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% 19,89

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.659.200,00	1.824.517,14	1.167.891,65	100,00
Total	1.659.200,00	1.824.517,14	1.167.891,65	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	5.000,00	5.000,00	3.423,44	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	5.000,00	5.000,00	3.423,44	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	170.912,89	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	1.659.200,00	1.824.517,14	993.555,32	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
 EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
 SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
 SANDRA R. P. BRESSAN



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de PINHEIRO PRETO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	10.164.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	10.164.000,00
Receitas Realizadas	1.385.507,47	5.835.337,85
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	937.229,98
Déficit Orçamentário	0,00	1.635.138,80

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	10.164.000,00
Dotação Atualizada	0,00	11.799.138,80
Despesas Empenhadas	1.192.688,69	5.531.270,18
Despesas Liquidadas	1.278.764,55	5.448.543,91
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.192.688,69	5.531.270,18
Despesas Liquidadas	1.278.764,55	5.448.543,91

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	7.795.339,15

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	113.789,06	373.651,98
Despesas Previdenciarias (IV)	42.735,32	173.209,25
Resultado Previdenciário (III-IV)	71.053,74	200.442,73

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	406.394,18	-276.333,02	-67,9963
Resultado Primario	-538.800,00	37.345,14	-6,9312

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de PINHEIRO PRETO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	30,2568
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	99,1125
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	300.000,00
Despesa de Capital Líquida	802.233,64	1.621.295,18

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	373.651,98	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	173.209,25	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	200.442,73	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	23.015,00	27.985,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	128.703,24	-23.500,00

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	993.555,32	15,00	19,89

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKE

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



+[CPL]-----{ 001 }+
 |
 | Município de PINHEIRO PRETO
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 | Balanço Orçamentário
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 | JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
 |-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.888.000,00	9.888.000,00	1.328.908,83	13,440	5.642.579,98	57,060	4.245.420,02
RECEITAS CORRENTES	9.097.000,00	9.097.000,00	1.328.908,83	14,610	5.273.964,98	57,970	3.823.035,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	325.800,00	325.800,00	27.222,78	8,360	174.911,44	53,690	150.888,56
IMPOSTOS	189.000,00	189.000,00	23.011,32	12,180	127.845,03	67,640	61.154,97
TAXAS	94.600,00	94.600,00	4.211,46	4,450	46.078,54	48,710	48.521,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM	42.200,00	42.200,00	0,00	0,000	987,87	2,340	41.212,13
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	267.000,00	267.000,00	50.265,86	18,830	170.880,12	64,000	96.119,88
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	217.000,00	217.000,00	43.842,27	20,200	145.330,80	66,970	71.669,20
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	50.000,00	50.000,00	6.423,59	12,850	25.549,32	51,100	24.450,68
RECEITA PATRIMONIAL	300.000,00	300.000,00	66.478,72	22,160	217.963,48	72,650	82.036,52
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	290,00	0,000	1.461,30	0,000	-1.461,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	265.000,00	265.000,00	64.174,72	24,220	209.226,18	78,950	55.773,82
Outras Receitas Patrimoniais	35.000,00	35.000,00	2.014,00	5,750	7.276,00	20,790	27.724,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,000	390,00	0,000	-390,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,000	390,00	0,000	-390,00
RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	5.195,00	10,390	15.246,50	30,490	34.753,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.073.200,00	8.073.200,00	1.167.454,44	14,460	4.664.133,60	57,770	3.409.066,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.961.300,00	7.961.300,00	1.148.386,41	14,420	4.547.566,10	57,120	3.413.733,90
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	111.900,00	111.900,00	19.068,03	17,040	116.567,50	104,170	-4.667,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.000,00	81.000,00	12.292,03	15,180	30.439,84	37,580	50.560,16
MULTAS E JUROS DE MORA	9.000,00	9.000,00	2.030,61	22,560	5.193,81	57,710	3.806,19
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	22.000,00	22.000,00	1.353,04	6,150	7.999,28	36,360	14.000,72
RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	50.000,00	8.908,38	17,820	17.246,75	34,490	32.753,25
RECEITAS DE CAPITAL	791.000,00	791.000,00	0,00	0,000	368.615,00	46,600	422.385,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	51.000,00	51.000,00	0,00	0,000	23.015,00	45,130	27.985,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,000	23.015,00	46,030	26.985,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	440.000,00	440.000,00	0,00	0,000	345.600,00	78,550	94.400,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	440.000,00	440.000,00	0,00	0,000	345.600,00	78,550	94.400,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	276.000,00	276.000,00	56.598,64	20,510	192.757,87	69,840	83.242,13
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	10.164.000,00	10.164.000,00	1.385.507,47	100,000	5.835.337,85	100,000	4.328.662,15
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	10.164.000,00	10.164.000,00	1.385.507,47	100,000	5.835.337,85	100,000	4.328.662,15
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	10.164.000,00	10.164.000,00	1.385.507,47		5.835.337,85		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	937.229,98	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	937.229,98	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	937.229,98	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM				
								RESTOS A PAGAR				
								NÃO		%		
DESPESAS		D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)	Saldo a	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada		Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício			Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)					(g)	(h)	(f - (g+h))		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	9.584.000,00	1.605.138,80	11.189.138,80		1.103.342,23	5.251.087,41	1.189.418,09	5.168.361,14	0,00	46,19	6.020.777,66	
DESPESAS CORRENTES	7.388.144,10	779.610,88	8.167.754,98		1.072.586,56	4.448.423,41	1.157.677,24	4.366.127,50	0,00	53,46	3.801.627,48	
Pessoal e Encargos Sociais	3.091.999,10	221.353,11	3.313.352,21		488.883,82	1.999.800,69	493.425,89	1.996.940,25	0,00	60,27	1.316.411,96	
Juros/Encargos da Dívida	13.200,00	0,00	13.200,00		1.054,90	5.903,31	1.054,90	5.903,31	0,00	44,72	7.296,69	
Outras despesas Correntes	4.282.945,00	558.257,77	4.841.202,77		582.647,84	2.442.719,41	663.196,45	2.363.283,94	0,00	48,82	2.477.918,83	
DESPESAS DE CAPITAL	1.598.000,90	825.527,92	2.423.528,82		30.755,67	802.664,00	31.740,85	802.233,64	0,00	33,10	1.621.295,18	
Investimentos	1.499.000,90	725.527,92	2.224.528,82		16.074,99	736.610,13	17.060,17	736.179,77	0,00	33,09	1.488.349,05	
Inversões Financeiras	0,00	100.000,00	100.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
Amortização da Dívida	99.000,00	0,00	99.000,00		14.680,68	66.053,87	14.680,68	66.053,87	0,00	66,72	32.946,13	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	597.855,00	0,00	597.855,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.855,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	580.000,00	30.000,00	610.000,00		89.346,46	280.182,77	89.346,46	280.182,77	0,00	45,93	329.817,23	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	10.164.000,00	1.635.138,80	11.799.138,80		1.192.688,69	5.531.270,18	1.278.764,55	5.448.543,91	0,00	46,18	6.350.594,89	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	10.164.000,00	1.635.138,80	11.799.138,80		1.192.688,69	5.531.270,18	1.278.764,55	5.448.543,91	0,00	46,18	6.350.594,89	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-		-	-	386.793,94	386.793,94	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	10.164.000,00	1.635.138,80	11.799.138,80		1.192.688,69	5.531.270,18	1.385.507,47	5.835.337,85	0,00	46,18	6.350.594,89	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS					
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO	
	(a)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	76.000,00	76.000,00	14.191,73	18,670	51.232,67	67,410	24.767,33	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	200.000,00	200.000,00	42.406,91	21,200	141.525,20	70,760	58.474,80	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	42.406,91	21,200	141.525,20	70,760	58.474,80	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	76.000,00	76.000,00	14.191,73	18,670	51.232,67	67,410	24.767,33	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	276.000,00	276.000,00	56.598,64	20,510	192.757,87	69,840	83.242,13	
TOTAL	276.000,00	276.000,00	56.598,64		192.757,87		83.242,13	

									INSCRITAS EM			
									RESTOS A PAGAR			
									NÃO	%	Saldo a	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	EMPENHADA		LIQUIDADADA		PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar		
	(d)	(e)	(f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	(h)	(f)	(f-(g+h))		
DESPESAS CORRENTES	580.000,00	30.000,00	610.000,00	89.346,46	280.182,77	89.346,46	280.182,77	0,00	45,93	329.817,23		
Pessoal e Encargos Sociais	580.000,00	30.000,00	610.000,00	89.346,46	280.182,77	89.346,46	280.182,77	0,00	45,93	329.817,23		
TOTAL	580.000,00	30.000,00	610.000,00	89.346,46	280.182,77	89.346,46	280.182,77	0,00	45,93	329.817,23		

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
EUZÉBIO CALISTO VIECELIContador CRC/SC 031218/0-9
SIMONE RABUSKEResponsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 807/2010 - RH

PORTARIA Nº 807, de 27 de agosto de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os exames médicos de Diego Alfredo Pinto;

CONSIDERANDO o Laudo Social expedido pela Assistência Social deste Município;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 27 de agosto de 2010, pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos, de acordo com o Art. 125, da Lei Municipal 2055/94, a servidora Maria Isolete Pissaia Pinto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível I.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 808/2010 - RH

PORTARIA Nº 808, de 30 de agosto de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 30 de agosto a 07 de dezembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alcemir José Leandro, para exercer as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição ao servidor efetivo Antonio Szykoviak que se encontra em férias e posteriormente noventa dias de Licença Prêmio.

Art 2º O contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 809/2010 - RH

PORTARIA Nº 809, de 31 de agosto de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Dércio Luis Klieemann, das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 810/2010 - RH

PORTARIA Nº 810, de 31 de agosto de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Nelci Schneider, das funções do cargo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 811/2010 - RH

PORTARIA Nº 811, de 31 de agosto de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Zilda Aquino Stachera, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte



Portaria nº 812/2010 - RH

PORTARIA Nº 812, de 31 de agosto de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 31 de agosto a 29 de setembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Aparecida Oliveira Bueno, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, em substituição à servidora efetiva Cirlei de Paula, que se encontra afastada para tratamento de Saúde.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional da Lança, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de agosto de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 813/2010 - RH

PORTARIA Nº 813, de 01 de setembro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 a 15 de setembro de 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Leise Cristina Zanatta, para exercer as funções do cargo de Professor 1ª a 4ª série, do ensino fundamental, 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em substituição à servidora efetiva Kátia Cordeiro Ribeiro, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional do Legru, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 814/2010 - RH

PORTARIA Nº 814, de 01 de setembro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dércio Luis Kliemann, para exercer a função do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, no período de 01 de setembro de 2010 a 17 de dezembro 2010 ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2010.

Porto União - SC, em 01 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 815/2010 - RH

PORTARIA Nº 815, de 01 de setembro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Neylton Lucas de Melo, para exercer a função do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo II, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, no período de 01 de setembro de 2010 a 17 de dezembro 2010 ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2010.

Porto União - SC, em 01 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Portaria nº 816/2010 - RH

PORTARIA Nº 816, de 01 de setembro de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso



II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de setembro a 21 de dezembro 2010, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Nelci Schneider, para exercer as funções do cargo de Professor Educação Infantil, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, em virtude do pedido de prorrogação do prazo para assumir a vaga, solicitado pela candidata aprovada em concurso público para o cargo, e posteriormente, em substituição à servidora efetiva Edi Aparecida de Lima Mitzko, que entrará em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner e posteriormente no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de setembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Cultura e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Alteração Concorrência Pública Internacional 090/10

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que fica alterado a redação do item 2 - DO TIPO DE LICITAÇÃO E OBJETO A LICITAR, do Edital de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 090/2010, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

" 2- DO TIPO DE LICITAÇÃO E OBJETO A LICITAR

2.1 - Esta concorrência é do tipo "menor preço global", cujo objeto se constitui na aquisição de de um Conjunto de Ferramentas Hidráulicas para Salvamento e Resgate, com seus equipamentos, sobressalentes e demais componentes, em lote único na modalidade de importação FOB (Free On Board ou Livre a bordo). Os Conjuntos deverão ser ofertados conforme as Especificações Técnicas contidas no Anexo I , as quais serão qualificadas, conforme os termos deste Edital, as quais, após selecionadas, passarão por vistoria de condição por parte , da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Santa Catarina

2.2 - O valor máximo desta licitação é de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil Reais).

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2010

CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 090/2010

ANEXO I - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

01 (UM) Conjunto de Ferramentas Hidráulicas para Salvamento e Resgate, destinados ao uso da 3ª Cia do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina sediado em Rio do Sul - SC, composto de:

Item	Descrição
01	Unidade de força, para o acionamento das ferramentas de salvamento e resgate, para operação simultânea de duas ferramentas, pressão de trabalho entre 9000 e 10500 libras-força / polegada quadrada. A bomba deve utilizar óleo hidráulico mineral não tóxico, com capacidade entre 3.000 ml e 4.000 ml, ser acionada por motor a gasolina 4 tempos, com potência mínima de 3,0 HP, dotado de sistema de engate único para cada mangueira ou par de mangueiras. Peso máximo de 32 kg, pronto para uso. Deve ser certificada pela NFPA e/ou EN.
02	Duas mangueiras ou pares de mangueiras em cores diferentes com conexões únicas nas duas pontas do tipo engate rápido medindo 10 m cada uma delas, compatível com as ferramentas e a unidade de força, de modo que permita a substituição das ferramentas, no local do trabalho, mesmo com o sistema pressurizado. Deve ser certificada pela NFPA e/ou EN.
03	Tesoura hidráulica de salvamento e resgate p/ corte, com abertura mínima de 170 mm, capacidade máxima de corte no mínimo de 1010 KN/ 103 t, na parte posterior das lâminas. A ferramenta deverá dispor de punho de sustentação que proporcione empunhadura e fácil troca de posição da ferramenta em no mínimo giro de 180º para facilitar o posicionamento do operador, ter conexão única do tipo engate rápido. Deverá pesar no máximo 20 kg. Deve ser certificada pela NFPA e/ou EN.
04	Cilindro expensor telescópico (em dois estágios), com força de expansão mínima no 1º estágio de 185 kN e 80 kN no 2º estágio, medindo fechado, entre 530 mm e 660 mm e estendido entre 1250 mm e 1500 mm. Peso máximo de 21 kg. Deve ter conexão única do tipo engate rápido. Deve ser certificada pela NFPA e/ou EN.
05	Ferramenta tipo separador, peso máximo de 25 kg, abertura da lâmina medido na ponta com distância de separação entre 810 mm e 835 mm, força de separação máxima de no mínimo 145 kN medido na parte posterior das pontas. Deve ter conexão única do tipo engate rápido. Deve ser certificada pela NFPA e/ou EN.
06	Ferramenta de corte compacta do tipo cortador de pedal, com peso não superior à 6,5 Kg. Força de corte no mínimo de 130 kN, abertura da lâmina entre 25 mm a 50 mm. Deve ter conexão única do tipo engate rápido.

ACESSÓRIOS

Item	Descrição
07	10 (dez) pares de luva para serviços de resgate com certificação de Norma NFPA ou EN, com as seguintes características: - Parte interna constituído de couro sintético, - Os reforços da palma da mão e dos dedos confeccionados com AMORTEX, - Costuras duplas em kevlar - punho elástico, - confecção em tela de cordura Schoeller para maior elasticidade e resistência abrasiva. - quantidades: 06 tamanho L (médio), 04 tamanho XL (grande)

Rio do Sul, 22 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal



Pregão Presencial 104/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2010

OBJETO: Registro de preços para aquisição de lâminas, dentes, unhas e suportes para reposição em equipamentos da Secretarias de Obras

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/10/2010, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 06/10/2010, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 23 de setembro de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 056/2010

RESUMO DE ADITIVO Nº 056/2010 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 015/2010

Concorrência nº 095/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: GAERTNER OBRAS DE ENGENHARIA LTDA.

Do Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DO BECO ITAIÓPOLIS EM RIO DO SUL

Dos Acréscimos: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 8.327,40 (oito mil, trezentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 29 de julho de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 054/2010

RESUMO DE ADITIVO Nº 054/2010 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 021/2010

Tomada de Preços: nº 012/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Maurício Ely Puttkammer - ME.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS PARA DRENAGEM URBANA

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 12 de agosto de 2010.

Rio do Sul, 05 de julho de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 055/2010

RESUMO DE ADITIVO Nº 055/2010 DO CONTRATO DE PRESTA-

ÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 022/2010

Tomada de Preços: nº 012/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS PARA DRENAGEM URBANA

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 12 de outubro de 2010.

Rio do Sul, 05 de julho de 2010.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 058/2010

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 058/2010

Dispensa de licitação: inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666/93

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: LEONIR C. KUMMER,

Objeto: elaboração dos projetos referentes à edificação do Refeitório da Escola Modelo II,

Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: A Vista após apresentação nota fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 02 de julho de 2010

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 059/2010

RESUMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 059/2010

Concorrência: nº 059/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Terraplenagem Azza Ltda

Objeto: execução de obras para pavimentação asfáltica com CAUQ e drenagem da Estrada da Penha em Rio do Sul,

Valor: R\$ 67.583,38 (sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e oito centavos).

Prazo de Entrega: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação nota fiscal

Recurso: Próprio/Badesc

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 20 de julho de 2010

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 060/2010

RESUMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 060/2010

Concorrência: nº 059/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC



Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME
Objeto: execução de obras para pavimentação em lajotas e drenagem da Leopoldo Cardoso em Rio do Sul
Valor: R\$ 157.800,96 (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos reais e noventa e seis centavos).
Prazo de Entrega: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação nota fiscal
Recurso: Próprio/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 20 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 061/2010

RESUMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 061/2010

Concorrência: nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME
Objeto: execução de obras para pavimentação em lajotas e drenagem da rua Verde Vale em Rio do Sul
Valor: R\$ 112.499,63 (cento e doze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos).
Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação nota fiscal
Recurso: Próprio/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 20 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 062/2010

RESUMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 062/2010

Concorrência: nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME
Objeto: execução de obras para pavimentação em lajotas e drenagem da rua Canoinhas em Rio do Sul
Valor: R\$ 195.936,76 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e seis centavos).
Prazo de Entrega: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação nota fiscal
Recurso: Próprio/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 20 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 063/2010

RESUMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 063/2010

Concorrência: nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Terraplenagem Azza Ltda
Objeto: execução de obras para pavimentação asfáltica com CAUQ e drenagem da rua Louro em Rio do Sul
Valor: R\$ 209.021,55 (duzentos e nove mil, vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos).
Prazo de Entrega: 150 (cento e cinquenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação nota fiscal
Recurso: Próprio/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 20 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 064/2010

RESUMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 064/2010

Concorrência: nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME
Objeto: execução de obras para pavimentação em lajotas e drenagem do Beco Alexandre Porthun em Rio do Sul
Valor: R\$ 26.769,57 (vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação nota fiscal
Recurso: Próprio/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 20 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 065/2010

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 065/2010

Concorrência: nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: ENGPAV Pavimentação e Construções Ltda - ME
Objeto: execução de obras para pavimentação em lajotas e drenagem da rua Prefeito Wenceslau Borini em Rio do Sul
Valor: R\$ 40.446,35 (quarenta mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos).
Prazo de Entrega: 90 (noventa) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação nota fiscal
Recurso: Próprio/Badesc
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 20 de julho de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal



Resumo de Contrato 066/2010

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 066/2010

Pregão Eletrônico: nº 016/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: MAN LANTINA AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Objeto: aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica, para atender ao Programa Caminho da Escola.

Valor: R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais)

Prazo de Entrega: 110 (cento e dez) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após apresentação nota fiscal

Recurso: Próprio/ FNDE

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 30 de julho de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**Edital de Publicação de Acórdãos Nº 013/2010**

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 013/2010

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 20/09/2010, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 008/2010

Protocolo nº 118402/2009

Recorrente: Contabilidade Real S/S Ltda

Relatora: Conselheiro Paulo Cesar da Silva

DECISÃO: Por votação unânime pelo não provimento ao Recurso.

EMENTA:TRIBUTÁRIO. ISS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO ISSQN EM VALOR FIXO. BASE DE CÁLCULO. LANÇAMENTO BASEADO NO ARQUIVAMENTO DOS REGISTROS DA PESSOA JURÍDICA NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

Salto Veloso**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 1384**

LEI N. 1.384, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a conceder Transferência Financeira a título de Auxílio Financeiro, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais), a ser repassado em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais), mediante Convênio, à Federação Catarinense de Municípios - FECAM, localizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.303.982/0001-90.

Parágrafo Único. A transferência financeira concedida a título de auxílio mencionado no caput será destinada exclusivamente à "Construção da nova sede administrativa da Federação Catarinense de Municípios - FECAM".

Art. 2º A prestação de contas do referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada ao final da execução da obra.

Parágrafo Único. A referida prestação de contas será composta de:

I - Balancete de Prestação de Contas;

II - Extratos de movimentação bancária.

Art. 3º As despesas decorrentes da concessão do auxílio financeiro previsto nesta lei correrão por conta de verbas orçadas, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 23 de setembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.
CÉLIA REGINA DE BORTOLI
Assessora de Gabinete

Lei Nº 1385

LEI N 1.385, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

INSTITUI BENEFÍCIO EVENTUAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o "auxílio-funeral", na forma de benefício direto à pessoa, a ser concedido aos cidadãos de baixa renda deste município, na forma especificada por esta Lei.

Art. 2º - Farão jus ao auxílio-funeral, todas as famílias de baixa renda de Salto Veloso, que comprovarem perante o Município, a condição de penúria, permanente ou eventual, e que necessitem de auxílio do Poder Público, para fins de inumação e ritos fúnebres de pessoa falecida na família.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, reputa-se família o agrupamento humano, residente no mesmo lar, composto por parentes que convivam em relação de dependência econômica.

§ 2º. O valor a ser concedido para cada auxílio-funeral, fica limitado a R\$ 510,00 (Quinhentos e Dez Reais).

§ 3º. O valor definido no parágrafo antecedente, será reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º. Farão jus ao auxílio - funeral, todas as famílias cuja renda

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

mensal per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo.

Art. 4º. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, e durante a elaboração, pelo Poder Executivo, de cada Projeto de Lei Orçamentária Anual, estimar a quantidade de benefícios a serem concedidos durante o exercício financeiro.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Assistência Social poderá, mediante resolução e durante o transcurso do exercício financeiro, alterar o valor do benefício eventual, em caso de alteração da dotação orçamentária ou de erro na estimativa da quantidade de benefícios a serem concedidos.

Art. 6º. A concessão do auxílio funeral pode ser requerida por qualquer membro da família beneficiária.

Art. 7º. O membro da família beneficiária deverá requerer a concessão do benefício à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, mediante o preenchimento de formulário, em que deve declarar e comprovar:

I - residência e composição da família beneficiária, mediante declaração do nome de todos seus membros, e cópia de certidões de nascimento dos membros, e quando existente, de casamento;
II - comprovantes da renda bruta mensal da família beneficiária e suas fontes;

III - ocorrência do fato aquisitivo, precisando sua data e declinando o nome do membro da família beneficiária, juntando cópia da certidão de óbito ou do auto de constatação de rigor mortis.

Art. 8º. O requerimento será apreciado pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, que, caso venha a aprová-lo, providenciará o pagamento do benefício eventual no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contadas da apresentação do requerimento.

Art. 9º. O requerimento poderá ser indeferido nas seguintes condições:

I - prova inequívoca de falsidade do alegado pelo requerente;
II - não restarem comprovadas as condições e requisitos essenciais à concessão do benefício;
III - quando houver duplicidade de requerimentos.

§ 1º. Configura-se a duplicidade de requerimentos quando houver similitude na causa de pedir, mesmo que diversos os requerentes.

§ 2º. Configurada a duplicidade de requerimentos, será atendido por ordem de preferência, o petitório do filho, do cônjuge, do genitor, dos parentes por consangüinidade e por afinidade do falecido.

Art. 10º. Ainda que suspeite da falsidade das declarações prestadas pelo requerente, o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social deverá, à míngua de prova pré-constituída da falsidade suspeitada, deferir o requerimento de concessão de benefício eventual, instaurando, em seguida, procedimento administrativo visando à apuração da eventual falsidade, que, se comprovada, sujeitará o requerente, às penas do artigo 14 desta Lei.

Art. 11. O requerente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir do efetivo recebimento do valor do auxílio-funeral, prestar contas da regular aplicação do benefício.

Art. 12. A prestação de contas se fará mediante a apresentação dos comprovantes de despesas com ritos fúnebres e serviços de inumação.

Art. 13. O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social rejeitará as contas prestadas pelo requerente se este não cumprir o disposto no artigo 12 desta Lei, ou ainda, se as informações prestadas forem inconsistentes ou insubsistentes.

Art. 14. Em caso de ausência de prestação de contas, ou de rejei-

ção das contas prestadas, o requerente estará sujeito:

I - à restituição dos valores indevidamente recebido;
II - ao pagamento de multa equivalente ao dobro do valor indevidamente recebido;
III - à decretação de sua inidoneidade para requerer a concessão de novos benefícios, pelo prazo de 02 (dois) anos contados da publicação da decisão.

Art. 15. As despesas para execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas para este fim nos orçamentos vigentes.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.060/2002, de 06 de setembro de 2002.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 23 de setembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra

CÉLIA REGINA DE BORTOLI

Assessora de Gabinete

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.897

LEI Nº 1.897, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.

Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais no Município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento Básico de São Lourenço do Oeste, nos termos do Anexo Único, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007 e na Lei Municipal nº 1.623 de 22 de novembro de 2006.

§ 1º O Poder Executivo Municipal de São Lourenço do Oeste e demais prestadores dos serviços de saneamento básico ficam obrigados ao cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do art.19, da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver ações para o monitoramento, implementação e avaliação periódica do Plano instituído por esta Lei, através de gestores do Plano.

Art. 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta Lei, será revisto com periodicidade não superior a quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento



Básico deverá ser elaborada seguindo o que determina a Lei Federal nº 11.445/2007 e estar em compatibilidade com as diretrizes políticas, objetivos e metas:

I - Das Políticas Federais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - Dos Planos Federal e Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.

III - Das Políticas Municipais de Saneamento Básico.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 22 de setembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.099

DECRETO Nº 4.099, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação, no Orçamento programa de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação necessária, e adiciona-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE	
08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019	191
08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019	191

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior decorrerão a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009 e Lei Federal nº 4.320/64, art. 43, §1º, inciso II, sendo:

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de setembro de 2010.
TOMÉ FRANCISCO ETGES,
Prefeito Municipal

Anulação do extrato e da errata do convênio nº 013, de 11 de junho de 2010

ANULAÇÃO DO EXTRATO E DA ERRATA DO CONVÊNIO Nº 013, DE 11 DE JUNHO DE 2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no

CNPJ sob nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, São Lourenço do Oeste/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, TORNA PÚBLICO o seguinte: FICAM ANULADOS:

1 - O extrato do Convênio nº 013, de 11 de Junho de 2010, publicado no Diário Oficial dos Municípios, em 18 de junho de 2010, Edição nº 516 e;

2 - A Errata ao extrato do Convênio nº 013, de 11 de Junho de 2010, publicada no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de Julho de 2010, Edição nº 523.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de setembro de 2010.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1334/2010 de 24 de setembro de 2010.

DECRETO Nº 1334/2010 de 24 de setembro de 2010.

Dispõe sobre a anulação do processo de licitação nº 67/2010, modalidade Convite nº 022/2010, do Município de Tunápolis e contém outras providências.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, as disposições da Lei Orgânica Municipal e considerando; Que, a licitação nº 067/2010, modalidade Convite nº 022/2010 do Município de Tunápolis, tendo como Objeto a contratação de serviços de assessoria para elaboração de projeto pedagógico e demais serviços pertinentes a Rede Municipal de Educação Básica. Que, houve a participação de três empresas apresentando nos devidos prazos apresentando os envelopes da documentação e das propostas exigidos para participação do certame.

Que, o Município tem como regra para que a contratação seja possível, haver a necessidade de pelo menos três propostas válidas, isto é, que atendem a todas as exigências do ato convocatório.

Que, no setor de Compras do Município, após a revisão habitual dos processos de licitação, constatou-se que a empresa UCEFF - Unidade Central de Educação FAEM Faculdade Ltda, vencedora do certame 067/2010, modalidade Convite, apresentou a Certidão de Regularidade perante o FGTS vencida na data da abertura dos envelopes.

Que, houve apenas a assinatura do contrato da prestação de serviços, não havendo ainda a execução dos mesmos e conseqüentemente nenhum dispêndio financeiro pela Municipalidade.

Que, é dever da Administração anular seus próprios atos quando perceber que praticou ato contrário ao direito vigente, para restituir a legalidade administrativa.

DETERMINA:

Art. 1º Anular o processo de licitação 067/2010, modalidade Convite nº 022/2010 do Município de Tunápolis, que tendo como Objeto a contratação de serviços de assessoria para elaboração de projeto pedagógico e demais serviços pertinentes a Rede Municipal de Educação Básica, e todos os atos decorrentes em função do referido processo, fundamentado pelo art. 49, da Lei 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,



Em 24 de setembro de 2010.
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi publicado em data supra.
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 67/2010

DECRETO Nº 067/10, de 13 de setembro de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 1.970/09, de 08/10/2009 (LDO)

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 5.002,57 (cinco mil, dois reais e cinquenta e sete centavos), assim classificados:

08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0(116) - Aplicações Diretas R\$ 5.002,57

Art. 2º. A execução do disposto no art. 4º correrá à conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0052.0(017) - Aplicações Diretas R\$ 5.002,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 13 de setembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 68/2010

DECRETO Nº 068/10, de 13 de Setembro de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 28/12/2009

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 11.737,43 (onze mil setecentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos), assim classificados:

08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0003.0(115) - Aplicações Diretas R\$ 11.737,43

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), assim classificados:

08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0(024) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 4º. A execução do disposto no art. 3º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 13 de setembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Decreto 69/2010

DECRETO Nº 069/10, de 15 de setembro de 2010.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 1.982/09 (Lei Orçamentária Anual), de 28/12/2009.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), assim classificados:

08.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (23) - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 15 de setembro de 2010.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.
NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças-designado.



Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Declaratório 014/2010

SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

EDITAL DECLARATÓRIO 014/2010

O senhor Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças, no uso de sua competência, prevista no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) em seu artigo 132 e Regulamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) aprovado pelo Decreto 4.118 de 31 de agosto de 1994, no artigo 19, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo nº 4599/2010, o qual se encontra à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação.

DECLARA:

I - cancelada de ofício a inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais das empresas e autônomos abaixo relacionadas, a partir das datas e pelos motivos especificados.

II- Para os contribuintes do Imposto sobre Serviços - ISS, tornam-se inidôneos em todos os efeitos fiscais, os documentos emitidos em seus nomes datados após o cancelamento da inscrição.

Contribuinte: Adelaide da Silva
Rua Afonso Tharum s/n Amarante
Inscrição Municipal: 198.146.3 CPF: 664.440.129-53
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 03/05/2010

Contribuinte: Adriana Ribeiro de Souza
Rua Bulcão Viana nº 533 Floresta
Inscrição Municipal: 193342.6 CPF: 017.724.489-58
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 03/05/2010

Contribuinte: Águia Jr Transportes Ltda
Rua Saul Brandalise, 305 Centro
Inscrição Municipal: 201957.4 CNPJ: 09.240.727/0001-10
Gerente: Rose Clair Grasel
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 09/03/2010

Contribuinte: Alex Sandro Meerholz
Rua Campinas nº 90 Lot. Forlin
Inscrição Municipal: 197216.2 CPF: 016.961.869-27
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 03/05/2010

Contribuinte: Almir Argenta
Rua Tiradentes nº 36 Centro
Inscrição Municipal: 188779.3 CPF: 164.150.519-20
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 03/05/2010

Contribuinte: Ana Elizabeth Brandalise
Rua Bom Sucesso nº 37 Centro

Inscrição Municipal: 196341.4 CPF: 174.100.960-04
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/05/2010

Contribuinte: Bruno Rogério Nardi
Rua Brasil nº 309 Centro
Inscrição Municipal: 196734.7 CPF: 38.098.799-67
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/05/2010

Contribuinte: Chapeação e Mecânica Ruzza Ltda ME
Rua Assunção nº 115 São Cristóvão
Inscrição Municipal: 201638.9 CNPJ: 00.111.810/0001-90
Gerente: Oilson Roberto Ruzza e Nicolas Luiz Ruzza
Notas Fiscais 001 a 500 AIDF 0383/2007
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/05/2010

Contribuinte: Claudemir José Casagrande
Rua Saul Brandalise nº 523 Centro
Inscrição Municipal: 141617.0 CPF: 00.817.137/0001-33
Notas Fiscais 251 a 500 AIDF 0205/99
Titular: Claudemir José Casagrande
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 12/05/2010

Contribuinte: Clemente René Caven e Advogados Associados
Rua AVN Dom Pedro II nº 692 Centro
Inscrição Municipal: 196341.4 CNPJ: 3.015.085/0001-70
Sócios: Clemente Rene Caven e Jucemara Thibes de Campos
Notas Fiscais 001 a 250 AIDF 018/2001
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 04/05/2010

Contribuinte: Conceição da Silva Barauna
Rua 10 de Setembro nº 1473 Panazzolo
Inscrição Municipal: 195588.8 CPF: 006.763.609-80
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 05/05/2010

Contribuinte: Divanir dos Santos ME
Rua Saul Brandalise nº 790 Sala 03 Centro
Inscrição Municipal: 193784.7 CNPJ: 5.653.474/0001-56
Titular: Divanir dos Santos
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 05/05/2010

Contribuinte: Douglas Crippa de Oliveira
Rua Arcângelo Damo nº 1400 Aeroporto
Inscrição Municipal: 196303.1 CPF: 47.707.139-24
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 05/05/2010

Contribuinte: Elias Marcondes Schadeck
Rua Castelo Branco nº 240 Cibrazen
Inscrição Municipal: 7717.8 CPF: 843.937.429-15
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 05/05/2010

Contribuinte: Eliel Pavê



Rua Nossa Senhora da Saúde S/N De carli
Inscrição Municipal: 192922.4 CPF: 17.252.789-95
Notas Fiscais 001 a 100 AIDF 028/2003
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 05/05/2010

Contribuinte: Emerson Varela
Rua XV de Novembro, 1245 Centro
Inscrição Municipal: 191752,8 CPF: 048.702.659-40
Notas fiscais 001 a 250 AIDF nº 0181/02-9
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 06/05/2010

Contribuinte: Enio José Andreani
Rua AVN Dom Pedro II nº 777 Centro
Inscrição Municipal: 198048.3 CPF: 705.601.709-63
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 06/05/2010

Contribuinte: Fábrica de Portas e Janelas Ademir Ltda
Rua Severino José Pasqual nº 457 Carboni
Inscrição Municipal: 199511.1 CNPJ: 08.045.108/0001-02
Gerente: Ademir Ebert
Notas Fiscais 001 a 150 AIDF 0289/2006
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades, com outra empresa no local.
Data do Cancelamento: 06/05/2010

Contribuinte: Francine Pasqual
Rua XV de Novembro nº 636 Centro
Inscrição Municipal: 191428.6 CPF: 043.373.239-37
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 06/05/2010

Contribuinte: Francisco Alexandre da Silva
Rua Constantino Crestani S/N Cidade Alta
Inscrição Municipal: 201569.2 CPF: 374.195.959-68
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 07/05/2010

Contribuinte: Geraldo Antônio Brizot
Rua da Liberdade nº22 Morada do Sol
Inscrição Municipal: 198244.3 CPF: 529.815.509-00
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 07/05/2010

Contribuinte: Getúlio Perinotti
Rua Paulo Fioravante Penso nº 96 São Francisco
Inscrição Municipal: 16333.7 CPF: 296.649.699-15
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 07/05/2010

Contribuinte: Gilberto A de Oliveira
Rua Ricardo Brandalise nº 185 SESI
Inscrição Municipal: 198231.1 CPF: 004.107.319-35
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 07/05/2010

Contribuinte: Itacir Antônio Fernandes
Rua Capitão Ribas nº 188 São Cristóvão
Inscrição Municipal: 195563.2 CPF: 853.747.179-87

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/05/2010

Contribuinte: Ivanildo Goulartt
Rua Iomere nº 300 Floresta
Inscrição Municipal: 7046.7 CPF: 892.151.849-53
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/05/2010

Contribuinte: Ivanir Carmen Zago
Rua XV de Novembro nº 840 Centro
Inscrição Municipal: 191943.1 CPF: 609.463.504-49
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 10/05/2010

Contribuinte: Ivo Antônio Padilha
Rua Capitão Ribas nº 188 São Cristóvão
Inscrição Municipal: 1169.0 CPF: 304.872.429-04
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 11/05/2010

Contribuinte: J e M Assessoria Técnica S/A Ltda
Rua Campos Novos, 08 Centro
Inscrição Municipal: 12640.9 CNPJ: 00.111.859/0001-78
Gerente: Eduardo Jorge Meyer Riveros e Lucia Maria Marisol Ramirez Urzua
Notas Fiscais 051 a 150 AIDF 0110/97
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 09/09/2010

Contribuinte: Jeremias Oséias Luvison
Rua Vereador João D. Cantu nº 7 Vila Verde
Inscrição Municipal: 2683.2 CPF: 893.421.869-04
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 11/05/2010

Contribuinte: João Batista Soares Vieira
Rua Pedro Gaio nº 47 Matriz
Inscrição Municipal: 128381.2 CPF: 489.422.609-00
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 11/05/2010

Contribuinte: Jorge Roberto Guill
Rua Basílio Adada nº 181 Morada do Sol
Inscrição Municipal: 170763.9 CPF: 506.169.869-04
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 11/05/2010

Contribuinte: José Abel da Silva
Rua Saul Brandalise nº 255 Centro
Inscrição Municipal: 195111.4 CPF: 422.217.659-15
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 12/05/2010

Contribuinte: Juciane Aparecida Mezaroba
Rua Saul Brandalise nº 10 Centro
Inscrição Municipal: 198765.8 CPF: 006.958.459-18
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 12/05/2010



Contribuinte: Kelen Navarro Garcia
Rua Marechal Floriano Peixoto nº 660 Centro
Inscrição Municipal: 199593.6 CPF: 278.460.018-17
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 13/05/2010

Contribuinte: Marcos Antônio Vescovi
Rua Pedro Andreazza nº 09 Centro
Inscrição Municipal: 178778.0 CNPJ: 82.705.757/0001-45
Notas Fiscais 001 a 500 AIDF 084/2001
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 13/05/2010

Contribuinte: Marinho Antunes de Lima
Rua Bogoni nº 211 SESI
Inscrição Municipal: 357.3 CPF: 625.343.279.68
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 14/05/2010

Contribuinte: Mauri Dalves
Rua Rod SC 303 S/N Dist. Industrial II
Inscrição Municipal: 199144.2 CPF: 949.639.679-87
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 14/05/2010

Contribuinte: Mercearia e Açougue Planície Ltda ME
Rua Lauro Muller 984 Alvorada
Inscrição Municipal: 111502.2 CNPJ: 82.095.530/0001-25
Gerentes: Luiz Carlos Spanholi
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 17/05/2010

Contribuinte: N.A.T Transportes Ltda EPP
Rua Francisco Vanz S/N Dois Pinheiros
Inscrição Municipal: 15364.8 CNPJ: 2.036.388/0001-06
Gerentes: Neusa Aparecida Tessari
Notas Fiscais 001 a 500 AIDF 0171/98-0
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 17/05/2010

Contribuinte: Neiva Rebelatto
Rua Padre Anchieta 1138 Matriz
Inscrição Municipal: 191058.2 CPF: 657.072.069-49
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 18/05/2010

Contribuinte: Nereu de Oliveira
Rua Severino José Pasqual S/N Carboni
Inscrição Municipal: 199368.2 CPF: 296.659.229-04
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 18/05/2010

Contribuinte: Neuza Fátima Szczepkowski ME
Rua XV de Novembro, 280 Centro
Inscrição Municipal: 196789.4 CNPJ: 02.272.287/0001-58
Titular: Neuza Fátima Szczepkowski
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 29/01/2010

Contribuinte: Novo Vale Comunicações
Rua Saul Brandalise nº 514 Centro

Inscrição Municipal: 190265.2 CNPJ: 4.781.215/0001-48
Gerentes: Wilson Guse
Notas Fiscais 0501 a 1500 AIDF 055/2004
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 18/05/2010

Contribuinte: Orival Pires
Rua Luiz Antônio Morgan S/N Vila de Carli
Inscrição Municipal: 194826.1 CPF: 716.179.909-06
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 18/05/2010

Contribuinte: Paulo Lourenço Cordeiro
Rua Santa Isabel nº 114 Santos Dumont
Inscrição Municipal: 1800.7 CPF: 478.345.879-00
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 18/05/2010

Contribuinte: Pizzaria Ponto do Arripio Ltda ME
Rua Saul Brandalise nº 859 Centro
Inscrição Municipal: 75785 CNPJ: 80.095.185/0001-02
Gerente: Marlene Pasqualin Zanon
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 19/05/2010

Contribuinte: Rafael Renato Bondan
Rua José Boiteux nº 245 Marafon
Inscrição Municipal: 194010.4 CPF: 004.505.829-65
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 19/05/2010

Contribuinte: Rosangela Deon
Rua Coronel Alberto Schimdt nº 10 Centro
Inscrição Municipal: 196655.3 CPF: 949.641.819-87
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 19/05/2010

Contribuinte: Rubia Bombasar
Rua Saul Brandalise nº 370 Centro
Inscrição Municipal: 203293.7 CPF: 19.474.979-79
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 20/05/2010

Contribuinte: Rudivar Bar Ltda ME
Rua Saul Brandalise nº 790 Centro
Inscrição Municipal: 193479.1 CNPJ: 5.612.485/0001-98
Gerente: Rudivane da Aparecida de Oliveira
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 20/05/2010

Contribuinte: Sueli Salete Barbosa de Britto
Rua João Zardo nº 728 Alvorada
Inscrição Municipal: 130609.0 CPF: 813.701.649-04
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 20/05/2010

Contribuinte: Susete Alves Ribeiro
Rua Arlindo Mattos nº 239 Santa Tereza
Inscrição Municipal: 187382.2 CPF: 471.424.809-04
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço



ço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 20/05/2010

Contribuinte: Woitko Representações Comerciais Ltda
Rua Abraão Brandalise, 310 Santa Tereza
Inscrição Municipal: 152136.5 CNPJ: 1.756.474/0001-20
Titular: Fábio Woitko
Notas Fiscais 0251 a 500 AIDF 218/2003
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 09/09/2010

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira-SC, 22 de setembro de 2010.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

Decreto nº 9.522/10

DECRETO N° 9.522/10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09 de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

18 - Fundação Municipal de Esportes - FMEV
01 - Fundação Municipal de Esportes
2.076- Manutenção da Fundação de Esportes
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO10.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

18 - Fundação Municipal de Esportes - FMEV
01 - Fundação Municipal de Esportes
2.076- Manutenção da Fundação de Esportes
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de setembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2010.

WALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto nº 9.523/10

DECRETO N° 9.523/10, DE 22 DE SETEMBRO DE 2010.
Nomeia Comissão Especial para emitir Pareceres em Processos de Concessão de Incentivos Econômicos e Fiscais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 0880/01,

DECRETA

Art. 1º Fica assim constituída a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais de que trata a Lei Municipal nº 0880/01:

I) EVANDRO LUIZ COLLE - Presidente
II) EDGAR AUGUSTINHO SERAFINI - Vice-Presidente
III) VALMOR LUIZ DALL'AGNOL - Membro
IV) VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI - Membro
V) LUCIANE SANTOS - Membro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.118/09.

Videira, 22 de setembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria nº 1269/10

PORTARIA nº 1269/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106, do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4733/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias do servidor DECIO RISSI, Agente Operacional Especializado II - CE07, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/1990 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de setembro de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria nº 1270/10

PORTARIA nº 1270/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106, do Estatuto do



Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4728/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias do servidor RUI SÉRGIO FERREIRA, Agente Operacional Especializado II - CE07, o qual será computado em dobro, totalizando 80 (oitenta) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/1992 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de setembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria nº 1271/10

PORTARIA nº 1271/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106, do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4691/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 03 (três) anos, 01 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias do servidor VILMAR ANTONIO BATISTELLA, Agente Auxiliar de Fiscalização - CE03, o qual será computado em dobro, totalizando 113 (cento e treze) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/05/1991 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de setembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria nº 1272/10

PORTARIA nº 1272/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106, do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4294/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 04 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 28 (vinte e oito) dias do servidor LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS, Agente Operacional Especializado II - CE07, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/1990 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de setembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PR 32/2010 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2010-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 32/2010 - FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS PELOS NÚCLEOS DO PETI, SENTINELA, CASA LAR, CRAS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 07 de Outubro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 15:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 22 de Setembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 67/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2010 - FMS

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 67/2010 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE QUE REALIZAM VIAGENS A FLORIANÓPOLIS E CURITIBA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 14 de Outubro de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.



Videira/SC, 22 de Setembro de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 158/2010

Ata de Registro de Preços nº: 158/2010

Data de Assinatura: 08/09/2010

Fornecedor : JOAÇABA PNEUS LTDA

Valor : R\$ 37.262,00 (trinta e sete mil e duzentos e sessenta e dois reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 59/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 159/2010

Ata de Registro de Preços nº: 159/2010

Data de Assinatura: 08/09/2010

Fornecedor : LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA

Valor : R\$ 6.126,00 (seis mil e cento e vinte e seis reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 59/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 160/2010

Ata de Registro de Preços nº: 160/2010

Data de Assinatura: 08/09/2010

Fornecedor : AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA

Valor : R\$ 89.250,00 (oitenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 60/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE 35.000 (TRINTA E CINCO MIL) LITROS DE GASOLINA PARA USO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 161/2010

Ata de Registro de Preços nº: 161/2010

Data de Assinatura: 13/09/2010

Fornecedor : BF BIG FORTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Valor : R\$ 5.897,20 (cinco mil e oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 61/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 162/2010

Ata de Registro de Preços nº: 162/2010

Data de Assinatura: 13/09/2010

Fornecedor : RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

Valor : R\$ 8.727,00 (oito mil e setecentos e vinte e sete reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 163/2010

Ata de Registro de Preços nº: 163/2010

Data de Assinatura: 13/09/2010

Fornecedor : PREVEMAX CONFECÇÕES PLÁSTICAS LTDA

Valor : R\$ 29.520,00 (vinte e nove mil e quinhentos e vinte reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 64/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE KITS DE EPIs PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 164/2010

Ata de Registro de Preços nº: 164/2010

Data de Assinatura: 13/09/2010

Fornecedor : SAFRA DIESEL LTDA

Valor : R\$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 159/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO DIESEL PARA SER UTILIZADO NO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA..

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 165/2010

Ata de Registro de Preços nº: 165/2010

Data de Assinatura: 15/09/2010

Fornecedor : MERCADO RZ LTDA

Valor : R\$ 45.850,50 (quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 160/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS E CEMEIS DO MUNICÍPIO.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 166/2010

Ata de Registro de Preços nº: 166/2010

Data de Assinatura: 15/09/2010

Fornecedor : INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA

Valor : R\$ 22.252,48 (vinte e dois mil e duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 160/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS E CEMEIS DO MUNICÍPIO.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 167/2010

Ata de Registro de Preços nº: 167/2010

Data de Assinatura: 15/09/2010

Fornecedor : COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA

Valor : R\$ 85.681,00 (oitenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e um reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 160/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS E CEMEIS DO MUNICÍPIO.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 168/2010

Ata de Registro de Preços nº: 168/2010

Data de Assinatura: 16/09/2010

Fornecedor : CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA

Valor : R\$ 17.491,00 (dezessete mil e quatrocentos e noventa e um reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 162/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SEREM UTILIZADOS NAS TUBULAÇÕES PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS PÚBLICAS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.



Extrato da Ata de Registro de Preços nº 169/2010

Ata de Registro de Preços nº: 169/2010

Data de Assinatura: 16/09/2010

Fornecedor : ATACK DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : R\$ 173,00 (cento e setenta e três reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 162/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC PARA SEREM UTILIZADOS NAS TUBULAÇÕES PARA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM VIAS PÚBLICAS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.